

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
E DO MAR

Direção-Geral das Atividades Económicas
**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2023**

dgade

DIREÇÃO-GERAL DAS
ATIVIDADES ECONÓMICAS

Ficha técnica

Autoria:

Direção-Geral das Atividades Económicas

Coordenação: Divisão de Planeamento e Apoio

Data de edição: 15 de abril de 2024

ÍNDICE

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS	4
ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS	11
I. INTRODUÇÃO	14
1.1. Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo	21
II. AUTOAVALIAÇÃO	25
2.1 Análise dos resultados alcançados	25
2.1.1. Resultados dos Indicadores	26
2.1.2. Resultados dos objetivos e dos parâmetros	38
2.2 Análise dos desvios relativamente aos recursos	40
2.2.1. Recursos Humanos	40
2.2.2. Recursos Financeiros	44
2.3 Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades	47
2.3.1. Atividades desenvolvidas pelas Unidades Orgânicas	47
2.4 Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados	190
2.5 Avaliação dos serviços prestados.....	191
2.6 Avaliação dos trabalhadores e dos dirigentes intermédios.....	193
2.6.1. Trabalhadores	194
2.6.2. Dirigentes intermédios	199
2.7 Relatório de Formação	204
2.8 Avaliação do sistema de controlo interno	204
III. BALANÇO SOCIAL.....	209
IV. AVALIAÇÃO FINAL	215
4.1. Apreciação qualitativa dos resultados alcançados.....	215
4.2. Conclusões prospetivas.....	216

Anexos

ANEXO I	Organograma da DGAE
ANEXO II	QUAR da DGAE – Resultados
ANEXO III	Questionário de satisfação – Trabalhadores
ANEXO IV	Questionário de satisfação – Dirigentes Intermédios
ANEXO V	Questionário de satisfação - Destinatários dos serviços
ANEXO VI	Relatório de Formação
ANEXO VII	Balanço Social

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

Unidades Orgânicas da DGAE

DAP	Divisão de Avaliação de Políticas
DCAE	Divisão de Coordenação dos Assuntos Europeus
DCSR	Divisão do Comércio Serviços e Restauração
DDO	Divisão de Desenvolvimento Organizacional
DDS	Divisão do Desenvolvimento Sustentável
DEC	Divisão da Economia Circular
DMIS	Divisão de Mercado Interno de Serviços
DPA	Divisão de Planeamento e Apoio
DPCE	Divisão da Política Comercial Externa
DPE	Divisão da Política Empresarial
DPS	Divisão da Política Setorial
DRI	Divisão de Relações Institucionais
DRIn	Divisão das Relações Internacionais
DSAE	Direção Serviços dos Assuntos Europeus
DSCI	Direção Serviços do Comércio Internacional
DSCSR	Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração
DSPE	Direção de Serviços para a Política Empresarial
DSSE	Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial

Outras siglas e acrónimos

AAC	Avisos de Abertura de Concurso
AC	Autoridades Competentes
ACCS	Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços
ACD	Aceleradoras de Comércio Digital
ACM	Alto Comissariado para as Migrações
ADENE	Agência para a Energia
ADSE	Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.
AE	Auxílios de Estado
AEPSA	Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AIM	Autorização de introdução no mercado
AIMMP	Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal
AMA, I.P.	Agência para a Modernização Administrativa
AMN	Autoridade Marítima Nacional

AMT	Autoridade da Mobilidade e dos Transportes
ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional
APDEL	Associação Portuguesa de Estabelecimentos de Leilão
APED	Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição
APIFARMA	Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica
APIP	Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos
APPDI	Associação Portuguesa Para a Diversidade e Inclusão
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
AT	Autoridade Tributária
BCD	Bairros Comerciais Digitais
BdE	Balcão do Empreendedor
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIT	Tratado de Investimento Bilateral
CBAM	Carbon Border Adjustment Mechanism
CAE	Classificação de Atividades Económicas
CAF	Common Assessment Framework
CAG	Conselho dos Assuntos Gerais
CAGER	Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos
Camões, I.P.	Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.
CC	Conjunto Comercial
CCAMN	Conselho Consultivo da Autoridade Marítima Nacional
CCCPAT	Comissão Consultiva para a Certificação de Produtos Tradicionais
CCDR	Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCP	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
CE	Comissão Europeia
CECOA	Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins
CER	Conduta Empresarial Responsável
CI	Comissão de Investimentos
CIC	Comissão Interministerial para a Cooperação
CIIE	Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo
CIPE	Comissão Interministerial de Política Externa
COSCO	Comité do Carvão e do Aço
CM	Conselho para as Migrações
CNA	Conselho Nacional da Água
CNCDA	Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar
CNCS	Centro Nacional de Cibersegurança
CNDH	Comissão Nacional dos Direitos Humanos
CNTMP	Comissão Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas
COMPET	Conselho Competitividade

COREPER	Committee of Permanent Representatives
CPA	Circular Plastics Alliance
CPC	Comité de Política Comercial
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPPMAES	Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca
CRH	Conselhos de Região Hidrográfica
CSDDD	Corporate Sustainability Due Diligence Directive
CSE	Conselho Superior de Estatística
CSMEE	Comité para as Pequenas e Médias Empresas e Empreendedorismo
CSQ	Conselhos Sectoriais para a Qualificação
CSR	Comércio, Serviços e Restauração
CSTD	Catálogo de Transição Digital
CT	Comissão Técnica
CTSI	Comissão Técnica de Sistema de Incentivos
CUE	Cadastro Único Empresarial
DCIAP	Departamento Central de Investigação e Ação Penal
DECO	Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
DEI	Digitising European Industry
DEP	Digital Europe Program
DESI	Digital Economy and Society Index
DG ENV	Directorate-General for the Environment
DG GROW	Direção-Geral para o Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME
DGAE	Direção-Geral das Atividades Económicas
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGAV	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária
DGERT	Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DG REFORM	Direção-Geral do Apoio às Reformas Estruturais
DIH	Digital Innovation Hub
DL	Decreto-Lei
DPO	Data Protection Officer
ECAT	Ecolabel Catalogue
ECL	Escola de Comércio de Lisboa
ECO360	Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas
EDIH	Polos Europeus de Inovação Digital
EEA Grants	Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu
EEE	Equipamentos Eléctricos e Eletrónicos
EIS	European Innovation Scoreboard
EMPD	Estrutura de Missão Portugal Digital

ENAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENCDA	Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar
ENIND	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação
ENSIE	Enquadramento Nacional de Sistemas de Incentivo às Empresas
EPG	Grupo Política Empresarial
ERAC	Comité do Espaço Europeu de Investigação e Inovação
ERP	European Recycling Platform
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
EUA	Estados Unidos da América
EuRPP	European Plastics Pact
FAQ	Frequently Asked Questions
FCPC	Ficheiro Central de Pessoas Colectivas
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FDI	Foreign Direct Investment
FEVE	Federação Europeia do Vidro de Embalagem
FMC	Fundo de Modernização do Comércio
GAA	Grupo de Acompanhamento e Avaliação das Condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentar e do retalho
GAN	Grupo de Alto Nível
GAU	Grupo de Acompanhamento da Ucrânia
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos
GMEM	Gabinete do Ministro da Economia e do Mar
GPEARl	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
GSA	Global Sustainable Arrangement
GSETCS	Gabinete do Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
GSC	Grande Superfície Comercial
GSECSDC	Gabinete do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e da Defesa do Consumidor
GT	Grupo de Trabalho
HLG	High Level Group
HORECA	Hotéis, Restaurantes e Cafés
IA	Inteligência Artificial
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação
IAT	Instrumento de Assistência Técnica
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas
ICSID	International Centre for Settlement of Investment Disputes
IDC	Instrumentos de Defesa Comercial
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IES	Informação Empresarial Simplificada

IGOT	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
IIE	Indústrias Intensivas em Energia
IMI	Sistema de Informação do Mercado Interno
IMS	Information Management School
INCM	Imprensa Nacional Casa da Moeda
INFARMED	Autoridade Nacional dos Medicamentos e Produtos de Saúde
INIAV	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.
IPCEI	Important Projects of Common European Interest
IPQ	Instituto Português da Qualidade
ISDS	Investor-state dispute settlement
IST	Instituto Superior Técnico
LOE	Lei do Orçamento de Estado
MAAC	Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Mercosul	Mercado Comum do Sul
ME	Ministério da Educação
MEM	Ministério da Economia e do Mar
MFEEE	Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu
M.I.	Manifestações de Interesse
MF	Ministério das Finanças
MLE	Mutual Learning Exercise
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MODCOM	Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio
MS	Ministério da Saúde
MTSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
NZIA	Net-Zero Industry Act
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OE	Objetivo Estratégico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAEC	Plano de Ação para a Economia Circular
PARCA	Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar
PARF	Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais
PCN	Ponto de Contacto Nacional
PDU	Plataforma Digital Única
PERNU	Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos

PME	Pequenas e Médias Empresas
PNA	Plano Nacional de Ação
PNACERDH	Plano Nacional de Ação para a Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNAID	Programa Nacional de Apoio ao Investimento na Diáspora
PNGIFR	Plano Nacional de Gestão Integrada dos Fogos Rurais
PNIPGM	Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (PNIPGM)
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNSE	Parque Nacional da Serra da Estrela
PPP	Pacto Português para os Plásticos
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PT	Portugal
PWC	PwC Portugal
Q&A	Questions and Answers
QFP	Quadro Financeiro Plurianual
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RAEM	Região Administrativa Especial de Macau
REC	Regulamento do Entraves ao Comércio
REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
REUE	Rótulo Ecológico da União Europeia
RGIC	Regulamento Geral de Isenção por Categoria
RGGR	Regime Geral de Gestão de Resíduos
RJACSR	Regime Jurídico de Acesso e Exercício a Atividades de Comércio, Serviços e Restauração
RJOC	Regime Jurídico da Ourivesaria e das Contrastarias
RSO	Rede Responsabilidade Social das Organizações
RTCP	Relatório Técnico de Caracterização do Piloto
SANI2	Plataforma Standard Notification Interactive
SAMA	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
SARS-CoV-2	Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2
SBA	Small Business Act
SC&E	Sensibilização, Comunicação e Educação
SEE	Secretario de Estado da Economia
SETCS	Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEMA	Associação Empresarial Sever do Vouga, Estarreja, Murtosa e Albergaria-a-Velha
SEP	Single Entry Point
SGE	Secretaria-Geral do Ministério da Economia
SGBPA	Sistema Integrado de Gestão de Reciclagem de Baterias

SGVFV	Sistema Integrado de Gestão de Veículos em Fim de Vida
SHERPA	Ponto focal
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública
SICAD	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
SIGERU	Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura
SGPU	Sistema Integrado de Gestão de Pneus Usados
SIGRE	Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens
SIGREEE	Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos
SIFA	Acordo de Facilitação de Investimento Sustentável
SME	Small and Medium sized Enterprise
SME Envoy	Representante das PME
SMEI	Single Market Emergency Instrument
SMET	Single Market Enforcement Taskforce
SOGILUB	Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda.,
SPG	Sistema de Preferências Generalizadas
SPV	Sociedade Ponto Verde
STIS	Steel, Textiles and other Industrial Sectors
TA	Termos de Aceitação
TTE	Transportes, Telecomunicações e Energia
UE	União Europeia
UNCITRAL	The United Nations Commission on International Trade Law
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
UNILEX	Exercício de consolidação legislativa na área da gestão de resíduos
UPM	União para o Mediterrâneo
VC	Valor de Contrapartida

ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

QUADROS

Quadro I	Objetivos do QUAR-2023
Quadro II	Resultados dos indicadores do objetivo 1
Quadro III	Resultados dos indicadores do objetivo 2
Quadro IV	Resultados dos indicadores do objetivo 3
Quadro V	Resultados dos indicadores do objetivo 4
Quadro VI	Resultados do indicador do objetivo 5
Quadro VII	Resultados dos indicadores do objetivo 6
Quadro VIII	Resultados dos indicadores do objetivo 7
Quadro IX	Resultados dos indicadores do objetivo 8
Quadro X	Avaliação global do serviço
Quadro XI	Pontuação de Recursos Humanos e Executados por Cargo/Categoria
Quadro XII	Estrutura da despesa em 2023
Quadro XIII	Comparação do orçamento disponível e executado entre 2022 e 2023
Quadro XIV	Dotações orçamentais condicionadas no Agrupamento 02
Quadro XV	Atividades previstas, e realizadas pela Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração (DSCSR)
Quadro XVI	Atividades não previstas, mas realizadas pela Direção do Comércio, Serviços e Restauração (DSCSR)
Quadro XVII	Autoavaliação pela Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração (DSCSR)
Quadro XVIII	Atividades previstas, e realizadas pela Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
Quadro XIX	Atividades não previstas, mas realizadas pela Direção de Serviços para a Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
Quadro XX	Autoavaliação pela Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
Quadro XXI	Atividades previstas e realizadas pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)
Quadro XXII	Atividades não previstas, mas realizadas pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)
Quadro XXIII	Autoavaliação pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)

Quadro XXIV	Atividades previstas e realizadas pela Direção de Serviços dos Assuntos Europeus (DSAE)
Quadro XXV	Atividades não previstas, mas realizadas pela Direção de Serviços dos Assuntos Europeus (DSAE)
Quadro XXVI	Autoavaliação pela Direção de Serviços dos Assuntos Europeus (DSAE)
Quadro XXVII	Atividades previstas e realizadas pela Direção de Serviços do Comércio Internacional (DSCI)
Quadro XXVIII	Autoavaliação pela Direção de Serviços do Comércio Internacional (DSCI)
Quadro XXIX	Atividades previstas e realizadas pela Divisão de Desenvolvimento Organizacional (DDO)
Quadro XXX	Autoavaliação pela Divisão de Desenvolvimento Organizacional (DDO)
Quadro XXXI	Atividades previstas, e realizadas no âmbito da Divisão de Planeamento e Apoio (DPA)
Quadro XXXII	Autoavaliação pela Divisão de Planeamento e Apoio (DPA)
Quadro XXXIII	Atividades previstas e realizadas no âmbito da Divisão de Relações Institucionais (DRI)
Quadro XXXIV	Autoavaliação pela Divisão de Relações Institucionais (DRI)
Quadro XXXV	Nível de realização das atividades previstas por Unidade Orgânica
Quadro XXXVI	Resultados do inquérito de satisfação por parte dos destinatários dos serviços
Quadro XXXVII	Resultados do Questionário de Satisfação interno – Trabalhadores
Quadro XXXVIII	Comparação dos resultados do questionário de satisfação interno - Trabalhadores
Quadro XXXIX	Resultados do Questionário de Satisfação interno – Dirigentes intermédios
Quadro XL	Comparação dos resultados do questionário de satisfação interno – Dirigentes intermédios
Quadro XLI	Avaliação do sistema de controlo interno
Quadro XLII	Recursos Humanos por categoria
Quadro XLIII	Trabalhadores por modalidade de vinculação
Quadro XLIV	Trabalhadores, por nível de qualificação
Quadro XLV	Trabalhadores, por escalão etário
Quadro XLVI	Trabalhadores, por género
Quadro XLVII	Principais indicadores do Balanço Social

GRÁFICOS

Gráfico 1	Taxa de concretização dos objetivos
Gráfico 2	Taxa de concretização dos parâmetros
Gráfico 3	N.º Trabalhadores em 2023 por cargo/carreira/categoria
Gráfico 4	N.º Trabalhadores em 2023 por carreira/cargo/género
Gráfico 5	Motivos de saída de trabalhadores
Gráfico 6	Motivos de entrada de trabalhadores
Gráfico 7	Satisfação Global por Áreas – Trabalhadores
Gráfico 8	Satisfação Global por Áreas – Dirigentes intermédios
Gráfico 9	Percentagem de trabalhadores por escalão etário entre 2019 e 2023

I. INTRODUÇÃO

O Relatório de Atividades da Direção-Geral das Atividades Económicas foi elaborado de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, e nos artigos 8.º e 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, e tem como primeiro objetivo caracterizar a atividade desenvolvida, bem como os resultados obtidos pela Direção-Geral das Atividades Económicas no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2023.

A atividade da Direção-Geral das Atividades Económicas é orientada com base na missão, visão e valores estabelecidos no seu Plano de Atividades, tendo como objetivo cumprir as suas atribuições definidas em consonância com os objetivos estratégicos e operacionais constantes no QUAR e tendo em conta os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. O Relatório de Atividades apresenta o desenvolvimento deste trabalho, bem como uma análise sumária sobre a execução global do Orçamento de 2023. Integra a demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados, incluindo o balanço social e o relatório de autoavaliação previsto na citada Lei.

Em 2023 a atividade da DGAE desenvolveu-se com o enfoque na execução das medidas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). A DGAE faz parte integrante do Grupo de Acompanhamento da Componente 16 [Empresas 4.0], assegurando a Gestão de 2 Projetos no âmbito do Programa “Comércio Digital”: Aceleradoras de Comércio Digital e Bairros Comerciais Digitais. Para além disso, contribui também para outras medidas do PRR desta mesma Componente 16.

Na área do comércio, manteve-se um elevado número de solicitações da parte dos operadores económicos (foram prestados 3.438 atendimentos telefónicos e 2.131 solicitações por email com um prazo médio de resposta de 1,2 dias). Trabalhou-se na constituição de uma Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços 2030, que foi adotada no Conselho de Ministros de 23 de novembro (e publicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2024), traduzindo uma estratégia agregada de iniciativas para os setores do comércio e serviços. Conseguiu-se

igualmente operacionalizar o Mapa do Comércio, Serviços e Restauração, tendo sido possível a assinatura dos Protocolos de transmissão dos dados e a publicação da alteração legislativa em conformidade.

No âmbito da sustentabilidade empresarial, no contexto de iniciativas legislativas enquadradas no “Pacto Ecológico Europeu”, e em particular no novo “Plano de Ação da UE para a Economia Circular”, a DGAE deu continuidade à liderança nacional da negociação da proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece um quadro para definir os requisitos de conceção ecológica dos produtos sustentáveis e que revoga a Diretiva 2009/125/CE (Regulamento Ecodesign).

No âmbito da gestão de fluxos específicos de resíduos, a DGAE deu continuidade às atividades relativas ao licenciamento e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas 15 entidades gestoras licenciadas no âmbito de seis fluxos específicos de resíduos, tendo procedido à elaboração, conjuntamente com a APA, I.P., de 14 despachos de prorrogação das atuais licenças atribuídas às entidades gestoras (excetuando para a gestão dos óleos usados). Adicionalmente, a DGAE procedeu à análise dos cadernos de encargos tendo em vista a atribuição de novas licenças a entidades gestoras de sistemas integrados. Salientam-se ainda os intensos contributos relativos às propostas de alteração do quadro legal nacional em matéria de resíduos (2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 78/2021, 10.ª alteração ao UNILEX, 3.ª alteração ao Regime Geral de Gestão de Resíduos), bem como a outra legislação neste setor.

A DGAE, enquanto Ponto de Contacto para Produto – Fertilizantes, assegurou a análise sobre a colocação no mercado nacional de matérias fertilizantes ao abrigo do princípio do reconhecimento mútuo previsto no Regulamento (UE) 2019/515, de 19 de março, tendo efetuado a verificação com os requisitos nacionais de 747 comunicações, e ainda inscrito mais de uma centena de registos e atualizado as Bases de Dados nacionais.

Os temas da sustentabilidade incluem também a governação por parte da DGAE do sistema do Rótulo Ecológico da União Europeia (REUE) aplicado em Portugal. A 31 de dezembro de 2023 encontravam-se válidas 33 licenças de utilização do REUE, que na totalidade contemplam um conjunto de 6.386 marcas comerciais de produtos e 5 serviços de alojamento turístico.

Considerando a relevância do REUE para o cumprimento das futuras exigências legais em matéria da sustentabilidade, a DGAE organizou a Conferência #REUE2023, sob o mote “Construir o futuro” dirigida a todas as partes interessadas. Em 2023, a DGAE continuou a assegurar em articulação com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E (AICEP Portugal Global, E.P.E.), a função de Ponto de Contacto Nacional para a Conduta Empresarial Responsável (PCN PT). O ano de 2023 foi particularmente importante e desafiante para a DGAE em matéria da Conduta Empresarial Responsável (CER), já que em março teve lugar na OCDE uma Reunião Ministerial dedicada unicamente à CER e, em maio, o PCN PT foi positivamente avaliado no contexto do exercício de avaliação de pares promovido pela OCDE, tendo uma equipa de avaliadores se deslocado a Lisboa com membros do Secretariado da OCDE, um representante do PCN Espanhol e um representante do PCN Chileno.

No contexto da política de empresa, a DGAE assegurou a participação em inúmeras reuniões europeias, destacando-se a Rede Europeia de *SME Envoys*, na qual participa na qualidade de Ponto de Contacto Nacional para o *Small Business Act* (SHERPA do SME Envoy). Em 2023, a atuação da Rede focou-se em 4 áreas: melhor regulamentação e redução de encargos regulamentares e administrativos; preços da energia e inflação; preparação do *SME Relief Package*; e acesso ao financiamento.

Em 2023, de todos os projetos do Ministério da Economia e do Mar que foram apresentados no âmbito do Instrumento de Assistência Técnica (IAT) da DG REFORM da Comissão Europeia, o projeto da DGAE foi o único aprovado. Trata-se do projeto “*Supporting industrial ecosystems in Portugal through strengthening SME greening and green entrepreneurship policies & business incubation and acceleration systems*”. Os resultados foram conhecidos no final do mês de março e os trabalhos iniciaram-se em julho, estando a cargo da OCDE a prestação da assistência técnica. O projeto tem um período de execução de 18 meses e encontra-se dividido em dois *Workstreams*: *Workstream A - SME greening and green entrepreneurship policies*; e *Workstream B - Business incubation and acceleration systems*. A DGAE, em parceria com a OCDE, tem vindo a conduzir este trabalho, envolvendo grande parte das autoridades nacionais, indústria e outras partes interessadas.

Quanto aos trabalhos desenvolvidos no âmbito da OCDE (Comité de PME e Empreendedorismo), a DGAE continua a integrar o comité diretor (*Bureau*), que constitui o órgão que tem a responsabilidade de apoiar a preparação desta reunião, nomeadamente definindo a sua estrutura, agenda, temas e documentação de apoio. Em 2023, a participação da DGAE nos trabalhos da OCDE intensificaram-se, seja pela co-organização de eventos ou pela participação acrescida em reunião e iniciativas desta organização internacional. Destaca-se a preparação da conferência Ministerial sob o tema “*Managing Shocks and transitions – Future-proofing SME and Entrepreneurship*”, na qual Portugal esteve representado pelo Secretário de Estado da Economia. Os trabalhos desta reunião ministerial encerraram com a assinatura, por 55 países e pela UE, da “*Declaration on Enhancing SMEs and Entrepreneurship Policies for Greater Resilience and Successful Green and Digital Transitions*”, que reflete sobre as principais linhas orientadoras e trabalhos futuros da OCDE no domínio das PME e o compromisso político de alto nível, dos Aderentes, quanto a esta matéria.

Em 2023, ao nível nacional, manteve-se a estreita articulação com os setores industriais, no sentido de os continuar a envolver em todos os trabalhos de política pública e de acompanhamento próximo da transição da indústria no quadro da descarbonização.

A DGAE exerceu o papel de coordenadora nacional do Exercício de Aprendizagem Mútua (MLE – *Mutual Learning Exercise*), da Comissão Europeia, sobre o Roteiro das Tecnologias de Baixo Carbono para a Descarbonização Industrial. Em 2023, Portugal foi o país anfitrião da 4.ª reunião, que se realizou em Lisboa, nos dias 28 e 29 de novembro, e que teve como tema central as condições-quadro, entendidas como elementos-chave nas indústrias com utilização intensiva em energia, pois moldam as ações previstas nos roteiros tecnológicos industriais, tais como a procura, a regulamentação, a expansão e a implementação de tecnologias.

No quadro da política europeia, a DGAE garantiu o relacionamento institucional com os organismos nacionais e europeus, destacando-se o acompanhamento das negociações: (i) proposta de Regulamento Indústria de Impacto Zero; (ii) proposta de Ato Europeu das Matérias-Primas Críticas; (iii) e Instrumento de Emergência do Mercado Único (SMEI).

Uma das áreas que manteve alto nível de intervenção foi a dos auxílios de Estado e política da concorrência. O ano de 2023 foi caracterizado pela intervenção da DGAE em diversos domínios, com especial destaque para o acompanhamento das alterações e revisões de alguns dos principais instrumentos enquadramentos das regras de auxílios estatais na União Europeia, designadamente, a 4ª Revisão ao Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC), o novo Regulamento *de minimis* a vigorar no período de 2024-2030 e a revisão do Regulamento *de minimis Serviços de Interesse Económico Geral*, as alterações ao Quadro Temporário de Crise e de Transição, e a adoção no mês de maio, do Código de Boas Práticas para os Projetos Importantes de Interesse Comum Europeu (IPCEI).

A DGAE manteve um ativo papel no âmbito das competências de apoio à Comissão Técnica de Sistema de Incentivos, relativo à aplicabilidade do Decreto-Lei n.º 6/2015, de 8 de janeiro, que aprova o Enquadramento Nacional de Sistemas de Incentivo às Empresas (ENSIE), ao Programa Crescimento Azul e aos sistemas de incentivo com enquadramento no Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, também designado por *EEA Grants*.

Por outro lado, foi feito o acompanhamento próximo aos IPCEI, onde se destacaram as intervenções na área do Hidrogénio (IPCEI Hy2Tech, IPCEI H2Use, IPCEI H2 RHATL, IPCEI H2 *Mobility & Transport*), como também nos setores da Microeletrónica (IPCEI *on Microelectronics and Communication Technology* - ME/CT) e das Baterias (EuBatIn).

Acompanhou as ações do Fórum Industrial da UE, com enfoque no trabalho em desenvolvimento nas suas 5 *Taskforces* e nas Trajetórias de Transição da Indústria.

Relativamente à vertente multilateral da política comercial da UE, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, a DGAE participou em reuniões e contribuiu com análises e pareceres nas seguintes vertentes: negociação de novas regras de comércio (destaque para comércio eletrónico, regulamentação interna em serviços, facilitação de investimento para o desenvolvimento, comércio e ambiente); reforma da própria organização (em especial do órgão de recurso do órgão de resolução de litígios); avaliação dos impactos para os interesses nacionais dos litígios envolvendo a UE. Também no âmbito da OCDE, a DGAE assegurou a

representação de Portugal em reuniões do Comité de Comércio, do Grupo de Trabalho do Comité de Comércio e do Comité de Investimento.

No que respeita à vertente bilateral da política comercial da UE, a atividade da DGAE abrangeu um conjunto muito alargado de temas, nomeadamente: negociação de Acordos de Comércio Livre (em particular Austrália, Nova Zelândia, Indonésia, Índia, Mercosul e Tailândia), de Acordos de Parceria Económica (em particular Quénia) e Acordos de Parceria e Cooperação Reforçada (Tajiquistão); aplicação de Acordos de Comércio Livre (com destaque para Canadá e Reino Unido); Acordos de Investimento (em especial o Acordo de Facilitação de Investimento Sustentável – SIFA com Angola e o Acordo de Investimento com a Índia); Comércio Digital/Eletrónico, incluindo as novas Parcerias Digitais com a Coreia do Sul, Japão e Singapura; relacionamento UE-EUA (em particular os trabalhos no âmbito do Comité de Comércio e Tecnologia e as negociações do GSA – Acordo Global do Aço e de Acordo sobre Minerais Críticos); Comité de Comércio e Tecnologia UE-Índia.

A DGAE participa em diferentes fóruns sobre o tema da política comercial e de investimento, sendo titular do Comité Consultivo de Acordos de Investimento, da Comissão Europeia, e participando em inúmeras reuniões da Comissão Europeia e do Conselho sobre o Tratado da Carta da Energia; trabalhos da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) para a reforma do ISDS (*Investor-State Dispute Settlement*); Grupo de Peritos sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável; Grupo de Peritos sobre Comércio e Investimento com a China; Plataforma Regional sobre o Comércio e Investimento no âmbito da União para o Mediterrâneo; Comité dos Instrumentos de Defesa Comercial (dumping e subvenções – onde é titular) e no Comité de Salvaguardas e do Regime Comum para as Exportações. No total, a equipa da Política Comercial Externa assegurou a participação em 140 reuniões, das quais resultaram 24 propostas de recomendações relevantes.

Na vertente das relações internacionais, durante o ano de 2023, continuou o apoio técnico à participação dos membros da área governativa da Economia e do Mar em inúmeras reuniões, num ano particularmente exigente ao nível dos encontros, com destaque para a XXXIV Cimeira Luso-Espanhola, XIII Cimeira Luso-Brasileira e XIV Cimeira Luso-Marroquina, 6.ª Reunião do

Grupo de Trabalho Económico Luso-Argelino e 6.ª Comissão Mista com a Arábia Saudita. Preparou-se igualmente a 3.ª Comissão Mista com a Ucrânia, entretanto adiada, devido à situação política em Portugal. No que se refere ao Fórum de Macau, e enquanto Ponto Focal Nacional deste mecanismo multilateral de cooperação, a DGAE participou na 18.ª Reunião do Secretariado Permanente e nos eventos comemorativos dos 20 anos da criação do Fórum de Macau.

Não poderia deixar de referir uma última nota sobre os recursos humanos, que constituem um desafio transversal face à missão tão extensa e diversificada de temas que a Direção-Geral das Atividades Económicas acompanha. É de enaltecer o compromisso e forte envolvimento que toda a equipa da Direção-Geral das Atividades Económicas mantém no cumprimento dos objetivos fixados, num ano que continuou exigente face às solicitações.

A toda a equipa, o meu muito obrigada.

A Diretora-Geral,
Fernanda Ferreira Dias

1.1. Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo

A DGAE é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, integrado, em 2022, no Ministério da Economia e do Mar (MEM). De acordo com o Decreto Regulamentar n.º 5/2015, de 20 de julho, a DGAE tem por **missão** a promoção e o desenvolvimento de um ambiente institucional mais favorável à competitividade e à inovação empresarial, através do apoio à conceção, execução, divulgação e avaliação de políticas do comércio e dos serviços, competindo-lhe também assegurar a coordenação das relações bilaterais, europeias e internacionais, no âmbito de atuação do MEM.

No âmbito da respetiva lei orgânica, a DGAE prossegue as seguintes **atribuições**:

- Contribuir para a definição, articulação e dinamização das políticas setoriais relativas ao comércio e aos serviços, acompanhando e avaliando a execução das medidas delas decorrentes;
- Monitorizar e avaliar a execução das medidas decorrentes das políticas públicas definidas e dirigidas às atividades económicas, promovendo e participando na elaboração do respetivo enquadramento legislativo e regulamentar, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Contribuir para a definição de políticas económicas no quadro da economia circular, nomeadamente, das aplicáveis à gestão de resíduos, propondo medidas conducentes à criação de valor económico, designadamente de valorização dos resíduos, enquanto matéria-prima secundária, colaborando na conceção e elaboração dos respetivos instrumentos legais e regulamentares, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;

- Promover a adoção de políticas e de regulamentação que visem a simplificação administrativa e a redução ou eliminação dos custos de contexto para os agentes económicos, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Preparar, apoiar e assegurar a intervenção nacional na adoção de medidas internacionais e da União Europeia, no domínio das políticas públicas económicas, incluindo a transposição de diretivas e a aplicação de regulamentos, sem prejuízo das competências do IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.), relativas à indústria e inovação;
- Assegurar a coordenação nacional para o acompanhamento da aplicação, enquanto instrumento de política económica, da Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno, nomeadamente, como ponto de contacto nacional para a assistência mútua e cooperação entre autoridades administrativas competentes, no quadro do Sistema de Informação do Mercado Interno;
- Acompanhar a conceção e a execução das políticas setoriais para a indústria e participar na preparação da posição nacional sobre os dossiês com relevância para a indústria a assumir nas instâncias europeias e internacionais, sem prejuízo das competências atribuídas ao IAPMEI, I. P.;
- Potenciar a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do empreendedorismo, da competitividade, da inovação, da sustentabilidade e da internacionalização das empresas, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Promover a articulação da política de empresa com outras políticas públicas, visando o crescimento sustentável;

- Definir, coordenar e dinamizar, no âmbito do METD, o desenvolvimento e a adoção de instrumentos e de iniciativas estratégicas, relativas à responsabilidade social e ao desenvolvimento sustentável;
- Coordenar e dinamizar a atuação do METD em matéria de auxílios de Estado;
- Contribuir para a definição e execução das políticas que enquadram o relacionamento económico externo, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), apoiando o METD em matéria de relações internacionais e de relações com a União Europeia (UE);
- Coordenar a participação do METD no quadro dos assuntos europeus, designadamente através do acompanhamento dos processos de transposição das diretivas e de execução dos regulamentos, bem como dos processos de pré-contencioso e de contencioso da UE;
- Coordenar, propor e desenvolver atividades no âmbito da cooperação internacional, europeia e bilateral, designadamente com os países de língua oficial portuguesa, sem prejuízo das competências próprias dos órgãos e serviços do MNE;
- Assegurar o planeamento do aprovisionamento e gestão das matérias-primas e dos recursos industriais em situação de crise e de guerra e apoiar o Governo em matéria de planeamento civil de emergência, no quadro definido pelo Decreto-Lei n.º 73/2012, de 26 de março;
- Assegurar, a nível externo, a representação nacional nos grupos de trabalho correspondentes do Comité de Planeamento Civil de Emergência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em articulação com os serviços competentes do Ministério da Defesa Nacional.

Compete, ainda, à DGAE, durante a vigência dos contratos de contrapartidas ou de cooperação industrial celebrados entre o Estado Português e os fornecedores de material de defesa, no âmbito de programas de aquisição de equipamentos e sistemas de defesa, acompanhar a respetiva execução, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

II. AUTOAVALIAÇÃO

2.1 *Análise dos resultados alcançados*

A análise dos resultados alcançados terá por base o definido no Plano de Atividades e no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) da DGAE previstos para 2023, os quais constituem a base da avaliação do desempenho no âmbito da Administração Pública. O QUAR está estruturado em objetivos estratégicos plurianuais e em objetivos operacionais anuais, os quais se relacionam com os objetivos anteriores. Os objetivos operacionais são classificados em três parâmetros: eficácia, eficiência e qualidade.

Os objetivos estratégicos não sofreram qualquer alteração, mantendo-se os mesmos do ano anterior. Relativamente aos objetivos operacionais, para o ano de 2023, foram definidos os objetivos que constam do Quadro I. Como se pode constatar, foram definidos três objetivos operacionais de eficácia, três objetivos operacionais de eficiência e dois objetivos operacionais de qualidade.

QUADRO I - Objetivos operacionais do QUAR-2023

OBJETIVOS OPERACIONAIS	OE
Eficácia	30%
O1. Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do MEM e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	OE1, OE2, OE3 e OE4
O2. Assegurar a implementação de medidas de simplificação e de desburocratização administrativas, incluindo as previstas no Programa SIMPLEX	OE4
O3. Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	OE1, OE2, OE3 e OE4
Eficiência	30%
O4. Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE	OE1, OE2, OE3 e OE4
O5. Melhorar os prazos de decisão dos processos de licenciamento e registo	OE1, OE2 e OE4
O6. Contribuir para a transição e catalisação digital das empresas no âmbito do PRR	OE2 e OE4

OBJETIVOS OPERACIONAIS	OE
Qualidade	40%
O7. Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela DGAE	OE1, OE2, OE3 e OE4
O8. Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores/as	OE5

OE - Objetivos estratégicos

Dos objetivos definidos para 2023, foram considerados como mais relevantes, para efeitos do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, os que têm um maior peso percentual e que correspondam a, pelo menos, metade dos objetivos, independentemente da sua natureza. Assim, foram considerados como **objetivos relevantes** os objetivos 2, 6, 7 e 8, neles se incluindo os que foram previstos no artigo 18.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro.

2.1.1. Resultados dos Indicadores

Para cada objetivo operacional foram definidos indicadores de desempenho com as respetivas metas. Desta forma será possível aferir em que medida esses objetivos foram alcançados. Seguidamente, serão analisados, em detalhe, os resultados alcançados em cada objetivo com base nas taxas de realização dos respetivos indicadores.

A informação de base que permite aferir os resultados alcançados em termos dos objetivos e respetivos indicadores é retirada dos quadros de acompanhamento e avaliação que foram criados, no início do ano, para esse efeito.

OBJETIVOS DE EFICÁCIA

Quadro II – Resultados dos indicadores do Objetivo 1

O1. Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do MEM e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais				Peso: 30%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 1 - Taxa de participação em reuniões planeadas	[80%;90%]	100%	84%	100%
Ind. 2 - Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas	[10%;20%]	25%	20%	100%
Ind. 3 - N.º reuniões de coordenação organizadas pela DGAE no âmbito das suas competências	[33;59]	74	88	138%

A DGAE é o organismo responsável pela coordenação das relações internacionais no âmbito do Ministério da Economia e do Mar, tanto ao nível das relações multilaterais, com a União Europeia e outras organizações internacionais, como ao nível das relações económicas bilaterais.

Por esta razão, foi definido como objetivo operacional para o ano de 2023: *Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do Ministério da Economia e do Mar e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais.*

Como é possível verificar no Quadro II, este objetivo foi superado, tendo em conta que dos três indicadores definidos, os indicadores 1 e 2 atingiram uma taxa de realização de 100% e o indicador 3 superou a meta prevista, alcançando uma taxa de realização de 138%.

O **indicador 1**, que mede a taxa de participação da DGAE nas reuniões que foram planeadas, alcançou um resultado de 84%, uma vez que, das 345 reuniões planeadas no âmbito do reforço dos assuntos europeus e internacionais do MEM, se verificou uma participação em 290.

Quanto ao **indicador 2**, que afere a percentagem das recomendações que são formuladas em resultado da participação nas referidas reuniões, fundamental para introduzir melhorias no trabalho realizado pela DGAE nesta matéria, o resultado alcançado foi de 20%, tendo presente que, no universo de 290 reuniões participadas, foram formuladas 58 recomendações.

A análise do resultado alcançado no **indicador 3** permite-nos concluir que este superou a meta planeada inicialmente. A meta deste indicador, que mede o número de reuniões de coordenação realizadas pela DGAE com outros organismos da Administração Pública, autarquias e associações e organizações representativas do tecido empresarial português, foi largamente superada, já que, em 2023, foram realizadas 88 reuniões de coordenação, quanto tinham sido planeadas realizar entre 33 e 59 dessas reuniões. Tal situação ficou essencialmente a dever-se ao elevado número de reuniões de coordenação que foi necessário realizar, para além do que estava previsto, com vista à execução dos projetos das “Aceleradoras de Comércio Digital” e dos “Bairros Comerciais Digitais”, financiados no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência, e à preparação da Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços 2030.

Quadro III – Resultados dos indicadores do Objetivo 2

O2. Assegurar a implementação de medidas de simplificação e de desburocratização administrativas, incluindo as previstas no Programa SIMPLEX				Peso: 40%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 4 - Taxa de execução das atividades constantes dos projetos SIMPLEX	[25%;75%]	100%	50%	100%
Ind. 5 - N.º de medidas de desburocratização e de redução dos custos de contexto a concluir em 2023	[7;13]	17	8	100%

No âmbito das medidas de simplificação administrativa e de modernização do Estado, inseridas no programa SIMPLEX e que tinham sido atribuídas à DGAE, e de desburocratização e redução dos custos de contexto para os operadores económicos, foi definido, como objetivo operacional, o **objetivo 2**.

Tendo em conta a taxa de realização de 100% obtida nos dois indicadores definidos para este objetivo, verifica-se que este foi alcançado.

Da leitura do quadro III, é possível verificar que o resultado alcançado no **indicador 4** foi de 50%, o que se situa no intervalo planeado entre 25% e os 76%, visto que se realizou uma atividade, no âmbito da Medida #8 – “Mapa do Comércio Serviços e Restauração”, das 2 atividades que tinham sido previstas realizar em 2023, no âmbito do SIMPLEX.

Relativamente, ao **indicador 5**, que mede o número de medidas de desburocratização e de redução dos custos de contexto implementadas em 2023, é possível concluir que foram implementadas 8 medidas, resultado que atinge a meta planeada, entre 7 e 13. Entre essas medidas, encontram-se:

1. Desenvolvimento de nova funcionalidade do Portal *ePortugal* para a declaração voluntária de cessação da atividade do responsável técnico das Funerárias;
2. Novos Conteúdos do Selo *Clean&Safe 2023*;
3. Novo Serviço de Cessação de Atividade/Todas as Atividades do RJACSR;
4. Fichas de Simplificação dos Comprovativos de Atividade Profissional;
5. Implementação do PT4US - *Go alive*;
6. Simplificação de procedimentos - Elaboração de Manual de Submissão dos Seguros - Leiloeiras e Prestamistas;
7. Portal *ePortugal*: Revisão dos textos das Notificações para Leiloeiras, Prestamistas e Kimberley - Com alterações e automatizações dos reportes;
8. Portal *ePortugal*: Revisão dos textos das Notificações das Autorizações Conjuntas.

Quadro IV – Resultados dos indicadores do Objetivo 3

O3. Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas				Peso: 30%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 6 - N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas	[11;19]	25	19	100%
Ind. 7 - N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais	[13;25]	32	23	100%

Tendo em conta as suas competências, foi assumido como objetivo operacional desta Direção-Geral, para o ano de 2023, *contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas*. Este objetivo é monitorizado através de dois indicadores.

Da análise dos resultados alcançados nesses dois indicadores, é possível verificar que este objetivo foi atingido, já que ambos os indicadores atingiram uma taxa de realização de 100%.

No que diz respeito ao **indicador 6**, que mede o número de propostas de formulação e/ou avaliação da execução de políticas públicas nas diversas áreas de intervenção da DGAE, em 2023, o resultado atingiu a meta definida, já que foram apresentadas 19 propostas, no limite máximo do intervalo planeado (entre 11 e 19 propostas):

1. Criação de uma Linha de Apoio à Valorização do Comércio dos concelhos do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) - Programa Transformar Comércio e Operacionalização do Programa Transformar Comércio;
2. PRR | Convite à apresentação de Propostas Finais para Desenvolvimento dos projetos dos «Bairros Comerciais Digitais» - 2.ª fase;
3. Projeto de RCM - Alteração dos atuais planos regionais de ordenamento do território e à sua recondução a programas regionais;
4. Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços;
5. Simplex - Roteiros Interativos “Comércio com História”;

6. Proposta de revisão de Modelo de Acordo de Promoção e Proteção de Investimento (APPRI) de Portugal;
7. Aviso de Acreditação de Fornecedores de Serviços para a disponibilização no Catálogo de Serviços de Transição Digital (no âmbito do PRR);
8. Criação de um GT para a dinamização do MLE | Roteiro das Tecnologias de Baixo Carbono e Descarbonização da Indústria;
9. PNACERDH - Plano Nacional de Ação para a CER & DH 2023-2025;
10. UNILEX - 10.ª Revisão do Decreto-Lei n.º 152-D/2017;
11. Decreto-Lei n.º XX/2023 - 3.ª Alteração ao Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR);
12. Projeto de Decreto-Lei relativo ao regime jurídico da contribuição sobre embalagens de venda de utilização única utilizadas em refeições prontas a consumir;
13. Proposta de Despacho que estabelece a atualização dos valores das contrapartidas financeiras devidas pelas entidades gestoras do SIGRE aos SGRU;
14. Alteração da Medida 138 do PNIPGM (Rede da Diáspora - Investimento na Diáspora);
15. Criação de equipa interministerial de acompanhamento e apoio aos IPCEI;
16. FAQ | Versão 03 | Avisos 03/07/09-C16-i02-2022 | *Test Beds*;
17. 4.º Aviso N.º 15/C16-i02/2023 - Rede Nacional *Test Beds*;
18. Plano de Ação para a Economia Circular 2023-2027;
19. Projeto de Resolução do Conselho de Ministros que define os critérios ecológicos aplicáveis à celebração de contratos por parte das entidades da administração direta e indireta do Estado.

Outra das formas de contribuir para o objetivo referido é promover a partilha de informação e capacitação acerca das temáticas trabalhadas pela DGAE. O **indicador 7** permite verificar o número de sessões de informação e capacitação junto dos agentes económicos e de interlocutores institucionais. Como referido, o resultado foi atingido, tendo em conta que foram realizadas 23 sessões de informação, quando tinham sido planeadas entre 13 e 25 sessões:

1. Sessão de Divulgação/Informação - Programa Transformar Comércio com o IAPMEI;
2. Bairros Comerciais Digitais - Sessão de Esclarecimento de dúvidas do 2.º Aviso dos BCD (online) -IAPMEI - Rede Espaço Empresa;

3. Bairros Comerciais Digitais - Sessão de Esclarecimento de dúvidas do 2.º Aviso dos BCD (online) - NUTS II Norte;
4. Bairros Comerciais Digitais - Sessão de Esclarecimento de dúvidas do 2.º Aviso dos BCD (online) - NUTS II Centro;
5. Bairros Comerciais Digitais - Sessão de Esclarecimento de dúvidas do 2.º Aviso dos BCD (online) - NUTS II Sul (AML; Alentejo; Algarve) e Ilhas;
6. Duas Sessões de Divulgação dos Resultados do Programa Transformar Comércio com SETCS; DG; IEFP e CCP;
7. Sessão Pública de Apresentação dos Resultados das Aceleradoras de Comércio Digital;
8. Sessão Pública de Divulgação do Inventário Nacional Comércio com História;
9. Conferência “Os benefícios dos Acordos Comerciais da UE para as PME em Portugal”;
10. Evento: Encontro Empresarial sobre os EUA, realizado em Águeda;
11. Conferência “Economias europeias: perspetivas no atual contexto internacional”;
12. Encontro Técnico com os DIH para apresentação do modelo de acompanhamento “Boost DIH”;
13. PRR – ACD: Ferramenta da Maturidade Digital (operacionalização) e Aviso de Acreditação de Fornecedores;
14. *Webinar* "O Papel do Ponto de Contacto Nacional para a Conduta Empresarial Responsável";
15. PRR – BCD: Apresentação Pública dos resultados das candidaturas;
16. Sessão de apresentação do projeto TSI da DGAE;
17. Divulgação da Iniciativa PRR – BCD no âmbito da iniciativa ECONOMIA - Inovação & Fábrica do Futuro;
18. Apresentação da Versão Beta do Mapa CSR – evento com o INE;
19. Divulgação da Iniciativa PRR – BCD visando a inclusão digital das PME, enquadrado nas novas tendências no comércio a retalho;
20. Apresentação da Versão Beta do Mapa CSR – evento com a CCP;
21. 4.ª Reunião MLE + *Workshop* sobre a descarbonização da indústria;
22. Conferência sobre Autonomia Estratégica na perspetiva da Economia e da Defesa;
23. *Webinar* “#REUE2023 | Construir o Futuro”.

OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA

Quadro V – Resultados dos indicadores do Objetivo 4

O4. Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE				Peso: 35%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 8 - Taxa de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo	[94%;98%]	100%	99,8%	124%
Ind. 9 - Taxa de solicitações respondidas com carácter substantivo dentro do prazo	[94%;98%]	100%	99,1%	119%

A resposta da DGAE a todos os pedidos de parecer técnico-jurídicos e de solicitações que são dirigidos às diversas unidades orgânicas é uma das principais áreas de trabalho da DGAE e é fundamental que essa resposta seja efetuada da forma mais eficiente possível, cumprindo os prazos definidos. Por esta razão, em 2023, foi definido o **objetivo 4: Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE**.

Da análise dos resultados verificados nos dois indicadores identificados para este objetivo, é possível afirmar que este foi superado, uma vez que os indicadores registaram taxas de realização de 124% e 119%, respetivamente.

Relativamente ao **indicador 8**, é possível constatar que a percentagem de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo foi de 99,8%, acima da meta definida. Dos 619 pedidos de parecer recebidos em 2023, 618 foram respondidos dentro do prazo.

Também no que diz respeito ao **indicador 9**, que mede o número de solicitações respondidas com carácter substantivo, o resultado alcançado superou a meta definida inicialmente, já que 99,1% dessas solicitações foram respondidas dentro do prazo: das 3944 solicitações recebidas em 2023, 3908 foram respondidas dentro do prazo.

Quadro VI – Resultados do indicador do Objetivo 5

O5. Melhorar os prazos de decisão dos processos de licenciamento e registo				Peso: 25%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 10 - Taxa de redução dos prazos estabelecidos para atribuição de autorizações, licenças e registos das atividades económicas	[8%;18%]	23%	23%	125%

Os processos de licenciamento das atividades económicas, de registo da introdução de novos produtos e matérias no mercado nacional e de licenças de utilização do Rótulo Ecológico da União Europeia são uma das atividades fundamentais da DGAE e, devido à sua importância para o desenvolvimento das atividades económicas portuguesas, é necessário garantir que esses processos são geridos da forma mais eficiente possível, promovendo a redução dos prazos de decisão. Neste sentido, foi definido o **objetivo 5** – *Melhorar os prazos de decisão dos processos de licenciamento e registo*.

Da análise dos resultados alcançados no indicador definido para este objetivo, é possível concluir que este objetivo foi superado, uma vez que o indicador que integra este objetivo foi superado.

Como é possível constatar no quadro VI, a taxa de realização do **Indicador 10** foi de 125%, já que o prazo foi reduzido em 23%, quando tinha sido definida como meta para este indicador uma redução entre 8% e 18%.

Quadro VII – Resultados dos indicadores do Objetivo 6

O6. Contribuir para a transição e catalisação digital das empresas no âmbito do PRR				Peso: 40%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 11 - Taxa de candidaturas analisadas no prazo	[80%;90%]	100%	93%	114%
Ind. 12 - Taxa de pedidos de pagamento analisados no prazo	[80%;90%]	100%	100%	125%

As competências atribuídas à DGAE no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência englobam a gestão de duas medidas, Aceleradoras de Comércio Digital e Bairros Comerciais Digitais, no âmbito da Componente 16 – Empresas 4.0, da Dimensão Transição Digital desse Plano, assim como a participação no Grupo de Acompanhamento de outras medidas desta Componente. Foi por este motivo que se definiu o **Objetivo 6** – *Contribuir para a transição e catalisação digital das empresas no âmbito do PRR*, constituído por dois indicadores.

Em termos globais, tendo em conta os resultados dos dois indicadores verifica-se que o objetivo foi superado, uma vez que, tanto o **indicador 11**, que pretende medir a taxa de candidaturas analisadas dentro do prazo (das 236 candidaturas apresentadas no âmbito dos Bairros Comerciais Digitais foram analisadas no prazo 218, todas as 25 candidaturas apresentadas no âmbito das Aceleradoras de Comércio Digital foram analisadas no prazo e as 3 candidaturas apresentadas no âmbito das *Test Beds* também foram analisadas dentro do prazo), com uma taxa de realização de 114%, como o **indicador 12**, respeitante à taxa de pedidos de pagamento analisados no prazo (dos 3 pedidos submetidos todos foram analisados no prazo), com uma taxa de realização de 125%, superaram as respetivas metas.

OBJETIVOS DE QUALIDADE

A melhoria contínua dos serviços prestados pela DGAE é um elemento essencial para a implementação das suas atividades e para a concretização dos objetivos definidos por esta Direção-Geral, razão pela qual foi definido o **objetivo 7: Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela DGAE.**

Através da análise dos resultados alcançados em ambos os indicadores definidos para este objetivo, é possível concluir que este foi superado, já que um desses indicadores alcançou a meta definida e o outro a superou.

Quadro VIII – Resultados dos indicadores do Objetivo 7

O7. Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela DGAE				Peso: 65%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 13 - N.º de conteúdos publicados no Website da DGAE	[237;313]	392	292	100%
Ind. 14 - Grau de satisfação dos/as utilizadores/as que solicitam esclarecimentos no âmbito das competências da DGAE	[3,4;4,0]	5	4,8	121%

Relativamente ao **indicador 13**, que mede o número de conteúdos que foram publicados no website da DGAE, em 2023, é possível verificar que o resultado alcançado atingiu a meta definida, visto que foram publicados 292 conteúdos, resultado que se situa dentro do intervalo da meta definida, que previa a publicação entre 237 e 313 conteúdos.

O **indicador 15** pretende aferir o grau de satisfação dos utilizadores relativamente aos esclarecimentos que recebem por parte da DGAE. Para o efeito, foi elaborado e implementado um inquérito de satisfação a todos os utilizadores que solicitaram esclarecimentos à DGAE, no

decorrer do ano, relacionados com as diversas áreas de intervenção da Direção-Geral. Esse inquérito é realizado através de uma hiperligação inserida no correio eletrónico de resposta ao esclarecimento solicitado, que permite aos utilizadores classificar a sua satisfação numa escala de *Likert*. Tendo em conta o resultado obtido, é possível verificar que a meta foi ultrapassada, já que o grau de satisfação foi de 4,8, face ao intervalo planeado: entre 3,4 e 4,0.

Quadro IX – Resultados dos indicadores do Objetivo 8

O8. Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores/as				Peso: 35%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 15. - N.º de medidas que contribuem para a melhoria da cultura organizacional, conciliadoras da vida profissional e pessoal, bem como para a promoção da saúde e do bem-estar no local de trabalho e a motivação dos/as trabalhadores/as	[2;4]	6	3	100%

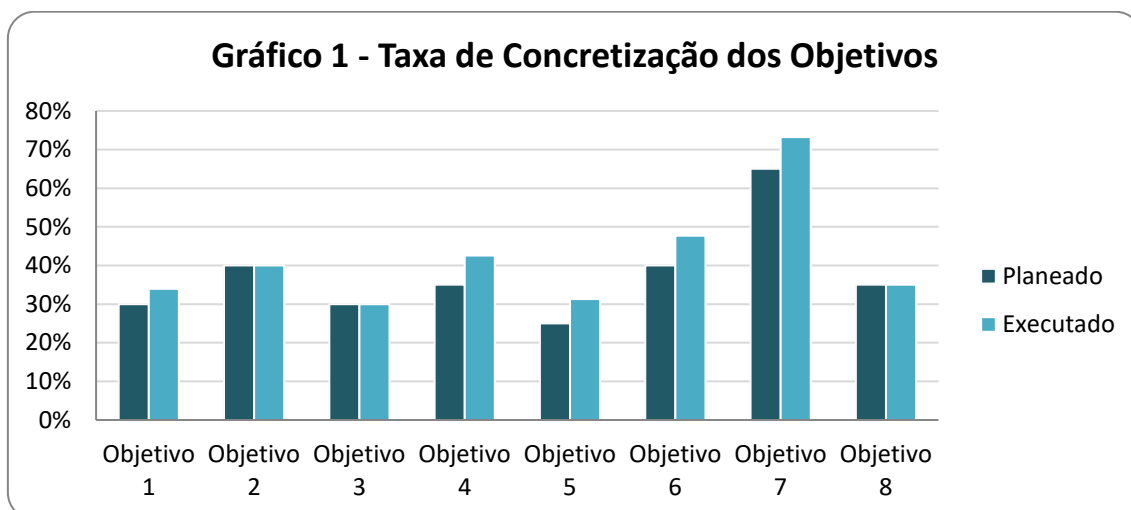
A gestão dos recursos humanos da DGAE é fundamental para a concretização dos objetivos definidos e para a melhoria contínua do trabalho realizado, bem como permite satisfazer as necessidades dos trabalhadores através de um conjunto diversificado de medidas. Por esse motivo, foi definido o **objetivo 8 - Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores/as**.

Através da análise do quadro VII, é possível concluir que o objetivo foi alcançado, já que o único indicador identificado para este objetivo obteve uma taxa de realização de 100%.

De facto, o **indicador 15**, que mede o número de medidas implementadas num conjunto diversificado de áreas, alcançou a meta prevista, tendo sido implementadas 3 medidas em 2023 (realização de aulas de Pilates, avaliação da satisfação dos trabalhadores e dos dirigentes e celebração de novos acordos de parceria com benefícios para os trabalhadores), o que se insere no intervalo definido para a respetiva meta, entre duas a quatro medidas.

2.1.2. Resultados dos objetivos e dos parâmetros

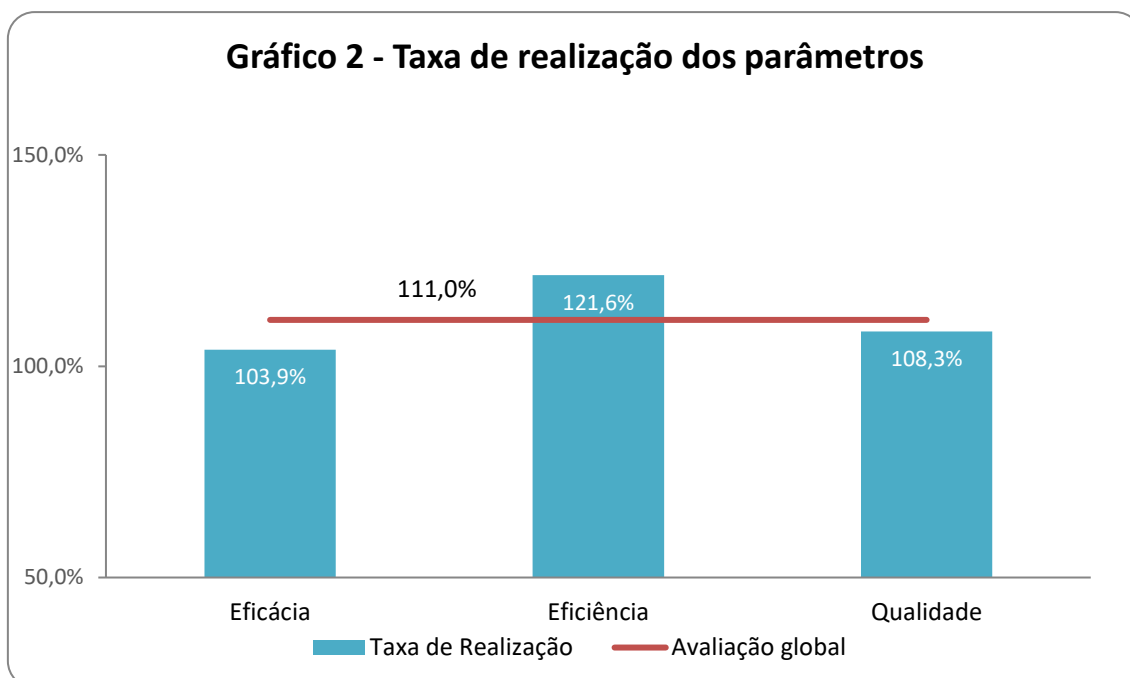
A taxa de concretização dos objetivos identificados para o ano de 2023, calculada com base na taxa de realização dos indicadores que foram definidos para cada um desses objetivos, permite-nos verificar, como se pode constatar no Gráfico 1, que os resultados foram superados em cinco dos oito objetivos identificados (objetivos 1, 4, 5, 6 e 7), neles se incluindo 3 dos objetivos relevantes, e atingidos os resultados relativos aos objetivos 2, 3 e 8.



No que diz respeito à taxa de concretização dos parâmetros **Eficácia**, **Eficiência** e **Qualidade**, como se pode verificar no Quadro X e no gráfico 2, foi superada em cada um desses parâmetros.

QUADRO X - Avaliação global do serviço

	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Planeado	30,0%	30,0%	40,0%
Executado	31,2%	36,5%	43,3%
Avaliação global	111,0%		



Em 2023, tendo em conta a autoavaliação realizada, referida anteriormente, os resultados alcançados em termos dos objetivos definidos para a DGAE e os respetivos indicadores (em que a maior parte dos objetivos foi superada, visto terem sido ultrapassadas as metas em 8 dos 16 indicadores), é possível concluir que a taxa de concretização global foi de **111%**, valor que a situa acima dos 110,4%, registada em 2022.

2.2 *Análise dos desvios relativamente aos recursos*

2.2.1. *Recursos Humanos*

No que se refere aos Recursos Humanos planeados para o ano em análise, no âmbito do QUAR 2023 – Quadro de Avaliação e Responsabilização da DGAE e conforme quadro que se apresenta, foram planeados 1525 pontos correspondentes a 129 trabalhadores, apurando-se a execução de 1174 pontos em 31-12-2023, correspondente a 100 trabalhadores, tendo resultado um desvio negativo de 351 pontos face aos pontos inicialmente planeados, justificado por uma taxa de execução global do mapa de Pessoal de 77,5% decorrente de 29 postos de trabalho previstos e não ocupados no cargo de direção Intermédia (1) e das carreiras de técnico superior (21), assistente técnico (4) e assistente operacional (3).

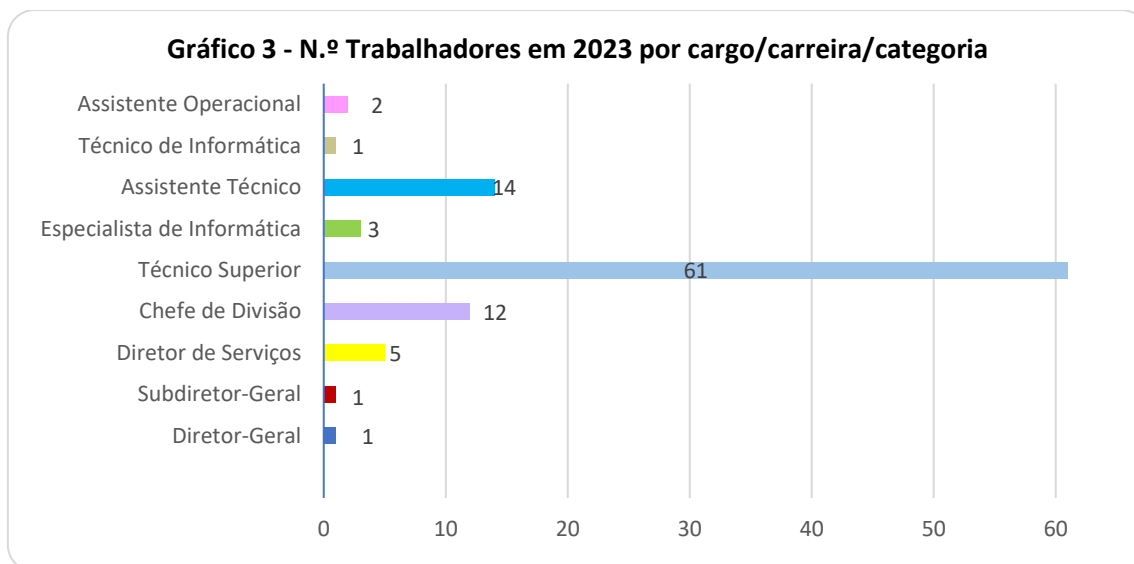
QUADRO XI – Pontuação de Recursos Humanos Planeados e Executados por Cargo/Carreira

Designação	Pontuação	N.º Efetivos Planeados (Mapa de Pessoal)	Pontos Planeados	Pontos Executados	N.º Efetivos	Desvio %
Direção Superior	20	2	40	40	2	0
Direção intermédia	16	18	288	272	17	-16
Técnico Superior (*)	12	85	1020	768	64	-252
Assistente Técnico (**)	8	19	152	120	15	-32
Assistente Operacional	5	5	25	10	2	-15
Total		129	1525	1210	100	-315

(*) - Inclui especialistas de informática

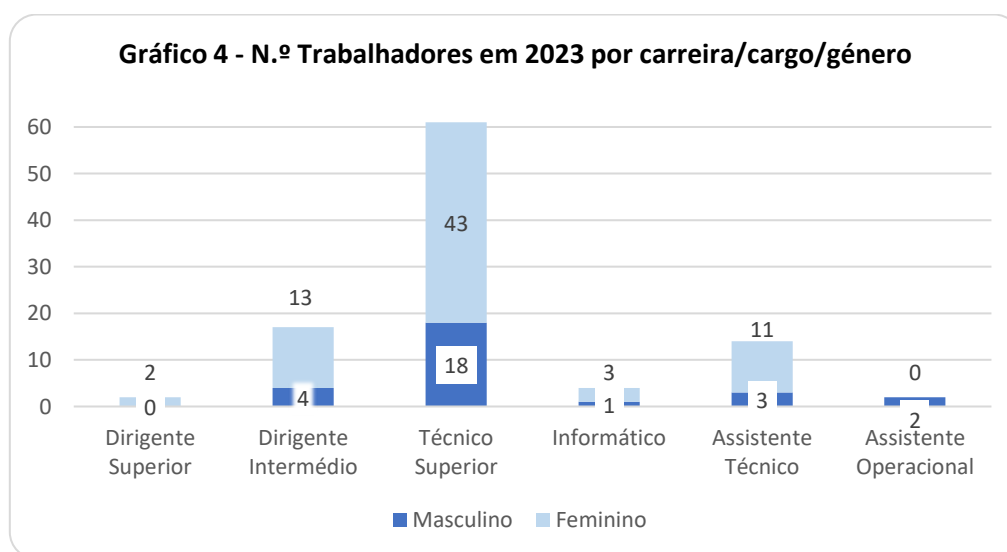
(**) - Inclui técnicos de informática

O mapa de pessoal da DGAE para o ano de 2023 dispunha de 129 postos de trabalho, sendo que no início do ano se encontravam em funções 102 trabalhadores e em 31 de dezembro de 2023 o número de trabalhadores em funções totalizou 100 trabalhadores.



No que diz respeito à distribuição dos trabalhadores por cargo/carreira/categoria, 61% dos trabalhadores encontravam-se inseridos na carreira técnica superior, 14% na carreira de assistente técnico, 4% na carreira informática, 2% na carreira de assistente operacional, 17% em cargos de direção intermédia e 2% em cargos de direção superior.

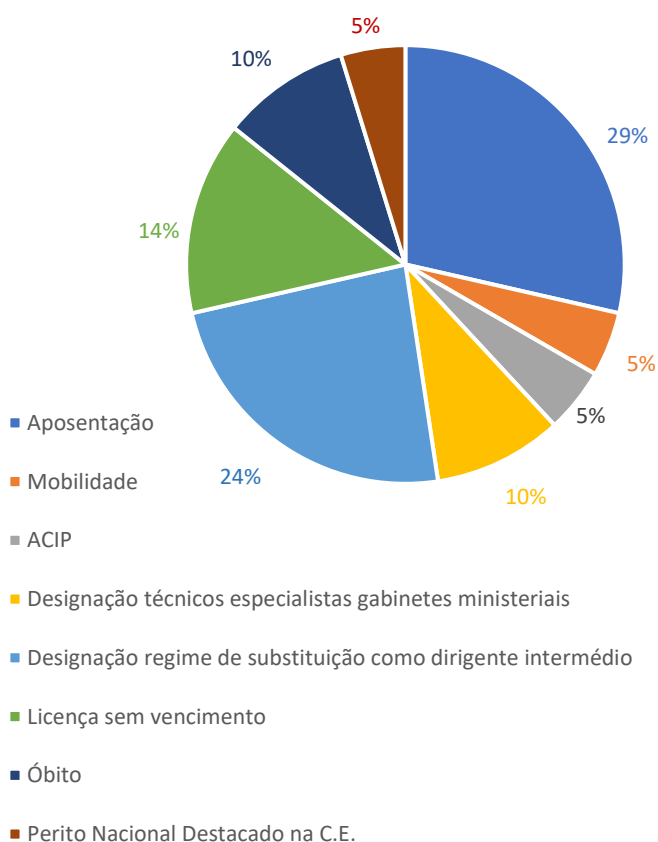
Em 2023, a taxa de feminização correspondeu a 72% do total dos trabalhadores.



A movimentação de efetivos ao longo do ano de 2023, registou um movimento de entradas de trabalhadores inferior ao movimento de saídas de trabalhadores.

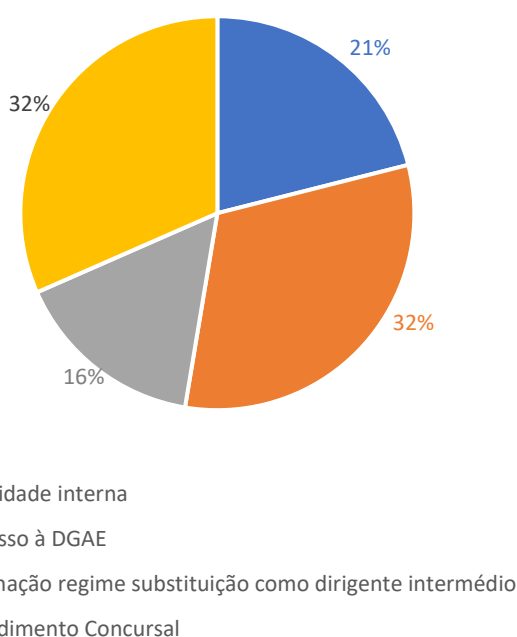
De acordo com o Balanço Social 2023 da DGAE, ao longo do ano de 2023 verificaram-se 21 saídas de trabalhadores na DGAE, devido a aposentação (6), por designação em regime de substituição como dirigente intermédio (5), por licença sem vencimento (3), por óbito (2), mobilidade interna (1), por designação como técnicos especialistas para gabinetes ministeriais (2), por acordo de cedência de interesse público (1) e destacamento como perito nacional na Comissão Europeia (1).

Gráfico 5 - Motivos de saída de trabalhadores



No que se refere às entradas de trabalhadores, registaram-se 19 entradas justificadas por regresso à DGAE (6), por procedimento concursal (6), por mobilidade na categoria (4) e por designação em regime de substituição como dirigentes intermédios (3).

Gráfico 6 - Motivos de entrada de trabalhadores



Assim, face ao número de entradas e saídas de trabalhadores registadas em 2023 resultou uma taxa de reposição de trabalhadores de 90,5% que correspondeu a uma taxa de admissões de trabalhadores de 19% e a uma taxa de saídas de trabalhadores de 19,6%.

No que se refere a mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira registaram-se 25 alterações obrigatórias de posição remuneratória - na carreira/categoria de técnico superior (21), na carreira/categoria de assistente técnico (3), na carreira/categoria de assistente operacional (1) e 3 consolidações da mobilidade na categoria de técnico superior.

O índice de rotação de trabalhadores em 2023 correspondeu a 70,4% tendo sido registada uma alteração face ao ano anterior (72%). De referir que este índice tem em conta o número de trabalhadores no final do ano face ao número de trabalhadores no início do ano acrescido do número de entradas e saídas de trabalhadores durante o ano.

2.2.2. Recursos Financeiros

No quadro XII temos uma síntese da execução do orçamento da DGAE em 2023, com informação relativa aos principais agrupamentos de despesa, incluindo também as dotações iniciais e corrigidas, para se poder ter uma noção dos respetivos desvios (entre os valores disponíveis e os executados) e da correspondente taxa de execução.

Este quadro reflete também a execução financeira dos projetos dos Bairros Comerciais Digitais e das Aceleradoras de Comércio Digital, de que a DGAE é a entidade gestora, integrados na Componente 16: “Empresas 4.0”, do Plano de Recuperação e Resiliência.

Quadro XII - Estrutura da despesa em 2023

Unidade: Euro

GRUPOS DE DESPESA	2023							
	Inicial		Disponível		Executado		Taxa de execução	Desvio
	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
Despesas com pessoal	4 680 646	71,14%	4 560 646	63,90%	4 052 435	69,89%	88,86%	508 211
Aquisição de bens e serviços	1 275 763	19,39%	1 434 226	20,10%	1 000 965	17,26%	69,79%	433 261
Juros e outros encargos	0	0,00%	2 465	0,03%	2 465	0,04%	99,99%	0
Transferências correntes	4 500	0,07%	166 676	2,34%	166 675	2,87%	100,00%	1
Outras despesas correntes	3 317	0,05%	3 317	0,05%	816	0,01%	24,60%	2 501
Aquisições de bens de capital	225 377	3,43%	216 026	3,03%	45 624	0,79%	21,12%	170 402
PRR	389 750	5,92%	753 474	10,56%	529 689	9,13%	70,30%	223 785
Total	6 579 353	100,00%	7 136 830	100,00%	5 798 668	100,00%	81,25%	1 338 162

Fonte: SGE

É necessário referir que no orçamento disponível está incluída, na rubrica das transferências correntes, uma verba de 162.084 €, não considerada no orçamento inicial, respeitante a saldos transitados de receitas próprias, que foi, na sua totalidade, transferida para o IAPMEI, com vista ao reforço do respetivo orçamento, conforme autorização do Senhor Ministro das Finanças¹.

A execução global do orçamento atingiu os 81,3%, face ao orçamento disponível, e a do orçamento de funcionamento (ou seja, excluindo o PRR) foi de 82,1 %, enquanto a do ano anterior tinha sido de 83,6%.

Quadro XIII – Comparação do orçamento disponível e executado entre 2022 e 2023

Unidade: Euro

GRUPOS DE DESPESA	Disponível		Executado	
	Desvio (2023-2022)	%	Desvio (2023-2022)	%
Despesas com pessoal	581 842	14,62%	329 920	8,86%
Aquisição de bens e serviços	-31 618	-2,16%	116 858	13,22%
Juros e outros encargos	2 454	22309,09%	2 454	23760,12%
Transferências correntes	80 817	94,13%	104 210	166,83%
Outras despesas correntes	-1 169	-26,06%	636	353,33%
Aquisições de bens de capital	-175 073	-44,76%	-240 756	-84,07%
PRR	0	131,84%	475 077	869,91%
Total	885 727	14,17%	788 400	15,74%

Fonte: SGE

A principal componente na estrutura de despesa foi o Agrupamento 01, das despesas com pessoal, com 79,4% (quando, em 2022, tinha sido de 75,1%), e o Agrupamento 02, das aquisições de bens e serviços, representou 19,6% (e, em 2022, 17,8%), totalizando ambos 99% do orçamento de funcionamento.

¹ Tratou-se de uma operação contabilística sem real impacto nas contas da DGAE de 2023.

De notar que a execução orçamental da aquisição de bens e serviços, que atingiu os 69,8% (superior à de 2022, com 60,3%), foi bastante condicionada pelas cativações do OE no Agrupamento 02 (ver quadro XIV), quer na fonte de financiamento 311 – Receitas de Impostos não afetas a projetos cofinanciados, quer na fonte de financiamento 513 – Receita Própria do ano com outras origens, no montante acumulado de 552.679 € (ou seja, 46,8%), já que a fonte de financiamento 482 não foi sujeita a cativos.

Quadro XIV – Dotações orçamentais condicionadas no Agrupamento 02

Unidade: Euro

AGRUPAMENTO 02	FF 311			FF 515			Total	
	Dotações iniciais	Cativos		Dotações iniciais	Cativos		Cativos	
		Valor	%		Valor	%	Valor	%
Aquisição de bens	20 476	14 179	69,2%	6 614	1 384	20,9%	15 563	76,0%
Aquisição de serviços	1 159 929	509 446	43,9%	73 744	27 670	37,5%	537 116	46,3%
Total	1 180 405	523 625	44,4%	80 358	29 054	36,2%	552 679	46,8%

Fonte: SGE

Se tivermos em consideração que as rendas das instalações, que estão incluídas na FF 311 desse agrupamento, totalizaram 543.681 €, e não foram sujeitas a cativos, isso significa que os cativos atingiram 77,1% do valor orçamentado nas restantes rubricas do orçamento de funcionamento, o que criou, no primeiro semestre do ano, enormes dificuldades para fazer face, nomeadamente, a compromissos decorrentes de contratos assinados e condicionou a assunção de novos compromissos essenciais ao exercício das competências da DGAE. Essa situação só foi em parte ultrapassada com o despacho de 26-06-2023, da Senhora Secretária de Estado do Orçamento, que autorizou o reforço da dotação da aquisição de bens e serviços no valor de 310.000 €, através do descativo integral de receitas próprias (ou seja, 29.054 €) e o remanescente (280.946 €) em receitas de impostos.

Em relação ao PRR, a execução foi de 361.942 € (70,3%), repartida da seguinte forma pelos vários grupos de despesa: despesas com pessoal 39.475 € (23,6%), aquisição de bens e serviços 69.617 € (74,3%), transferências correntes 58.655 € (66%) e aquisição de bens de capital 361.842€ (89,7%).

2.3 Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades

O Plano de Atividades da DGAE, para 2023, definiu o conjunto de atividades consideradas necessárias realizar pelas unidades orgânicas para a prossecução dos objetivos definidos.

A par destas atividades planeadas, devido a solicitações de diversa índole ou orientações emanadas da Tutela, realizaram-se outras atividades, não planeadas inicialmente, a maior parte das quais, apesar disso, enquadram-se nos referidos objetivos. Além destas, realizaram-se, igualmente, outras atividades que não se enquadram nesses objetivos, as quais não deixaram de contribuir significativamente para o desempenho das unidades orgânicas.

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as atividades realizadas em 2023 e analisar os respetivos níveis de realização, tanto das atividades planeadas como das não planeadas.

2.3.1. Atividades desenvolvidas pelas Unidades Orgânicas

Nas páginas seguintes apresentam-se, por unidade orgânica, a síntese das atividades realizadas em 2023, assim como as respetivas autoavaliações. O nível de realização das atividades é classificado de acordo com a seguinte legenda:

- R – Realizada
- NR – Não realizada
- T – Transferida para outra unidade orgânica.

QUADRO XV

ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO (DSCSR)

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
[01] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do MEM e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais		
Indicador 1 - Taxa de participação em reuniões planeadas		
Assegurar participação ou preparação de reuniões planeadas - Mercado Interno de Serviços.	R	Realizaram-se 5 reuniões do Grupo de Peritos da Diretiva Serviços, ou seja, a totalidade das reuniões planeadas.
Assegurar a participação da DGAE na Plataforma de Acompanhamento das Relações da Cadeia Agroalimentar (PARCA).	R	Realizaram-se 3 reuniões. Taxa de participação 100%.
Assegurar a representação da DGAE na Comissão Consultiva para a Certificação de Produtos Tradicionais (CCCPAT).	R	Foi efetuada a Certificação de produções artesanais: Caderno de especificações da "Viola Amarantina - Portugal". Taxa de participação de 100%.
Assegurar a representação da DGAE no Conselho Superior de Estatística.	R	Para além da participação na 18.ª reunião do CSE, a DGAE participou numa reunião com o INE e com o GEE. Taxa de participação de 100%.
Assegurar a representação da DGAE no Conselho Consultivo de Ourivesaria.	R	Para além da participação na reunião anual deste Conselho, a DGAE participou numa reunião com a AORP- Associação da Ourivesaria e Relojoaria de Portugal. Taxa de participação de 100%.
Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho Recomendações para Alteração do RJOCS.	NR	Não se realizaram reuniões deste GT no ano 2023.
Assegurar a representação da DGAE nos Conselhos Sectoriais para a Qualificação.	R	Reunião do CSQ "Serviços Pessoais" e do CSQ "Comércio e Marketing".
Assegurar a representação da DGAE na Comissão Técnica Estética - CT 222 - IPQ.	R	Taxa de participação 100%: 8 reuniões autónomas do G! (Nomenclatura) e 5 reuniões plenárias.
Assegurar a representação da DGAE no Conselho Consultivo da Escola de Comércio de Lisboa.	R	A DGAE participou na Reunião do Conselho Consultivo da Escola e em outras 3 reuniões no âmbito da atividade da Escola. Taxa de participação de 100%.

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Assegurar a representação da DGAE na Subcomissão Regulação e Fiscalização da oferta de substâncias lícitas, no SICAD.	NR	Não se realizaram reuniões desta Subcomissão, mas respondemos a um pedido de contributos.
Assegurar a representação da DGAE nas estruturas nacionais e europeias no âmbito do Mercado Interno de Serviços.	R	Realizaram-se 7 reuniões do Grupo de Sherpas do SMET, ou seja, menos uma que o planeado (tal deveu-se à Comissão não ter agendado mais do que sete reuniões). Realizaram-se 4 reuniões do SMET, ou seja, a totalidade das reuniões previstas. Realizaram-se 8 reuniões do Grupo <i>Like-minded</i> , ou seja, a totalidade das reuniões previstas.
Assegurar a representação da DGAE na task-force com a AMA e a DGERT para a implementação da desmaterialização das atividades (DS) e PDU, no que refere ao seu anexo I "N. Serviços".	R	Realizaram-se 22 reuniões, das quais 12 com a AMA e DGERT e 10 com a AMA e autoridades competentes.
Assegurar a representação da DGAE nas Conferências Procedimentais de acompanhamento dos planos de urbanização e dos planos de pormenor, nos termos do Art.º 86.º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio [Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial].	R	2 Reuniões Plenárias PROT Norte. 1 Reuniões Plenárias PROT Centro. Num total de 100% das convocadas.
Assegurar o funcionamento da Comissão de Investimentos (CI) do Fundo de Modernização do Comércio (FMC).	R	A DGAE participou na 30.ª, 31.ª e 32.ª reuniões da CI. Taxa de participação de 100%.
Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho de reavaliação do Regime legal das Autorizações de Laboração Contínua.	NR	Não se realizaram reuniões deste GT no ano 2023.
Assegurar participação da DGAE em equipas de trabalho conjuntas com a AMA na disponibilização e melhoria dos conteúdos relativos à atividade de comércio, serviços e restauração no Balcão do Empreendedor (BdE)	R	Taxa de participação de 100%.
Assegurar a representação da DGAE no Observatório dos Serviços (Fórum Serviços - CCP).	R	A DGAE participou na Reunião plenária do Observatório e no Conselho Geral do Observatório. Taxa de participação 100%.
Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho 2 sobre "As Políticas Urbanas e os Fundos Estruturais no quadro do contributo dos Serviços para o Desenvolvimento Urbano", no âmbito do Observatório "Serviços, Competitividade Urbana e Coesão Territorial".	NR	Este GT não reuniu em 2023, porque terminou o seu trabalho.

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho sobre “A evolução demográfica e os problemas/desafios que a longevidade e o envelhecimento colocam às políticas urbanas” no âmbito do Observatório “Serviços, Competitividade Urbana e Coesão Territorial”	NR	Este GT não reuniu em 2023, porque terminou o seu trabalho.
Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Acompanhamento do PNPOT	R	A DGAE participou na 3.ª reunião ordinária do Plenário do Fórum Intersectorial do PNPOT e em duas reuniões do REOT 2023. Taxa de participação de 100%.
Assegurar o Acompanhamento da Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço	NR	Não houve qualquer reunião.
Participar no Observatório dos Prémios Mercúrio - CCP- ECL	NR	Não se realizaram reuniões deste GA no ano 2023.
Participar no Grupo de Acompanhamento e Avaliação das condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentares e do Retalho	R	Realizaram-se 3 reuniões plenárias da PARCA e 6 reuniões da Comissão de Acompanhamento do Pacto para a estabilização e redução dos preços dos bens alimentares, criada no âmbito desta Plataforma, no ano 2023.
Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Acompanhamento (GA) do Comité Coordenador da Componente C16 - Programa Comércio Digital, previsto no Despacho nº 12619/2021, do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital	R	Realizaram-se 17 Reuniões convocadas pela DGAE, enquanto entidade gestora, no âmbito da C16. Nas outras reuniões de acompanhamento da C16, nas quais a DGAE não é entidade gestora, houve um taxa de participação de 100%.
Indicador 2 - Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas		
Efetuar propostas de recomendações relevantes, decorrentes da participação em Grupos de Trabalho, Conselhos Setoriais e de Acompanhamento e de reuniões no âmbito do Mercado Interno de Serviços.	R	Foram efetuadas duas propostas de recomendações relevantes: Contribuição para promover a articulação com a AMA e DGERT de um conjunto de temas, respetivamente, no âmbito do PSC e das profissões reguladas e que são desenvolvidos no âmbito deste Grupo; Convidar a Comissão Europeia a vir a Portugal apresentar o relatório do SMET, dirigindo o convite para participar na sessão aos diversos ministérios, grupos parlamentares (ou deputados únicos) com representação na Assembleia da República, representantes das Regiões Autónomas e demais entidades que se venham a revelar pertinentes.

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Indicador 3 - N.º de reuniões de coordenação organizadas pela DSCSR no âmbito das suas competências		
Promover a execução de consultas e articulação com atores nacionais e europeus com impactos no aprofundamento do Mercado Único de Serviços.	R	Divulgação, pelos <i>stakeholders</i> , do lançamento da consulta da Comissão Europeia, relativa ao ecossistema do retalho, relacionado com a resiliência e a transição verde e digital. Divulgação, pelos <i>stakeholders</i> , da consulta da Comissão Europeia sobre os desafios concretos das empresas que prestam serviços de turismo na UE e, mais especificamente, em outro país da EU.
Promover ações conjuntas com operadores económicos, associações da sociedade civil, ou outros organismos públicos (15)	R	A DSCSR promoveu as ações de formação do RJACSR, na rede Espaço Empresa. A DSCSR promoveu as reuniões de divulgação com municípios e operadores económicos no âmbito do Comércio com História. Igualmente foram promovidas diversas reuniões, com associações, organismos públicos e municípios, no âmbito da implementação do PRR.
Indicador 4 - Prazo médio para apresentação dos relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais (dias úteis)		
Apresentar informações de serviço com relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais.	R	Foram apresentadas, nos prazos previstas, as informações de serviço com os relatórios das reuniões em que a DSCSR participou.
[02] Assegurar a implementação de medidas de simplificação e de desburocratização administrativas incluindo as previstas no Programa Simplex		
Indicador 5 - Taxa de execução das atividades constantes dos projetos SIMPLEX		
Assegurar a execução da Medida Simplex # 1 - Guia para a instalação e exploração de estabelecimentos de comércio (Atividades 2 e 3)	R	Taxa de cumprimento do Guia de 100%. O Guia foi enviado para a aprovação, em dezembro de 2023, tendo a DSCSR considerada a atividade como realizada.
Assegurar a conclusão do projeto SAMA "Mapa do Comércio, Serviços e Restauração" Medida Simplex # 8 - Mapa CSR - Desenvolvimento e disponibilização de uma plataforma tecnológica que suportará uma base de dados georreferenciada dos estabelecimentos de comércio, serviços e restauração.	R	Concluído a 100%.

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Indicador 6 - N.º de medidas de desburocratização e de redução de custos de contexto a concluir em 2023		
Assegurar a execução de medidas de adaptação e simplificação da desmaterialização no Portal ePortugal, do diploma enquadrador das atividades integradas no RJACSR. (10)	R	Cumpriram-se 8 das 10 medidas previstas. As duas incumpridas serão cumpridas no 1.º T de 2024 e deveram-se à articulação com outros organismos.
[03] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas		
Indicador 7 - Tempo médio de atualização dos conteúdos nas diversas plataformas (dias úteis)		
Assegurar e monitorizar a Plataforma "Informação ao Comerciante + Simples", vulgo Área do Comerciante.	R	Todas as atualizações foram efetuadas em menos de 4 dias.
Assegurar e monitorizar a Plataforma "Comunicar ao Consumidor" - Dísticos.	R	Todas as atualizações foram efetuadas em menos de 4 dias.
Assegurar e monitorizar a Plataforma "Inventário Nacional-Comércio com História".	R	Todas as atualizações foram efetuadas em menos de 4 dias.
Indicador 8 - N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas		
Dinamizar uma política pública de comércio, assente na estruturação da Agenda para a Competitividade do Comércio, operacionalizando atividades estratégicas articuladas que sustentem a recuperação destes setores, promovendo o seu crescimento económico e a competitividade.	R	Todos os conteúdos solicitados, quer pelo Gabinete do SETCS, quer pelas associações empresariais (CCP), foram prestados dentro do prazo, tendo sido convocadas todas as reuniões que a Tutela nos solicitou dentro do prazo necessário.
Assegurar a análise, o acompanhamento e a monitorização dos Projetos enquadrados nas Medidas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) atribuídas à DGAE: Bairros Comerciais Digitais e Aceleradoras do Comércio Digital.	R	Foram avaliadas 261 candidaturas dos BCDs e ACDs
Assegurar e promover o Inventário relativo à Rede da Diáspora do Comércio Português	R	No que diz respeito à DSCSR esta medida foi integralmente cumprida com a disponibilização da infraestrutura tecnológica de suporte à Rede.

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Assegurar a execução de proposta das políticas públicas de regulamentação das atividades de comércio, serviços e restauração, incluindo o RJACSR, Prestamistas, Leiloeiras e Processo Kimberley.	R	Apesar de as INF/319/2022/DSCSR/DGAE e INF/320/2022/DSCSR/DGAE, que enquadram as quatro propostas de regulamentação das atividades de comércio, serviços e restauração, incluindo o RJACSR, Prestamistas, Leiloeiras e Processo Kimberley, se encontrarem para aprovação da tutela, as mesmas foram "atualizadas" com novas questões colocadas por representantes dos operadores económicos
Contribuir para a definição, articulação e dinamização das políticas setoriais relativas ao comércio, serviços e restauração, bem como no âmbito do Mercado Interno de Serviços e no mercado único digital, acompanhando e avaliando a execução das medidas delas decorrentes.	R	Foram realizadas 7 propostas: 1) Criação de uma Linha de Apoio à Valorização do Comércio dos concelhos do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) - Programa Transformar Comércio e Operacionalização do Programa Transformar Comércio 2) PRR Convite à apresentação de Propostas Finais para Desenvolvimento de projetos de «Bairros Comerciais Digitais» - 2ª fase 3) Projeto de RCM - Alteração dos atuais planos regionais de ordenamento do território e à sua recondução a programas regionais (R 36_XXIII_2023) 4) Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços 5) Simplex - Roteiros Interativos Comércio com História 6) PRR Aviso de Acreditação de Fornecedores de Serviços para a disponibilização no Catálogo de Serviços de Transição Digital 7) Alteração da Medida 138 do PNIPGM (Rede da Diáspora - Investimento na Diáspora)
Indicador 9 - N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais		
Assegurar a realização de ações de divulgação, esclarecimento e capacitação dos municípios sobre o Inventário Nacional Comércio com História. (7)	R	1 sessão - Município do Funchal, Santa Cruz e Machico, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, Porto Moniz, São Vicente, Santana

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Promover sessões de esclarecimento e divulgação junto dos interlocutores institucionais no âmbito da implementação da desmaterialização das atividades e procedimento de notificações (DS). (1)	R	Foram realizadas 22 reuniões, das quais 12 em coordenação com a AMA e 10 com autoridades competentes.
Promover a capacitação dos agentes económicos e dos interlocutores dos municípios através de sessões de Q&A do RJACSR, ou de outro diploma que o substitua. (2)	R	A DSCSR realizou uma sessão de esclarecimento do RJACSR à Rede de Espaço-Empresa do IAPMEI
[04] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DSCSR		
Indicador 10 - Taxa de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo		
Assegurar a emissão de pareceres técnico-jurídicos nos termos da Diretiva Serviços e dos princípios da livre prestação de serviços e da liberdade de estabelecimento.	R	Foram dados 26 pareceres respeitantes ao enquadramento legal da Diretiva Serviços. Destes, 23 foram para o GSETCS e 3 a entidades externas.
Assegurar a emissão de pareceres relativos a diplomas relacionados com atividades de comércio, serviços e restauração.	R	Foram emitidos 57 pareceres técnico-jurídicos, dos quais, 44 para o Gabinete do SETCS (77,2%), 7 para o exterior (12,3%) e 6 internos (10,5%). O prazo médio de resposta foi de 4,4 dias. Todos os pareceres foram emitidos dentro do prazo solicitado e 4 deles antes do prazo.
Acompanhar a Convenção de preços aplicável aos manuais escolares do ensino básico e secundário [condicionado às orientações da tutela e à articulação com os restantes organismos]	R	Assinatura da 4.ª Adenda e consequente publicação da Atualização dos Preços - dezembro de 2023.
Acompanhar a Convenção referente ao tarifário do Serviço de Transporte de Passageiros em Táxi [condicionado às orientações da tutela e à articulação com os restantes organismos com competência no setor]	R	Assinatura da Nova Convenção em novembro de 2023.

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Indicador 11 - Taxa de solicitações respondidas com caráter substantivo dentro do prazo		
Assegurar resposta às solicitações internas e externas à DGAE em áreas conexas com as atividades do comércio, serviços e restauração, incluindo no âmbito do mercado interno dos serviços.	R	Foram dadas respostas a 54 solicitações, das quais, 1 (1,8%) para o Gabinete MEM, 27 (50,0%) para o Gabinete do SETCS, 21 (38,9%) para o exterior e 5 (9,3%) internos. O prazo médio de resposta foi de 2,4 dias. Todas as respostas foram dadas dentro do prazo solicitado. No âmbito do Mercado Interno de Serviços, foi prestado apoio à DSAE, do qual resultou a realização de 15 pareceres/análises e diversos contributos no âmbito do SMEI e 21 relacionados com outras matérias (p.e., Conselho da Competitividade).
Contribuir para as intervenções da Tutela em áreas conexas com as atividades do comércio, serviços e restauração, incluindo no âmbito do mercado interno dos serviços.	R	Intervenções do Sr. SETCS na Livraria Lello (1/01); contributos para debate MEM na AR (01/02); Contributos para entrevista SETCS à revista da UACS - Comércio de Lisboa (10/02); Contributos para resposta SETCS ao Jornal de Negócios sobre Observatório de Preços (14/03); Contributos para Debate PM (24/05); Contributos para debate Estado da Nação (03/07); OE 2024 - contributos (05/07, 08/08 e 12/10); Orçamento por programas - Macroestrutura MEM (18/07); Programa do Governo - Exercício de monitorização (24/08); Contributos para preparação do debate da Moção de Censura ao Governo (11/09); Contributos para Debate 18 de outubro - Atualização de informação MEM/Dgae e OE2024.
Contribuir para a informação de suporte às Reuniões de Despacho da Direção da DGAE com a Tutela, nas áreas conexas com as atividades do comércio, serviços e restauração, incluindo no âmbito do mercado interno dos serviços.	R	Contributos da DSCSR para todas as reuniões de despacho.
Encerrar os projetos MODCOM suspensos, na sequência das indicações do DCIAP.	R	Pagamento final efetuado à AC de Beja; notificação para audiência de interessados à AC do Porto.

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
[O5] Melhorar os prazos de decisão dos processos de licenciamento e registo		
Indicador 12 - Taxa de redução dos prazos estabelecidos para atribuição de licença das autorizações conjuntas das grandes superfícies e dos conjuntos comerciais, das atividades de prestamistas, leiloeiras, de importação e exportação de diamantes em bruto.		
Assegurar a análise das autorizações conjuntas das grandes superfícies e dos conjuntos comerciais	R	Foram asseguradas as respostas às solicitações cometidas à DGAE pelo regime das Autorizações Conjuntas, dentro do prazo de referência, e elaborados 8 relatórios ao abrigo do "regime das Autorizações Conjuntas", com emissão das respetivas Autorizações de grandes superfícies comerciais (GSC) ou de conjuntos comerciais (CC), efetuados em articulação com os respetivos municípios, bem como com as CCDR territorialmente competentes. Neste âmbito foi cobrado um total de 1 368 602,60 € e foi autorizada a instalação de 50 578,20 m ² de área bruta locável (CC) e de 18 252 m ² de área de venda (GSC), totalizando 68 830,20 m ² . Relativamente à alteração significativa foram autorizados 12 299,44 m ² referentes a conjuntos comerciais e 4 164,40 m ² , referentes a grandes superfícies comerciais.
Assegurar a análise das autorizações das atividades de prestamistas	R	Foram asseguradas as respostas às solicitações das atividades prestamistas, em tempo, com a emissão de 3 novos títulos de autorização, tendo-se procedido à atualização da base de dados destes operadores económicos.
Assegurar a análise das atividades leiloeiras	R	Foram asseguradas as respostas às solicitações das atividades leiloeiras, em tempo, com a emissão de 9 novos títulos de autorização, tendo-se procedido à atualização da base de dados destes operadores económicos.
Assegurar a análise das autorizações das atividades de importação e exportação de diamantes em bruto.	R	Foram asseguradas as respostas às solicitações das atividades de importação e exportação de diamantes em bruto, em tempo, com a emissão de 5 novos títulos de licença desta atividade, tendo-se procedido à atualização da base de dados destes operadores económicos.

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Indicador 13 - N.º de dias para responder no <i>Help Desk</i> dedicado às questões de aplicação do RJACSR e dos diplomas enquadradores destas atividades.		
Assegurar a correta aplicação do RJACSR e dos diplomas enquadradores destas atividades - <i>Help Desk</i> dedicado (prazo de resposta)	R	Na central de atendimento (<i>front office</i>) foram prestados 3.438 atendimentos telefónicos, com a seguinte distribuição setorial: 45,1% Feirantes/Vendedores Ambulantes, 21,2% restauração e bebidas, 13,4% Comércio, 8,1% Serviços, 2,4% Funerárias, 0,4% Atestados profissionais e 16,9% Outros. No que respeita à caixa de correio rjacsr.apoio@dgae.gov.pt (<i>back office</i>) responderam-se a 2.131 solicitações, distribuídas do seguinte modo: 45,1% Feirantes/Vendedores Ambulantes, 13,4% Comércio, 11,6% Restauração Sedentária, 5,7% Serviços, 3,8% Restauração não Sedentária, 1,2% Funerárias, 0,1% Covid-19, 13,8% Outros Organismos e 5,3% Outros. O prazo médio de resposta foi de 1,2 dias.
Indicador 14 - N.º de dias para emissão de Certificados de Atividade Profissional relativamente às CAEs 05 a 43		
Assegurar a emissão de Certificados de Atividade Profissional relativamente às CAE 05 a 43, inclusive.	R	Foram emitidos 34 certificados no prazo médio de 2 dias.
Indicador 15 - N.º de dias para disponibilização das tabelas de preços e autocolantes aos operadores do setor de Transporte de Passageiros em Táxi.		
Assegurar a disponibilização das tabelas de preços e autocolantes aos operadores do setor de Transporte de Passageiros em Táxi.	R	Foram disponibilizadas todas as Convenções solicitadas, sendo que, no que diz respeito à DSCSR, a parte do processo que nos cabe cumprir, foi efetivamente cumprida em menos 5 dias.
Indicador 16 - N.º de dias para execução das competências cometidas à DGAE pelo regime do Financiamento Colaborativo.		
Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime do Financiamento Colaborativo.	R	Foi sendo feito o acompanhamento ao longo do ano.

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
[O6] Contribuir para a transição e catalisação digital das empresas no âmbito do PRR		
Indicador 17 - Taxa de candidaturas analisados no prazo		
Assegurar a análise das candidaturas Bairros Comerciais Digitais	R	Foi cumprida a taxa de candidaturas analisadas no prazo em 92%, no caso dos BCD e em 100% no caso das ACD.
Indicador 18 - Taxa de pedidos de pagamento analisados no prazo		
Assegurar a análise dos pedidos de pagamento das Aceleradoras do Comércio Digital e dos Bairros Comerciais Digitais	R	Embora ainda não tenha sido disponibilizado pelo IAPMEI o módulo que permitirá a Aceleradoras e Bairros apresentarem os seus pedidos de pagamento, foi levado a cabo um processo de reanálise dos quadros de investimento dos projetos BCD, cujos líderes de consórcios manifestaram o interesse em entregar um Pedido de Revisão Financeira para, que na ausência deste módulo, a execução dos projetos não ficasse prejudicada.
Indicador 19 - N.º visitas de acompanhamento técnico dos projetos BCD e ACD		
Assegurar a realização das Visitas de acompanhamento técnico dos projetos PRR atribuídas à DGAE: Bairros Comerciais Digitais e Aceleradoras do Comércio Digital.	R	A partir do momento em que os consórcios ACD e BCD foram notificados sobre a elegibilidade dos seus projetos no âmbito destas duas medidas do PRR, foram levadas a cabo, tanto visitas de acompanhamento técnico aos projetos, como realizadas reuniões técnicas online, com vista à monitorização dos mesmos e ao esclarecimento das dúvidas existentes por parte dos consórcios.
Assegurar a cooperação entre Estados-Membros e autoridades competentes nacionais no domínio do Mercado Interno de Serviços		
Indicador 20 - Nº de ações no âmbito dos procedimentos do domínio legislativo dos serviços		
Assegurar a coordenação do domínio legislativo dos Serviços no âmbito do Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI)	R	Procedeu-se à execução de uma notificação nos termos do artigo 15.º, n.º 7 da Diretiva Serviços

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Indicador 21 - N.º de ações para densificar a implementação do procedimento de notificações		
Atualização da rede de contactos dos peritos ministeriais	NR	Não houve informação suficiente para a realização desta atividade.
Realização de workshop/ <i>webinar</i> técnico para os peritos;	NR	Não houve disponibilidade da entidade copromotora para a realização desta atividade.
Criação de uma área no site da DGAE para o procedimento.	NR	Não houve condições para a realização desta atividade.
Criação de material de apoio e informativo	R	O material de apoio encontra-se em revisão para posterior divulgação.
[O7] Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela DCSR		
Indicador 22 - N.º de conteúdos publicados no Website da DGAE		
Assegurar a dinamização da publicação de conteúdos no Website da DGAE.	R	Foram publicados 53 novos conteúdos no <i>WebSite</i> da DGAE.
Indicador 23 - Grau de satisfação dos utilizadores que solicitam esclarecimentos no âmbito das atividades de comércio, serviços e restauração, bem como do apoio ao Espaço Empresa - central de atendimento – <i>Front office</i> e <i>Back office</i>.		
Garantir a eficácia e eficiência, bem como a qualidade da informação prestada, no âmbito da central de atendimento para as atividades de comércio, serviços e restauração e apoio ao Espaço Empresa - central de atendimento - <i>Front office</i> e <i>Back office</i> . Avaliar, através de uma grelha de 1-5, o grau de satisfação dos/as utilizadores/as que solicitam esclarecimentos no contexto do RJACSR e regimes de Leiloeiras, Prestamistas e Diamantes.	R	A avaliação do grau de satisfação dos utilizadores da DCSR foi, no ano 2023, de 4,78 no contexto do RJACSR (3.438 respostas no <i>front office</i> e 2.131 no <i>back office</i>) e de 5,0 no contexto dos regimes de leiloeira, Prestamistas e Diamantes, devendo-se referir que a DCSR assegura 88% das respostas obtidas neste Indicador.

QUADRO XVI

ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, MAS REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO (DCSR)

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração	Nível de realização	Avaliação
Objetivo		
Indicador 1		
Assegurar a representação da DGAE no novo Grupo de Trabalho no âmbito do Observatório “Os novos desafios das políticas urbanas: do planeamento comercial ao urbanismo comercial”	R	Houve uma única reunião de um novo GT no âmbito do Observatório, em 26/10, “Os novos desafios das políticas urbanas: do planeamento comercial ao urbanismo comercial” - 100% de participação

QUADRO XVII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO (DCSR)

Para o ano de 2023, a DCSR identificou 80 atividades que permitiram desenvolver as suas competências nas áreas do comércio, serviços e restauração, no que respeita ao apoio à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas nos setores em referência.

Para além da continuação da consolidação das atividades decorrentes do regime jurídico de acesso e exercício das atividades de comércio, serviços e restauração - RJACSR (Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro), a atividade da DCSR continuou fortemente marcada pela necessidade de apoiar os operadores económicos, decorrente da retoma das atividades económicas nos setores do comércio, serviços e restauração no período pós-pandemia.

Manteve-se um elevado número de solicitações: na central de atendimento (*Frontoffice*) foram prestados 3.438 atendimentos telefónicos, com a seguinte distribuição setorial: 45,1% Feirantes/Vendedores Ambulantes, 21,2% restauração e bebidas, 13,4% Comércio, 8,1% Serviços, 2,4% Funerárias, 0,4% Atestados profissionais e 16,9% Outros. No que respeita à caixa de correio rjacsr.apoio@dgae.gov.pt (*backoffice*²) responderam-se a 2.131 solicitações, distribuídas do seguinte modo: 45,1% Feirantes/Vendedores Ambulantes, 13,4% Comércio, 11,6% Restauração Sedentária, 5,7% Serviços, 3,8% Restauração não Sedentária, 1,2% Funerárias, 0,1% Covid-19, 13,8% Outros Organismos e 5,3% Outros. O prazo médio de resposta foi de 1,2 dias.

² A avaliação do grau de satisfação dos utilizadores foi, no ano 2023, de 4,78, numa escala de 1 a 5, em que 1 é “*muito insatisfeito*”, 2 “*insatisfeito*”, o 3 é “*pouco satisfeito*”, o 4 é “*satisfeito*” e o 5 é “*muito satisfeito*”, tendo aumentado relativamente a 2022.

Ainda no quadro do esclarecimento dos operadores económicos, tendo a DSCSR percecionado a necessidade de capacitação dos interlocutores do RJACSR, deu-se continuidade às sessões de esclarecimento/capacitação das entidades mediadoras com os operadores económicos. Assim, foi ministrada aos Mediadores de Atendimento do Espaço Empresa em articulação com o IAPMEI, uma ação de formação sobre o Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR).

Ainda neste contexto, no âmbito da plataforma “Comunicar ao Consumidor”, de promoção da DGAE, disponível na Área do Comerciante, e enquadrada na Medida Simplex #133 “Obrigações de Informação ao Consumidor + Simples”, em 2023, esta plataforma foi consultada por mais de 2000 utilizadores, que emitiram mais de 12000 Painéis e um total de Projetos superior a 3000. Apesar do número de utilizadores ter aumentado, continuamente, o número de painéis e de projetos aumentaram, exponencialmente, o que demonstra a necessidade e utilidade que os operadores económicos reconhecem nesta ferramenta.

Devendo, por isso, no ano de 2024, prever o seu upgrade para melhor servir os operadores económico dos sectores do comércio e serviços.

No âmbito dos Projetos Simplex, em 2023, a DSCSR tinha dois projetos em execução, que tiveram o seguinte desenvolvimento, sendo o primeiro um Projeto SAMA:

- Mapa do Comércio, Serviços e Restauração: Medida # 8 [Mapa CSR]: para a operacionalização do Mapa CSR foi essencial que a Autoridade Tributária (AT) disponibilizasse à DGAE a informação adequada relativa ao cadastro comercial, de forma a esta "alimentar" o Mapa CSR. Assim, foi possível a

assinatura dos Protocolos de transmissão dos dados, em 2023, e a publicação da alteração legislativa em conformidade. Em articulação com a operacionalização do Mapa CSR foi finalizado o projeto do CUE³.

Foi recebido em dezembro de 2023 o parecer do DPO relativo aos dados das empresas unipessoais que implica a atualização dos dados disponíveis à generalidade dos utilizadores, o que requererá atualização do modelo de dados.

No âmbito dos Projetos Simplex, em 2023, a DSCSR completou os conteúdos do Guia do Comércio: Medida #1 - Guia para a instalação e exploração de estabelecimentos de comércio, guia interativo que reúne toda a informação relevante para apoiar os operadores económicos que pretendam abrir um estabelecimento de comércio a retalho ou por grosso, enquadrado pelo RJACSR. Através desta ferramenta os empresários podem obter informação sobre todos os procedimentos que devem cumprir no acesso, exercício e encerramento destas atividades, nas suas variadas vertentes (registo societário, autorizações comerciais, obrigações fiscais, obrigações de informação ao consumidor, entre outras), assim como ter acesso aos normativos legais que se encontram dispersos em diversos diplomas com linguagem acessível e adaptada ao setor. Em 2024, este Guia será estruturado como guia interativo, num *microsite* a criar, facilitando a sua consulta pelos operadores económicos. Do mesmo será promovida divulgação, na página do *LinkedIn* da DGAE e como *banner* das assinaturas nos emails da DSCSR (ou da DGAE).

Mais se refere que, no contexto do desenvolvimento de plataforma tecnológicas que promovem e divulgam o ecossistema comercial, a DSCSR estruturou, em 2023:

³ Cadastro Único Empresarial.

- Rede da Diáspora Portuguesa [Medida 85 do PNIPGM⁴]: nesta medida implementou-se uma ferramenta tecnológica – composta por um backoffice de acesso segura às entidades parceiras e um *frontoffice* (site) com imagem gráfica identificativa e única para este projeto, que permite efetivamente cumprir o objetivo de criar um ponto único de informação sobre *uma Rede de Comerciantes na Diáspora portuguesa, tendo em vista, entre outros objetivos, a promoção de estabelecimentos comerciais detidos por portugueses no estrangeiro, o reforço dos laços entre todos os cidadãos portugueses, residentes em território nacional ou no exterior, e o estreitamento das relações comerciais entre as diversas comunidades portuguesas na diáspora*. A plataforma para acolher os estabelecimentos comerciais detidos por portugueses no estrangeiro está integralmente concretizada e em condições de *go alive*, no que refere à infraestrutura (competência da DSCSR/DGAE). Na fase de registo dos estabelecimentos, aguarda-se a colaboração das entidades que têm competências na área da rede dos estabelecimentos nas diversas geografias diplomáticas, entre outros o MNE que também é a outra área governativa com intervenção nesta medida.

Foram emitidos 34 certificados de experiência profissional a sócios-gerentes de empresas ou empresários em nome individual/independentes para exercício de atividade fora do território nacional, cujas atividades estavam inseridas nas CAE 05 a CAE 043 inclusive, num prazo médio de 2 dias, após a conclusão da sua instrução.

⁴ Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações, da [Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, de 20 de agosto](#).

Foram emitidos 57 pareceres técnico-jurídicos, dos quais, 44 para o Gabinete do SETCS (77,2%), 7 para o exterior (12,3%) e 6 internos (10,5%). O prazo médio de resposta foi de 4,4 dias. Todos os pareceres foram emitidos dentro do prazo solicitado e 4 deles antes do prazo. Foram ainda produzidos outros documentos⁵ de apoio ao desempenho das atribuições da DSCSR.

Foi assegurada a execução das competências cometidas à DGAE pelos regimes das atividades prestamista, leiloeira e sistema de certificação do processo *Kimberley* (importação e exportação de diamantes em bruto), nomeadamente, com a emissão de 3, 9 e 5 títulos de autorização e licenças, respetivamente.

No âmbito das competências cometidas à DGAE pelo regime das Autorizações Conjuntas (DGAE, CCDR e Municípios competentes), foram, igualmente, elaborados 8 relatórios ao abrigo do "regime das Autorizações Conjuntas", com emissão das respetivas Autorizações de grandes superfícies comerciais (GSC) ou de conjuntos comerciais (CC), efetuados em articulação com os respetivos municípios, bem como com as CCDR territorialmente competentes. Neste âmbito foi cobrado um total de 1 368 602,60 € e foi autorizada a instalação de 50 578,20 m² de área bruta locável (CC) e de 18 252 m² de área de venda (GSC), totalizando 68 830,20 m². Relativamente à alteração significativa foram autorizados 12 299,44 m² referentes a conjuntos comerciais e 4 164,40 m², referentes a grandes superfícies comerciais.

No contexto do Fundo de Modernização do Comércio (FMC), foram realizadas quatro reuniões da Comissão de Investimento (CI), presidida pela DGAE e elaboradas as respetivas Atas.

⁵ Propostas de alteração dos formulários para alteração não significativa de CC e de GSC, Previsão e Apuramento das Taxas das Autorizações Conjuntas, Revisão das fichas informativas das Leiloeiras, Prestamistas e Diamantes, na versão portuguesa e inglesa. Atualização do preço máximo do serviço básico de funeral social e do valor da taxa de juros a aplicar na atividade prestamista e pontos de situação diversos.

No contexto das competências da DGAE, no âmbito da Convenção de Preços das Tarifas dos Táxis, foi celebrada nova Convenção de Preços do Serviço de Táxi, em novembro de 2023, com as estruturas associativas representativas deste setor, que substituiu a anterior (celebrada 2022) e que vigorará até à entrada em vigor do regulamento tarifário resultante do Novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros em Táxi⁶, proposto no âmbito do Grupo de Trabalho criado pelo Despacho n.º 6560/2020⁷, de 23 de junho de 2020. Esta alteração tarifária induziu um exponencial acréscimo de solicitações da versão da Convenção de Preços e de autocolantes com esta informação para afixar nos veículos automóveis/táxis, tendo a Equipa da DGAE conseguido assegurar a resposta a todas estas solicitações, perto de 1750, que correspondem a um acréscimo relativamente aos anos anteriores a 2022 – 125/ano -, em tempo útil de responder às necessidades dos operadores económicos, circunstância que foi otimizada, também, pela implementação de um fluxo automático de receção de solicitações *online* dos operadores económicos.

Quanto à implementação, ao nível nacional, da Diretiva 2006/123/CE, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno (Diretiva Serviços), a DSCSR/DGAE prossegue as suas competências enquanto entidade coordenadora da mesma em Portugal, tendo continuado a assegurar toda a preparação e representação nacional, de forma ativa, no âmbito do respetivo Grupo de Peritos da EU, tendo representado PT nas cinco reuniões do Grupo que ocorreram em 2023, a prestação de resposta e colaboração aos pedidos diversos da Comissão Europeia e dos outros Estados-Membros.

Todos os projetos e propostas de diplomas legislativos submetidos à DGAE são analisados à luz das disposições da Diretiva Serviços, de modo a prevenir a criação de entraves ao acesso ou exercício de uma atividade de serviços, desde que abrangida pelo âmbito de aplicação da respetiva Diretiva, tendo sido analisados 23 projetos.

⁶ No âmbito desta alteração legislativa prevê-se a transferência desta competência da DGAE (operacionalizada pela DSCSR) para o regulador dos transportes, Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, de forma a melhor e mais adequadamente se implementar a modernização do setor do táxi.

⁷ Despacho n.º 6560/2020, de 23 de junho, do Secretário de Estado da Mobilidade, visando a modernização do setor do transporte público de passageiros em automóvel ligeiro.

No contexto da coordenação da Plataforma do Sistema de Informação do Mercado Interno Europeu, procedeu-se à execução de uma notificação nos termos do artigo 15.º, n.º 7 da Diretiva Serviços.

Deu-se continuidade à estratégia de intervenção e desenvolvimento do procedimento de notificações delineada para os anos de 2022/2023, com os objetivos: melhorar os mecanismos de informação e comunicação externa no âmbito do procedimento de notificação e reforçar o papel da DGAE na coordenação com as Autoridades Competentes (AC).

Em 2023, continuou-se o processo de criação de uma área no site da DGAE dedicada ao procedimento de notificações, com o objetivo de: i) Publicar mensalmente a lista das notificações efetuadas/recebidas por Portugal; ii) disponibilizar material diverso de apoio e informativo.

No contexto da formulação e implementação de uma estratégia conjunta que vise a correção das fragilidades indicadas pela Comissão Europeia na carta de notificação no âmbito do procedimento de infração sobre os Balcões Únicos Eletrónicos, prosseguiu-se o processo assente na acentuada cooperação com a DGERT, a AMA e diversas Autoridades Competentes. Paralelamente, a DSCSR está também em articulação com a AMA no contexto da implementação do Regulamento do Portal Digital Único.

Estes objetivos traduziram-se na realização de 12 reuniões com a AMA e a DGERT; 10 reuniões de coordenação com a AMA e autoridades competentes, e a emissão de três pareceres.

É de destacar o apoio acentuado à DSAE no âmbito da definição da posição da República Portuguesa no processo de negociação do Regulamento que cria um Instrumento de Emergência do Mercado Único (SMEI), publicada em outubro de 2022, bem como nas solicitações feitas a respeito dos diversos *fora* a nível europeu, que se traduziu na emissão de pareceres/análises e diversos contributos.

Este apoio resultou na realização de 15 pareceres/análises e diversos contributos no âmbito do SMEI e 21 relacionados com outras matérias (p.e., Conselho da Competitividade).

A DSCSR assegura as funções do grupo Sherpa no contexto do grupo de trabalho para o cumprimento das regras do mercado único (*Single Market Enforcement Task-Force, SMET*), composto pelos EM/COM. Este grupo tem o objetivo de avaliar o estado de conformidade da legislação nacional com as regras do mercado único, identificar e remover barreiras injustificadas mais prementes. A DSCSR assegurou onze reuniões Sherpas: (i) duas reuniões gerais; (ii) cinco reuniões temáticas, sobre os temas da onerosidade dos procedimentos do destacamento de trabalhadores, licenciamento de energias renováveis, práticas discriminatórias em relação ao IBAN e IMI; (iii) 4 reuniões SMET (em duas das quais a DSCSR assegurou *a solo* a representação nacional neste HLG).

A DSCSR tem desenvolvido um processo de cooperação acentuada com vários EM, através dos peritos para a Diretiva Serviços; Grupo *Sherpas* (SMET) e/ou Grupo *Like-minded*, quer no âmbito da Negociação e Apoio a *non papers*, quer no âmbito de Reuniões *Like-minded*, em que se participou em 15 reuniões, promovidas por Fi, IE e NL em momentos distintos.

Deve referir-se que a DSCSR assegurou, ao longo de 2023, a participação em equipas de trabalho conjuntas com a AMA, I.P. na disponibilização e melhoria de conteúdos relativos à atividade de comércio, serviços e restauração. Encontrando-se, nesta data, a decorrer a revisão de todos os Serviços que se encontram desmaterializados (RJACSR, Leiloeiras, Prestamistas e Importação e exportação de Diamantes em Bruto) no Portal ePortugal, e que careceram de uma revisão

significativa por forma a se adaptarem aos novos modelos de negócio que surgiram nestes sectores da atividade económica. É ainda de referir que o universo de que a DGAE/DSCSR é responsável é o que tem o maior peso das notificações de atividades aí realizadas (comércio e serviços), no âmbito da Administração Pública.

Foi também assegurada a participação num conjunto de iniciativas e Grupos de Trabalho (GT), designadamente no Conselho Consultivo da Escola de Comércio de Lisboa (ECL) e da Comissão Consultiva do Prémio Mercúrio, nos Conselhos Sectoriais para a Qualificação (ANQEP/CSQ), designadamente Comércio e Marketing e Serviços Pessoais, e na Comissão Técnica de Normalização sobre Estética de promoção do IPQ – CT Estética 222, assegurando a representação em 5 reuniões plenárias e 8 reuniões do Grupo 1.

Ainda no contexto dos Grupos de Trabalho, em 2023, a DSCSR foi também chamada a participar, no âmbito das competências, em três reuniões plenárias da PARCA - Plataforma de Acompanhamento das Relações da Cadeia Agroalimentar, bem como, participar na Subcomissão da PARCA “Observatório de Preços”, em seis reuniões na Comissão de Acompanhamento do Pacto para a Estabilização e Redução de Preços dos Bens Alimentares e em cinco reuniões Grupo de Trabalho da fileira olivícola e oleícola.

Ainda no contexto dos Grupos de Trabalho, em 2023, a DSCSR, no âmbito das competências, assegurou a representação da DGAE no Observatório dos Serviços (Fórum Serviços - CCP), nomeadamente, no GT “Os novos desafios das políticas urbanas: do planeamento comercial ao urbanismo comercial” e no GT “As Políticas Urbanas e os Fundos Estruturais no quadro do contributo dos Serviços para o Desenvolvimento Urbano”.

Foi também assegurada a representação da DGAE no Grupo de Acompanhamento do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território- PNPOT.

Complementarmente a estas tarefas, mas de extrema relevância para o desenvolvimento e implementação das políticas públicas para o comércio e serviços, e atendendo ao trabalho de estruturação iniciado em 2020 relativamente à Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços (ACCS), deu-se sequência, em articulação com o GSETCS, ao desenvolvimento desta Agenda, com horizonte até 2030.

A Agenda, concluída em novembro de 2023, estrutura-se num conjunto de eixos estratégicos que têm por finalidade alavancar o setor do comércio e dos serviços “sendo responsáveis por uma parte muito significativa do número de empresas, do volume de negócios e do emprego em Portugal.”

Esta Agenda tem um pacote financeiro associado, que mobilizará mais de 400 milhões de euros, de diferentes fontes de financiamento para modernizar, capacitar e promover estes setores, tendo por objetivo promover uma maior digitalização e sustentabilidade, uma requalificação e modernização do comércio de proximidade, e um maior conhecimento e a qualificação das pessoas que trabalham nestes setores.

Esta assenta em cinco eixos estratégicos que visam transformar o comércio e os serviços, promover a criação de valor nestes setores e contribuir de forma expressiva para o crescimento da economia e do produto interno bruto do país:

- a) Eixo Estratégico I: Promover a Inovação, a Digitalização e a Sustentabilidade do Comércio e dos Serviços;
- b) Eixo Estratégico II: Requalificar e Modernizar o Comércio de Proximidade;
- c) Eixo Estratégico III: Aumentar o Conhecimento no Comércio e Serviços;
- d) Eixo Estratégico IV: Reforçar as Qualificações no Comércio e Serviços;
- e) Eixo Estratégico V: Promover o Comércio e os Serviços.

Na sequência da apresentação do Relatório Final do Estudo de avaliação das políticas públicas de regulamentação das atividades de comércio, serviços e restauração, e subsequente apresentação à tutela uma proposta de revisão do RJACSR – Regime Jurídico de Acesso e Exercício das Atividades de Comércio, Serviços e Restauração, enquanto se aguarda a aprovação do texto final, a DSCSR ainda promoveu algumas interações com organismos públicos com competências que poderão vir a integrar o novo regime.

Ao longo do ano de 2023 foram também várias as interações com operadores económicos e Associações representantes dos setores CSR, no sentido do esclarecimento de questões relacionadas com estes setores de atividade.

Refere-se, também, a relevante intervenção da DGAE, através da DSCSR, na aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência [PRR], em que, fazendo parte integrante do Grupo de Acompanhamento⁸ da Componente 16 [Empresas 4.0] assegura a Gestão de 2 Projetos, no âmbito do Programa Comércio Digital: Aceleradoras de Comércio Digital e Bairros Comerciais Digitais.

Neste âmbito, a DSCSR:

- ✓ Desenvolveu as 21 sessões de divulgação, estruturou os Avisos de Abertura de Concurso (AAC) e as respetivas FAQ, o Sistema de Controlo Interno da DGAE para os Projetos do PRR, bem como a coordenação do Grupo de Acompanhamento para estes dois Projetos, da análise das manifestações de interesse e do todo o apoio técnico aos destinatários/beneficiários destes projetos, conforme o seguinte descritivo:

Medidas PRR - Plano de Recuperação e Resiliência

⁸ Criado pelo [Despacho n.º 12619/2021, de 26 de outubro, publicado no DR nº 249/2021, II série, de 27 de dezembro, do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital](#),

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a DSCSR é gestora, em articulação com o IAPMEI, de dois Projetos inseridos no Programa Comércio Digital integrado na dimensão da Transição Digital da Componente 16 - Empresas 4.0 do PRR:

- Bairros Comerciais Digitais (BCD)

Destinada aos setores do comércio e serviços, esta medida desenvolve-se em duas fases de seleção, tendo ambas já decorrido. A saber:

- A Fase da Manifestação de Interesse (Aviso n.º 01/C16-i02/2022), que decorreu até 30 de abril de 2022, e na qual 187 consórcios constituídos por Autarquias Locais, Associações Empresariais e Associações de Desenvolvimento Local e/ou Empresas Municipais, manifestaram a sua vontade de criar e dinamizar espaços de gestão comum, dentro dos municípios e vilas portuguesas, que permitam catalisar o desenvolvimento económico, a digitalização dos operadores económicos e dos seus modelos de negócio, digitalização da experiência de consumo e a integração destas empresas em cadeias de abastecimento e escoamento. O Aviso previa 52,5 milhões de euros para a criação de 50 Bairros Comerciais Digitais. Desta primeira Fase, resultou a aprovação de 168 consórcios para a apresentação de candidatura à segunda (e última) fase de seleção;
- A Fase de Candidatura (Aviso n.º 12/C16-i02/2023), que decorreu até 17 de março de 2023, e na qual 160 consórcios (dos 168 previamente aprovados), apresentaram candidatura ao desenvolvimento de um Bairro Comercial Digital, detalhando em planos de ação efetivos, e que dessem resposta aos requisitos definidos no Aviso, as propostas previamente entregues. O Aviso n.º 12 previa, igualmente, 52,5 milhões de euros para a criação de 50 Bairros Comerciais Digitais. No entanto, atendendo aos montantes de incentivo aprovados para os projetos considerados elegíveis, foi possível proceder à aprovação de 65 BCD (numa primeira fase, anterior à aprovação do pedido de reforço do PRR, por Bruxelas).

Dos 65 BCD inicialmente aprovados, a DGAE procedeu à validação de 63 Termos de Aceitação (TA) e ao pagamento, via IAPMEI, dos respetivos adiantamentos de 23% dos totais de incentivo aprovados. Dada a aprovação do reforço desta medida em 25 milhões de euros, com vista ao apoio de mais 25 BCD (face ao objetivo inicial de 50), conseguiu o Grupo de Acompanhamento da C16 aprovar mais 30 BCD, o que perfaz um total de 95 BCD a apoiar. Estes últimos 30 Bairros foram notificados, pelo IAPMEI, da decisão de financiamento a 28 de dezembro de 2023, encontrando-se, no momento, a proceder à entrega da documentação e informação necessária à validação, pela DGAE, dos seus TA. Três dos 30 encontram-se com o seu Termo de Aceitação já validado e ordem de pagamento do adiantamento já dada.

Ainda no âmbito dos BCD, é de referir que, atendendo ao excedente de 291.273,29 € registado após a distribuição da dotação orçamental disponível pelos 95 projetos, o Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços solicitou à DGAE que fosse levada ao Grupo de Acompanhamento a hipótese do 96.º projeto na hierarquia de Classificações Finais, entre os projetos com mérito superior a 3,00, poder vir a ser apoiado em 25,52% face ao incentivo total elegível de 1.141.487,00 €, taxa essa passível de revisão em alta, em momento posterior, havendo a libertação de fundos por parte de outros projetos. No momento, essa viabilização encontra-se em curso.

- Aceleradoras de Comércio Digital (ACD)

Esta medida tem uma dotação de 55 milhões de euros e visa a criação de, pelo menos, 25 Aceleradoras para apoiar a transição digital de, no mínimo, 25.000 micro, pequenas e médias empresas (MPME) inseridas nas divisões estatísticas (CAE) identificadas no Aviso n.º 04/C16-i02/2022.

As Aceleradoras de Comércio Digital (ACD) têm como objetivo valorizar e incentivar a adoção de tecnologia por parte das empresas dos setores do comércio e dos serviços abertos ao consumidor, incluindo os estabelecimentos de restauração e similares, providenciando um acompanhamento em proximidade aos operadores económicos e mediando um rol de serviços digitais aos quais a adesão será simplificada e apoiada.

As ACD encontram-se estruturadas em 7 consórcios, um por cada NUTS II do país, os quais são constituídos por associações empresariais do comércio e serviços de âmbito territorial local, regional e nacional ou outras associações relevantes para o objetivo deste projeto/medida. Cada Consórcio encontra-se a implementar, pelo menos, uma Aceleradora por cada NUTS III do seu território.

As candidaturas a esta medida decorreram até 28 de outubro de 2022, tendo sido aprovados, uma vez valorada a capacidade dos candidatos de abrangência territorial e envolvimento dos agentes locais, 7 consórcios, os quais são liderados pelas seguintes entidades: a Associação do Comércio, Serviços e Turismo do Distrito de Beja (NUTS II Alentejo), o Conselho Empresarial do Centro/Câmara de Comércio e Indústria do Centro (NUTS II Centro), a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (NUTS II Norte), a Associação dos Empresários de Quarteira e Vilamoura (NUTS II Algarve), a Associação Comercial e Industrial do Funchal/Câmara de Comércio e Indústria da Madeira (NUTS II Madeira), a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada/Associação das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria (NUTS II Açores), e a Associação Industrial Portuguesa/Câmara de Comércio e Indústria (NUTS II Área Metropolitana de Lisboa).

Estas Aceleradoras de Comércio Digital encontram-se, no terreno, a avaliar a maturidade digital dos operadores económicos (avaliação que é realizada através de uma ferramenta desenvolvida para o efeito), contando para tal com equipas dedicadas e um contacto de proximidade com tais operadores. Esta avaliação deverá, por sua vez, resultar num plano de ação para a digitalização do modelo de negócio do operador económico em causa, o que será operacionalizado através do Catálogo de Serviços de Transição Digital, ainda a disponibilizar, e que também foi criado para este efeito.

De momento, a DGAE já procedeu à validação dos Termos de Aceitação de 6 dos 7 consórcios aprovados, a qual deu origem ao pagamento de um adiantamento no montante de 23% do total do incentivo aprovado individualmente. A validação dos TA da ACD Área Metropolitana de Lisboa encontra-se pendente pelo facto de terem existido condicionantes a verificar e, no caso da AML, lugar à saída do consórcio de três copromotores.

- Catálogo de Transição Digital (CSTD)

Com vista a facilitar a adoção de tecnologia por parte das empresas dos setores do comércio e serviços abertos ao consumidor e a operacionalização do apoio das Aceleradoras de Comércio Digital a essas micro, pequenas e médias empresas (MPME), o Catálogo de Serviços de Transição Digital foi desenvolvido, por contratação dos serviços de uma empresa de consultoria, pela DGAE, encontrando-se o seu desenvolvimento do ponto de vista funcional concluído no referente às Aceleradoras (o Catálogo prevê o acolhimento de outras duas medidas: Selos de Maturidade Digital e *Coaching 4.0*). No entanto, o procedimento concursal para adjudicar a infraestrutura onde o Catálogo de Serviços de Transição Digital se irá suportar, e que foi levado a cabo pela extinta EMPD, só foi concluído em dezembro de 2023, pelo que atrasou muito significativamente a data para a disponibilização do CSTD às Aceleradoras e às empresas beneficiárias, impossibilitando, de igual forma, a interoperabilidade com a ferramenta de avaliação de maturidade digital que está alojada no site da EMPD.

Por essa razão e, pelo facto de se encontrar em conclusão o processo de Acreditação de Empresas Fornecedoras de Serviços no âmbito do Catálogo de Serviços de Transição Digital (CSTD), serviço que a extinta EMPD adjudicou à PwC para a análise das candidaturas recebidas, o CSTD ainda não foi disponibilizado às Aceleradoras. Com a 4.ª Republicação do Aviso n.º 13/C16-i02/2023, Aviso para Acreditação de Empresas Fornecedoras de Serviços para a disponibilização no Catálogo de Serviços de Transição Digital, o prazo de decisão das candidaturas foi alterado sendo que a decisão fundamentada sobre as candidaturas deverá ser proferida pelo IAPMEI até 90 dias úteis após a data-limite para a submissão de candidaturas (que teve lugar a 29 de setembro de 2023).

Tendo recebido os resultados da análise das candidaturas, por parte da PwC, a DGAE, de acordo com os resultados recebidos, procedeu à divisão destes em três lotes: as candidaturas elegíveis, as candidaturas não elegíveis, e aquelas que poderão beneficiar de um pedido de elementos; tendo-os remetido ao Grupo de Acompanhamento da C16 no passado dia 26 de janeiro de 2024; resultado que, foi confirmado pelo Grupo, tendo esse decidido, igualmente, proceder à solicitação de elementos adicionais às candidaturas cujos requisitos de elegibilidade não puderam, na sua totalidade, ser confirmados.

Sistema de Controlo Interno da DGAE:

Tem como objetivo responder, no âmbito das atividades inerentes à implementação dos Projetos do PRR, que os mesmos se pautam pelo cumprimento da lei nacional e comunitária e das normas aplicáveis aos princípios de monitorização, controlo, reporte e adoção de medidas corretivas e prevê processos de identificação de fatores de risco, internos e externos, em relação a cada categoria de risco, garantindo que os objetivos definidos pela DGAE são atingidos e que todas as ações corretivas necessárias são adotadas. Neste âmbito, foi concluída em setembro de 2022 a elaboração do Manual «Sistema de Controlo Interno da Direção-Geral das Atividades Económicas», do qual resultará, igualmente, a implementação de um sistema de denúncias por parte desta Direção-Geral.

QUADRO XVIII
ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)

Descrição das atividades da Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
[O1] Garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais, europeias e internacionais		
Indicador 1 - Taxa de participação em reuniões planeadas		
Representar a DGAE e/ou o Ministério da Economia e do Mar.	R	A DGAE assegurou a representação da DGAE e/ou MEM em vários fóruns e eventos relacionados com a sustentabilidade empresarial.

<p>Assegurar a representação do MEM ou da DGAE em fóruns e eventos no domínio da Sustentabilidade Empresarial.</p>	<p>R</p>	<p>A nível nacional, a DGAE assegurou a participação como oradora em vários eventos no âmbito da sustentabilidade empresarial, destacando-se os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Evento CLG Europe "<i>Building a Circular & Climate Neutral Economy: Reaction to the November Circular Economy Package</i>" (01.02.2023); - Podcast DECOPODe no âmbito da campanha "<i>Greenwashing: Não se pintem de verde! Contem as coisas como elas são</i>" (09.03.2023); - Aula Aberta da DECOJovem "<i>Greenwashing</i>" no contexto da Semana do Jovem Consumidor (14.03.2023); - Mesa Redonda organizada pela <i>Our Food Our Future</i>, Oxfam, Instituto Marquês de Valle Flôr e Universidade Nova <i>Business, Human Rights and Environment</i> "Proposta de Diretiva da UE sobre o dever de diligência em matéria de sustentabilidade das empresas" (15.05.2023); - Aula Aberta do Politécnico de Leiria, Escola Superior de Tecnologia e Gestão "O Direito aplicado ao <i>Marketing</i>" (29.05.2023); - Conferência SDR Portugal "Economia Circular e Inovação" (31.05.2023); - Evento do Parlamento Europeu (Comité ENVI) "<i>Report on critical raw materials and circularity</i>" (17.07.2024); - 3.ª Conferência Anual da Universidade Nova <i>Business, Human Rights and Environment</i> "Devida Diligência da Sustentabilidade Empresarial: Do Direito à Prática" (26.09.2023); - Fórum <i>Online</i> APED "A economia circular dos têxteis" (23.10.2023); - Evento Novo Verde "Uma Nova Visão de Responsabilidade" (21.11.2023); - 21.º Encontro VALORPNEU (21 e 22.11.2023); - Workshop do Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, I.P. "Compras públicas estratégicas" (24.11.2023); - <i>Workshop Online</i> Smart Waste Portugal "Projeto <i>3R Connect</i>" (29.11.2023); - Sessão de Esclarecimento para os estudantes da Associação de Estudantes de Direito Europeu "Conduta Empresarial Responsável" (29.11.2023); - Webinar AICEP em colaboração com a DGAE "A Conduta Empresarial Responsável na Atividade Empresarial Portuguesa" (13.12.2023).
--	----------	--

Descrição das atividades da Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Assegurar a representação do MEM no "Working Party on Resource Productivity and Waste" (WPRPW).	NR	A DGAE não participou na única reunião do WPRPW, devido ao desfasamento dos temas debatidos face às suas atribuições.
Representar a DGAE no Grupo de Coordenação do PAEC.	NR	A DGAE aguarda a aprovação do 2.º ciclo do Plano de Ação para a Economia Circular para assegurar a sua coordenação em conjunto com a APA, I.P.
Assegurar a representação do MEM no Steering Committee da Aliança Circular para os Plásticos.	R	A DGAE participou numa reunião do <i>Steering Committee</i> da Aliança Circular para os Plásticos.
Assegurar a representação da DGAE no <i>Advisory Board</i> do Pacto Português para os Plásticos (PPP).	R	A DGAE participou em 4 reuniões do <i>Advisory Board</i> do Pacto Português para os Plásticos, uma das quais dedicada à avaliação da estratégia presente e futura.
Assegurar a representação do MEM no Grupo de Peritos " <i>High Ambition Coalition to End Plastic Pollution</i> ".	NR	A DGAE não participou na única reunião do Grupo de Peritos " <i>High Ambition Coalition to End Plastic Pollution</i> ", devido ao desfasamento dos temas debatidos face às suas atribuições.
Assegurar a representação de Portugal no âmbito da aplicação do Regulamento (UE) n.º 2019/1009 (Produtos Fertilizantes), designadamente nas reuniões do Grupo de Peritos da Comissão sobre Produtos Fertilizantes e do Comité de Regulamentação dos Fertilizantes.	R	A DGAE participou em 2 reuniões do Grupo de Peritos sobre Produtos Fertilizantes e numa reunião do Comité de Regulamentação dos Fertilizantes.
Assegurar, enquanto organismo competente nacional, a representação de Portugal no âmbito da governação do Rótulo Ecológico da União Europeia (REUE), designadamente nas reuniões do Fórum dos Organismos Competentes, do Comité REUE, do Comité Regulamentador REUE e Grupos de Trabalho.	R	A DGAE assegurou a participação em uma reunião do Comité Regulamentador do REUE, em 2 reuniões do Comité REUE, em 2 reuniões do Fórum de Organismos Competentes do REUE e em uma reunião do Grupo de Comunicação do REUE.
Representar a DGAE na plataforma colaborativa Vidro+ promovida pela Associação <i>Smart Waste</i> Portugal.	R	A DGAE participou em 2 reuniões da Plataforma Vidro+.
Representar a DGAE no <i>Advisory Board</i> do Projeto " <i>Better Plastics</i> " promovido pela APIP.	NR	Em 2023, não se realizaram reuniões do <i>Advisory Board</i> do Projeto " <i>Better Plastics</i> ".
Representar a DGAE no Grupo de Trabalho "Composto" promovido pela Associação <i>Smart Waste</i> Portugal com o apoio da LIPOR.	NR	A DGAE não foi convocada em 2023 para qualquer reunião do Grupo de Trabalho "Composto" da Associação <i>Smart Waste</i> Portugal.

Descrição das atividades da Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Representar a DGAE na Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos (CAGER).	NR	A DGAE não foi convocada em 2023 para qualquer reunião da CAGER.
Representar a DGAE no acompanhamento do "Plano de Ação dos Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE)".	R	A DGAE acompanhou o encerramento da Campanha Nacional de Fiscalização de REEE – Projeto “WEEE-FOLLOW”.
Representar a DGAE na Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (CNCDA).	NR	A DGAE não foi convocada em 2023 para qualquer reunião da CNCDA.
Representar a DGAE na Comissão Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas (CNTMP).	R	A DGAE participou em 2 reuniões da CNTMP.
Representar a DGAE no Conselho Consultivo e no Conselho Tarifário da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR).	R	A DGAE participou em 3 reuniões do Conselho Consultivo da ERSAR, não tendo o Conselho Tarifário da ERSAR reunido em 2023.
Representar o MEM no Conselho Consultivo da Autoridade Marítima Nacional (AMN).	R	A DGAE participou na única reunião ocorrida em 2023 do Conselho Consultivo da Autoridade Marítima Nacional (AMN).
Representar o MEM no Grupo de Coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (EN AAC).	NR	Não foram convocadas reuniões da EN AAC em 2023.
Representar a DGAE na Coordenação do Grupo de Trabalho "Economia" da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (EN AAC).	NR	O GT "Economia" da EN AAC não reuniu devido a ausência de atividade da EN AAC em 2023.
Representar o MEM na Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (CPPMAES).	NR	A DGAE não foi convocada a participar em reuniões do CPPMAES.
Representar a DGAE na Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação (CNCCD).	R	A DGAE participou numa reunião promovida pela coordenação da CNCCD.
Representar o MEM no Conselho Nacional da Água (CNA).	R	A DGAE participou em 2 reuniões promovidas pela coordenação do CNA.
Representar o MEM nos Conselhos de Região Hidrográfica (CRH).	NR	A DGAE não foi convocada a participar em reuniões dos CRH em 2023.
Representar a DGAE na Assembleia Geral da ADENE.	R	A DGAE participou em 3 reuniões da Assembleia Geral da ADENE.
Representar a DGAE no Grupo de Acompanhamento para a Sustentabilidade promovido pelo Turismo de Portugal.	NR	A DGAE não participou na única reunião do Grupo de Acompanhamento para a Sustentabilidade do TdP, devido ao desfasamento dos temas debatidos face às suas atribuições.

Descrição das atividades da Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Representar o MEM na Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH).	R	A DGAE participou em 2 reuniões da CNDH e em uma do seu Grupo de Trabalho "Empresas e Direitos Humanos".
Representar a DGAE no Conselho para as Migrações (CM).	R	A DGAE participou nas 3 reuniões promovidas pelo CM, que no final de 2023 foi substituído pelo Conselho para as Migrações e Asilo (CMA).
Representar o MEM na rede de pontos focais do Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações.	R	A DGAE participou na única reunião promovida pela equipa de monitorização do PNIPGM.
Representar a DGAE na Comissão Técnica para a Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens do Instituto Português da Qualidade, I.P. (CT 216)	R	A DGAE participou em 4 reuniões da CT 216.
Representar a DGAE na Comissão Técnica Gestão Ambiental do Instituto Português da Qualidade, I.P. (CT 150)	R	A DGAE participou em 6 reuniões da CT 150.
Representar a DGAE na Subcomissão 03 da CT 150 do Instituto Português da Qualidade, I.P. (Rótulos Ecológicos)	R	A DGAE presidiu 10 reuniões da Subcomissão 03 da CT 150.
Representar a DGAE na Subcomissão 05 da CT 150 do Instituto Português da Qualidade, I.P. (Avaliação do Ciclo de Vida)	R	A DGAE participou em 6 reuniões da Subcomissão 05 da CT 150.
Representar a DGAE na Rede de Pontos de Contacto Nacionais (PCN) para a aplicação das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais.	R	A DGAE participou em 2 reuniões da Rede PCN.
Representar a DGAE no Grupo de Trabalho "Conduta Empresarial Responsável" da OCDE.	R	A DGAE participou em 3 reuniões do Grupo de Trabalho "Conduta Empresarial Responsável" da OCDE.
Representar a DGAE na Rede Portuguesa de Responsabilidade Social das Organizações (RSO PT).	NR	A DGAE não participou em reuniões desde grupo, devido ao desfasamento dos temas debatidos face às suas atribuições.
Representar a DGAE na Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão (APPDI).	NR	A DGAE não participou em reuniões da APPDI, devido ao desfasamento dos temas debatidos face às suas atribuições.
Representar Portugal no Grupo "Direito das Sociedades" Negociação da CSDD.	NR	Em 2023, o Grupo de Trabalho "Direito das Sociedades" reuniu a maioria das vezes ao nível dos <i>attachés</i> ou organizou reuniões de meio-dia em Bruxelas, que não justificavam a participação presencial da DGAE, tendo sido assegurada a preparação da posição MEM para apoio a todas as reuniões.

Descrição das atividades da Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Representar Portugal no Grupo "Competitividade e Crescimento" Negociação do Regulamento Ecodesign.	R	A DGAE participou em 8 reuniões do Grupo de Trabalho "Competitividade e Crescimento".
Indicador 2: Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas		
Apresentar propostas de recomendações de atuação decorrentes da participação em Comitês, Grupos de Trabalho, Coligações, Comissões Nacionais, Conselhos Consultivos, Secretariados Técnicos, Redes Nacionais, e Fóruns e outras organizações de natureza diversa.	R	A DGAE apresentou 14 propostas de recomendações de atuação no contexto da gestão do sistema de Rótulo Ecológico da UE, das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, da Aliança Circular para os Plásticos e da negociação no Conselho da UE da proposta de Regulamento Ecodesign e da proposta de Diretiva relativa à realização da devida diligência pelas empresas em matéria de direitos humanos e do ambiente.
Indicador 3: N.º de reuniões de coordenação organizadas pela DGAE no âmbito das suas competências		
Organizar reuniões de coordenação bilaterais e multilaterais, tendo em vista a preparação de posições no contexto de processos legislativos, normativos ou outros, de incidência nacional, europeia ou internacional.	R	A DGAE organizou 16 das 33 reuniões no âmbito das suas atribuições relacionadas o tema da gestão de fluxos específicos de resíduos abrangidos pela responsabilidade alargada do produtor, no âmbito dos trabalhos de acompanhamento do estudo para desenvolvimento de um modelo para definição dos Valores de Contrapartida (VC) para embalagens e enquanto Presidente da CT 150/SC3.
[O3] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas		
Indicador 4: N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas		
Apresentar propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas.	R	A DGAE submeteu à tutela um projeto de Plano de Ação para a Economia Circular 2023-2027, o respetivo projeto de Despacho que cria o grupo de trabalho dedicado à economia circular e uma proposta de Resolução de Conselho de Ministros para a publicação do Plano Nacional de Ação para a Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos (PNACERDH).
Indicador 5: N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais		

Descrição das atividades da Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Promover ou participar em sessões de informação e capacitação dos agentes do setor público, privado, cooperativo e social, e da sociedade civil em geral, sobre temas relacionados com a Sustentabilidade Empresarial no contexto das atribuições da DSSE.	R	A DGAE organizou o <i>Webinar</i> "O Papel do Ponto de Contacto Nacional para a Conduta Empresarial Responsável (13.04.2023) e a Conferência <i>Online</i> "#REUE2023 Construir o Futuro" (12.10.2023).
Indicador 6: N.º de ações desenvolvidas com outros parceiros institucionais, com organizações da sociedade civil ou com operadores económicos		
Promover, participar e ou divulgar iniciativas sobre as diversas matérias relacionadas com a Sustentabilidade Empresarial no contexto das atribuições da DSSE.	R	A DGAE assegurou a participação em vários eventos relacionados com a sustentabilidade empresarial, tendo adicionalmente organizado 2 sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais, bem como divulgado vários conteúdos informativos no sítio da Internet da DGAE, designadamente nas áreas de economia circular, sistema de atribuição do Rótulo Ecológico da UE, gestão de resíduos, matérias fertilizantes e conduta empresarial responsável.
Assegurar a participação da DGAE em iniciativas de reconhecimento de boas práticas em matéria de Sustentabilidade Empresarial.	R	A DGAE participou, enquanto membro de júri, na 2.ª edição do programa de inovação aberta "RE_SOURCE" da iniciativa da Sociedade Ponto Verde e no projeto " <i>Novo Verde Packaging Enterprise Award '22</i> " organizado pela Novo Verde.
Assegurar o acompanhamento dos trabalhos a desenvolver no âmbito da revisão da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação - Portugal + Igual (ENIND) e das medidas em que a DGAE venha a participar ou a coordenar.	NR	Não foram solicitados contributos à DGAE pela coordenação da ENIND.
Contribuir para a definição estratégica e posterior coordenação do 2.º ciclo do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC) em Portugal.	R	A DGAE elaborou o projeto de Plano de Ação para a Economia Circular 2023-2027 em conjunto com a APA, I.P., o qual foi sujeito ao respetivo procedimento de consulta formal de entidades, públicas e privadas, entre 10 de setembro e 24 de novembro de 2023, através da divulgação pública no Portal Participa, prevendo-se a sua publicação na próxima legislatura.

Descrição das atividades da Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Acompanhar como co-promotor a implementação da Medida 11 (Garantir que bens alimentares próximos da data limite de validade tenham um circuito comercial que facilite o seu consumo) prevista na Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar, designadamente quanto à monitorização periódica de quantificação dos produtos vendidos e/ou doados que deixaram de estar em risco de constituir desperdício alimentar.	NR	A Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar esteve em avaliação durante o ano de 2023, não tendo sido solicitados contributos aos promotores das medidas.
Assegurar o acompanhamento dos trabalhos a desenvolver no âmbito da Aliança Circular para os Plásticos, do Pacto Nacional da Indústria dos Plásticos para a Economia Circular e Sustentabilidade Ambiental, do Pacto Europeu para os Plásticos e do Pacto Português para os Plásticos.	R	A DGAE assegurou o acompanhamento dos trabalhos no âmbito de várias iniciativas a nível internacional, da UE e nacional, que visam promover a sustentabilidade da cadeia de valor dos plásticos, tendo sinalizado várias sinergias no contexto de cada um dos fóruns com o objetivo de fomentar uma maior eficiência.
Acompanhar os trabalhos no contexto da Plataforma Colaborativa Vidro+.	R	A DGAE assegurou as 2 reuniões do sub-grupo de trabalho "Roadmap do Vidro +".
Assegurar o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos no Grupo de Trabalho "Composto".	NR	O Grupo de Trabalho "Composto" esteve inativo durante 2023.

Descrição das atividades da Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Contribuir para a definição e operacionalização do novo modelo de atribuição de licenças às entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos, no âmbito da responsabilidade alargada do produtor.	R	Foram emitidos contributos no domínio das seguintes propostas legislativas: - 2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 78/2021;- 10.ª alteração ao UNILEX; - 3.ª alteração ao RGGR;- Despacho relativo aos VC 2023 (E&RE);- Despacho relativo aos VC 2024 (E&RE);- Despacho relativo aos VC para REEE e RPA;- Despacho de prorrogação de 13 licenças dos sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos abrangidos pela responsabilidade alargada do produtor; - Portaria respeitante aos critérios de ecomodulação para 6 fluxos específicos de resíduos; Adicionalmente, a DGAE participou no acompanhamento do estudo promovido pela APA, I.P. no âmbito da revisão do modelo de cálculo dos valores de contrapartida (VC) para embalagens.
Acompanhar a definição e operacionalização do modelo económico e regulamentar do Sistema de Depósito e Retorno de embalagens de Bebidas de Plástico, Vidro, Metais Ferrosos e Alumínio.	R	Os contributos no domínio desta matéria foram emitidos no âmbito dos trabalhos respeitantes à 10.ª alteração do UNILEX, sendo que o atraso na sua publicação adiou o licenciamento e a operacionalização do Sistema de Depósito e Reembolso.
Desenvolver, participar ou divulgar ações de promoção do Rótulo Ecológico da União Europeia.	R	Para além da organização da conferência #REUE2023, a DGAE participou na Campanha da DECO para capacitação dos consumidores intitulada "Greenwashing", divulgou notícias sobre o Catálogo Europeu de Alojamentos Turísticos com REUE e sobre a publicação dos novos critérios do REUE para produtos de higiene absorventes e copos menstruais reutilizáveis.
Assegura o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Acompanhamento para a Sustentabilidade do TdP.	R	A DGAE assegurou o acompanhamento dos trabalhos do Grupo de Acompanhamento para a Sustentabilidade do TdP.

Descrição das atividades da Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Implementar o Plano Nacional de Ação para a Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos (PNACERDH) após aprovação.	T	Face ao contexto político, a tutela considerou não ser possível promover a aprovação do PNACERDH na presente legislatura.
Assegurar as funções de Ponto de Contacto Nacional (PCN), em articulação com a AICEP Portugal Global, para a aplicação das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais no contexto da Conduta Empresarial Responsável.	R	<p>Enquanto PCN PT, a DGAE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reformulou a página dedicada ao PCN PT no sítio da Internet da DGAE, tendo também criado uma versão da página em inglês. - Elaborou e disponibilizou diversos materiais promocionais das Diretrizes da OCDE e também documentos relativos ao tratamento de eventuais Instâncias Específicas. - Assegurou a representação de Portugal nas reuniões da OCDE, destacando-se a preparação da pasta que apoiou a participação do Senhor Secretário de Estado da Economia na Reunião Ministerial da OCDE dedicada à Conduta Empresarial Responsável, para além de ter assegurado a participação na respetiva delegação nacional. - Colaborou com a OCDE na tradução para português da versão de 2023 das Diretrizes da OCDE. - Organizou um <i>webinar</i> de divulgação das Diretrizes a nível nacional, colaborou com a AICEP Portugal Global na realização de um <i>webinar</i> dirigido ao setor empresarial e participou como oradora em 4 eventos de promoção organizados por outras entidades (3 da NOVA <i>Law School</i> e um IMPIC, I.P.). - Participou em 2 ações de formação organizadas pela <i>ODR FOUNDATIONS TRAINING</i> e pela Organização Internacional do Trabalho. - Contactou um conjunto alargado de <i>stakeholders</i>, com o objetivo de apurar o eventual interesse em colaborar com a DGAE em futuras ações de sensibilização.

Descrição das atividades da Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Assegurar, em articulação com a AICEP, a realização do exercício de avaliação de pares ao PCN, promovido pelo Secretariado do WPRBC da OCDE.	R	A DGAE realizou o exercício de avaliação de pares, sendo possível consultar o respetivo relatório de avaliação publicado pela OCDE através do <i>link</i> https://www.dgae.gov.pt/gestao-de-ficheiros-externos-dgae-ano-2023/national-contact-point-peer-reviews-portugal-pdf.aspx .
[O4] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DSSE		
Indicador 7: Taxa de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo		
Assegurar a resposta aos pedidos da Tutela sobre as diversas matérias no domínio da Sustentabilidade Empresarial que constituem atribuições da DSSE.	R	A DGAE assegurou 54 respostas a pedidos relacionados com matérias relacionadas com a área da sustentabilidade empresarial nos prazos definidos.
Acompanhar as iniciativas legislativas enquadradas no "Pacto Ecológico Europeu" e, em particular, no novo "Plano de Ação da UE sobre Economia Circular", contribuindo no âmbito de matérias relacionadas com a Sustentabilidade Empresarial.	R	A DGAE assegurou a liderança nacional da negociação do Regulamento Ecodesign. Adicionalmente, elaborou contributos no âmbito da negociação da proposta de Regulamento relativo às embalagens e resíduos de embalagens.
Assegurar os contributos da DGAE para a negociação da proposta de Regulamento da UE relativo às baterias.	R	A DGAE deu resposta a 4 pedidos de contributos no âmbito do processo de negociação da proposta de Regulamento das Baterias.
Assegurar a participação do MEM nos processos legislativos na área da gestão de resíduos, designadamente das alterações necessárias no regime jurídico aplicável aos fluxos específicos de resíduos abrangidos pela responsabilidade alargada do produtor, decorrentes dos novos modelos de atribuição de licenças às entidades gestoras.	R	Para além das propostas legislativas elencadas no Indicador 6 (Contribuir para a definição e operacionalização do novo modelo de atribuição de licenças às entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos, no âmbito da responsabilidade alargada do produtor), a DGAE emitiu pareceres relativos a: - Alteração à Portaria n.º 331-E/2021, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 312-C/2022, de 30 de dezembro; - Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos – PERNU 2030.

Descrição das atividades da Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Assegurar o co-licenciamento de entidades gestoras dos Sistemas Integrados e de Sistemas Individuais de Gestão de Fluxos Específicos de Resíduos no âmbito da responsabilidade alargada do produtor.	R	A DGAE assegurou a análise de 13 cadernos de encargos para efeitos de renovação das licenças atribuídas a entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos abrangidos pela responsabilidade alargada do produtor, sendo que por decisão das tutelas, a atribuição das respetivas licenças foi adiada para o 1.º semestre de 2024. Foi ainda analisado o caderno de encargos apresentado pela Associação de Gestão de Plásticos de Uso Único relativo ao Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Produtos do Tabaco.
Assegurar o acompanhamento da atividade desenvolvida por quinze entidades gestoras dos vários fluxos específicos de resíduos, através da análise dos planos anuais de atividade, dos relatórios anuais e intercalares de atividade, dos modelos de cálculo das prestações financeiras, bem como da execução dos respetivos planos de prevenção, investigação e desenvolvimento e comunicação, sensibilização e educação.	R	A DGAE analisou e emitiu parecer relativamente a: - 5 Pedidos de revisão do modelo de cálculo dos valores de prestações financeiras; - 16 Planos de Atividades e Orçamentos Previsionais; - 27 Relatórios Anuais de Atividades e Contas.
Assegurar a resposta aos pedidos de contributos da APA, I.P. relativos a esclarecimentos solicitados pelos operadores económicos no âmbito das obrigações legais em matéria de gestão de fluxos específicos de resíduos abrangidos pela responsabilidade alargada do produtor.	R	A DGAE deu resposta ao pedido de contributos relativo à revisão do documento que estabelece os critérios mínimos de admissibilidade aos procedimentos concursais (Versão 4.1).
Indicador 8: Taxa de solicitações respondidas com carácter substantivo dentro do prazo		
Assegurar os procedimentos de análise e decisão sobre os pedidos de inscrição e renovação no Registo Nacional de Matérias Fertilizantes Não Harmonizadas, efetuar o respetivo registo e assegurar a sua publicitação no <i>Website</i> da DGAE.	R	A DGAE analisou 112 pedidos de Inscrição no Registo, tendo concedido 56 registos e indeferido 56. Foram também analisados 43 pedidos de Renovação do Registo, tendo sido renovados 38 Registos e indeferidos 5. Adicionalmente, foram analisados 7 pedidos de Alteração de Registos, tendo sido deferidos 4 e indeferidos 3. Foram publicadas 7 atualizações da “Lista de Matérias Fertilizantes inscritas no Registo” no sítio da Internet da DGAE.

Descrição das atividades da Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Assegurar os procedimentos de análise sobre a colocação no mercado nacional de matérias fertilizantes ao abrigo do princípio do reconhecimento mútuo previsto no Regulamento (UE) 2019/515, de 19 de março, efetuar o respetivo registo e assegurar a sua publicitação no <i>Website</i> da DGAE	R	A DGAE atualizou o “Procedimento para aplicação do Regulamento (UE) 2019/515 relativo ao Reconhecimento Mútuo”. Adicionalmente, a DGAE analisou 747 comunicações de colocação no mercado de matérias fertilizantes em Portugal ao abrigo do Reconhecimento Mútuo, tendo sido consideradas conforme 673 e 74 não conformes. Foram publicadas 3 versões da “Lista de Matérias Fertilizantes colocadas no mercado em Portugal ao abrigo do princípio do Reconhecimento Mútuo” no sítio da Internet da DGAE.
Assegurar a resposta às solicitações e pedidos de esclarecimentos de operadores económicos no âmbito do novo regime aplicável às matérias fertilizantes não harmonizadas.	R	A DGAE assegurou 280 respostas a operadores económicos sobre pedidos de esclarecimentos relativos à interpretação e aplicação da legislação nacional.
Assegurar a resposta às solicitações e pedidos de esclarecimentos de operadores económicos no âmbito do Regulamento (UE) 2019/1009, de 5 de junho, que estabelece regras relativas à disponibilização no mercado de produtos fertilizantes UE, bem como do Regulamento (UE) 2019/515, de 19 de março, relativo ao reconhecimento mútuo de mercadorias comercializadas legalmente noutro Estado-Membro.	R	A DGAE assegurou 87 respostas a operadores económicos sobre pedidos de esclarecimentos relativos à interpretação e aplicação da legislação da União Europeia: - 35 respostas sobre a aplicação do Regulamento (UE) 2019/1009; - 52 respostas sobre a aplicação do reconhecimento mútuo, previsto no Regulamento (UE) 2019/515.
Apoiar a AMA, I.P. no contexto do desenvolvimento dos trabalhos para o portal e-Portugal, tendo em vista a colocação no mercado nacional de matérias fertilizantes ao abrigo do princípio do reconhecimento mútuo.	NR	A AMA, I.P. não solicitou contributos à DGAE relativamente a trabalhos para o portal <i>ePortugal</i> no que diz respeito à colocação de matérias fertilizantes no mercado nacional ao abrigo do reconhecimento mútuo.
Assegurar os procedimentos de análise e decisão no âmbito das candidaturas ao Rótulo Ecológico da União Europeia, bem como a sua publicitação no <i>Website</i> da DGAE.	R	A DGAE realizou os procedimentos de análise que resultaram na atribuição de 3 novas licenças de utilização do REUE e avaliou adicionalmente 18 pedidos de extensão no âmbito de licenças anteriormente atribuídas, correspondendo a um universo adicional de 559 novos produtos, tendo assegurado a respetiva publicitação no sítio da Internet da DGAE.
Assegurar a resposta às solicitações e pedidos de esclarecimentos de operadores económicos e outros agentes no âmbito do sistema de atribuição do Rótulo Ecológico da União Europeia.	R	A DGAE assegurou a resposta a 80 pedidos de esclarecimentos de operadores económicos.

Descrição das atividades da Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Assegurar a resposta às solicitações no domínio de Energia & Clima.	R	A DGAE assegurou a resposta a 25 solicitações enquadradas na temática da Energia & Clima.
[O5] Melhorar os prazos de decisão dos processos de licenciamento e registo		
Indicador 9: Taxa de redução dos prazos estabelecidos para atribuição de registos de matérias fertilizantes		
Reduzir o prazo médio de atribuição de registos de matérias fertilizantes, relativamente a pedidos submetidos em 2023.	NR	O prazo estabelecido é de 30 dias e o tempo médio para a emissão de registo foi de 37 dias.
Indicador 10: Taxa de redução dos prazos estabelecidos para atribuição de licenças de utilização do REUE		
Reduzir o prazo médio de atribuição de licenças de utilização do REUE, relativamente a candidaturas submetidas 2023.	NR	O prazo estabelecido é de 40 dias e o tempo médio para a emissão das licenças do REUE foi de 44 dias.
[O7] Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela DSSE		
Indicador 11: N.º de conteúdos publicados no Website da DGAE		
Preparar propostas de publicações <i>online</i> (em português e em inglês) sobre as diversas matérias no domínio da Sustentabilidade Empresarial.	R	No domínio da sustentabilidade empresarial foram publicados 34 conteúdos no sítio da Internet da DGAE.
Indicador 12: Grau de satisfação dos/as utilizadores/as que solicitam esclarecimentos no âmbito das competências da DGAE		
Avaliar o grau de satisfação dos operadores económicos que solicitam esclarecimentos no âmbito do sistema de atribuição do Rótulo Ecológico da União Europeia e do regime de colocação de matérias fertilizantes no mercado nacional.	R	O grau de satisfação dos utilizadores da DSSE foi de 3,7.

QUADRO XIX
ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, MAS REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)

Descrição das atividades da Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial	Nível de realização	Avaliação
Objetivo [1] Garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais, europeias e internacionais		
Indicador 1: Taxa de participação em reuniões planeadas		
Representar a DGAE no “Comité de Acompanhamento do Programa Ação Climática e Sustentabilidade – Sustentável 2030”	R	A DGAE participou em duas reuniões do “Comité de Acompanhamento do Programa Ação Climática e Sustentabilidade – Sustentável 2030”.
Representar a DGAE na Comissão Técnica Cosméticos do Instituto Português da Qualidade, I.P. (CT 47)	R	Na sequência de um convite do IPQ, I.P., que lançou em 2023, a Comissão de Normalização para o Setor dos Cosméticos, a DGAE participou numa reunião da CT 47.
Objetivo [3] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas		
Indicador 4: N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas		
Elaborar o Plano da Economia de Adaptação às Alterações Climáticas no Quadro da Lei de Bases do Clima		Na sequência de um pedido do GMEM, a DGAE deu início, em novembro de 2023, à elaboração Plano da Economia de Adaptação às Alterações Climáticas no Quadro da Lei de Bases do Clima. Neste contexto, a DGAE definiu uma estrutura do plano, solicitou contributos às 3 entidades que constituem o Grupo de Trabalho Economia da ENAAC (IAPMEI, TdP e DGAE/DSCSR) e consolidou os contributos rececionados até final de 2023, tendo, entretanto, recebido orientações do GMEM para suspender a sua elaboração até à entrada em funções do novo governo.
Indicador 6: N.º de ações desenvolvidas com outros parceiros institucionais, com organizações da sociedade civil ou com operadores económicos		

Descrição das atividades da Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial	Nível de realização	Avaliação
Consulta pública relativa à Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas (ECO360)	R	A DGAE participou na consulta pública relativa à Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas (ECO360), sendo que, após várias interações com o GSETCS e a SGAmbiente, a maioria das propostas apresentadas pela DGAE tendo em vista uma discriminação positiva de produtos e serviços detentores de licenças de utilização do REUE foram consideradas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2023, de 25 de outubro, que define os critérios ecológicos aplicáveis à celebração de contratos por parte das entidades da administração direta e indireta do Estado.
Revisão dos critérios do REUE para o grupo de produtos "Tintas e vernizes para interior e exterior"	R	A DGAE divulgou e respondeu ao questionário lançado pela Comissão Europeia (DG ENV), tendo em vista avaliar a revisão dos atuais critérios REUE e eventuais futuras alterações para adaptação ao estado da arte, que constitui a 1.ª etapa do processo de revisão.
Revisão dos critérios do REUE para o grupo de produtos "Têxteis"	R	A DGAE divulgou e respondeu ao questionário lançado pela Comissão Europeia (DG ENV), tendo em vista avaliar a revisão dos atuais critérios REUE e eventuais futuras alterações para adaptação ao estado da arte, que constitui a 1.ª etapa do processo de revisão.
Revisão da tradução para português das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável (versão de 2023)	R	A DGAE colaborou com a OCDE na revisão da tradução para português da nova versão das Diretrizes da OCDE, que foi publicada no sítio da Internet da OCDE (https://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/diretrizes-da-ocde-para-empresas-multinacionais-sobre-conduta-empresarial-responsavel_663b7592-pt).
Revisão da tradução para português da Decisão (UE) 2023/1809 da Comissão de 14 de setembro de 2023, que estabelece os critérios para atribuição do rótulo ecológico da UE a produtos de higiene absorventes e a copos menstruais reutilizáveis	R	A DGAE colaborou com a Comissão Europeia (DG ENV) na revisão da tradução para português da Decisão (UE) 2023/1809, que foi publicada no EUR-LEX (https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=OJ%3AJOL_2023_234_R_0006&qid=1695364426290).

QUADRO XX AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)

No contexto da temática “Economia Circular”, tendo em vista a preparação do 2.º ciclo do Plano Nacional de Ação para a Economia Circular 2023-2027 (PAEC II), a DGAE, em conjunto com a APA, I.P., finalizou o projeto de PAEC II, tendo submetido ao Gabinete do Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços em agosto de 2023 para a respetiva apreciação, processo de consulta intra e interministerial e subsequente consulta pública.

No âmbito deste processo, foram recebidos contributos provenientes de 60 entidades públicas e privadas e de particulares com interesse na matéria, tendo, em paralelo, o projeto de Plano sido apresentado, em sessões bilaterais, a vários “*stakeholders*” representativos das cadeias de valor consideradas no âmbito das ações meso no referido projeto de Plano (Agroalimentar, Construção, Distribuição e Retalho, Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, Plásticos e Turismo), bem como a Associações para a Economia Circular. O projeto de Plano encontra-se em fase de consolidação, ponderados os contributos recebidos na consulta pública e auscultações encetadas, versão esta que acompanhará o Relatório da Consulta Pública, a ser submetido à Tutela.

Ao nível nacional, destaca-se a continuidade da participação nas reuniões do *Advisory Board* do “Pacto Português para os Plásticos”, promovido pela Associação *Smart Waste* Portugal e que integra a Rede de Pactos Nacionais promovida pela Fundação *Ellen MacArthur*, que conta com a DGAE enquanto membro institucional e membro fundador.

Em 2023, a DGAE continuou a acompanhar os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Plataforma Vidro+, iniciativa da Associação *Smart Waste* Portugal, que conta com o apoio institucional da FEVE – Federação Europeia do Vidro de Embalagem e das áreas governativas do ambiente e da economia e cujo objetivo

constitui a criação de um compromisso entre os diferentes agentes da cadeia de valor do vidro de embalagem que atuam no mercado nacional, tendo em vista aumentar a recolha das embalagens de vidro usadas, para reciclagem, num circuito fechado de economia circular.

A convite de várias entidades dos setores público, privado, da sociedade civil e da academia, a DGAE participou, como oradora, em vários eventos no domínio da sustentabilidade empresarial, cuja listagem consta na tabela abaixo.

Nome do Evento	Data de Realização
Evento CLG Europe "Building a Circular & Climate Neutral Economy: Reaction to the November Circular Economy Package"	1/fevereiro
Podcast DECOPODE no âmbito da campanha "Greenwashing: Não se pintem de verde! Contem as coisas como elas são"	9/março
Aula Aberta da DECOJovem "Greenwashing" no contexto da Semana do Jovem Consumidor Circular	14/março
Mesa Redonda organizada pela Our Food Our Future, Oxfam, Instituto Marquês de Valle Flôr e Universidade Nova Business, Human Rights and Environment "Proposta de Diretiva da UE sobre o dever de diligência em matéria de sustentabilidade das empresas"	15/maio
Aula Aberta do Politécnico de Leiria, Escola Superior de Tecnologia e Gestão "O Direito aplicado ao Marketing"	29/maio
Conferência SDR Portugal "Economia Circular e Inovação"	31/maio
Evento do Parlamento Europeu (Comité ENVI) "Report on critical raw materials and circularity"	17/julho
3.ª Conferência Anual da Universidade Nova Business, Human Rights and Environment "Devida Diligência da Sustentabilidade Empresarial: Do Direito à Prática"	26/setembro
Fórum Online APED "A economia circular dos têxteis"	23/outubro
Evento Novo Verde "Uma Nova Visão de Responsabilidade"	21/novembro
21.º Encontro VALORPNEU	21 e 22/novembro
Workshop do Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, I.P. "Compras públicas estratégicas"	24/novembro
Workshop Online Smart Waste Portugal "Projeto 3R Connect"	29/novembro
Sessão de Esclarecimento para os estudantes da Associação de Estudantes de Direito Europeu "Conduta Empresarial Responsável"	29/novembro
Webinar AICEP em colaboração com a DGAE "A Conduta Empresarial Responsável na Atividade Empresarial Portuguesa"	13/dezembro

No contexto de iniciativas legislativas enquadradas no “Pacto Ecológico Europeu”, e em particular, no novo “Plano de Ação da UE para a Economia Circular”, a DGAE deu continuidade à liderança nacional da negociação da proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece um quadro para definir os requisitos de conceção ecológica dos produtos sustentáveis e que revoga a Diretiva 2009/125/CE (Regulamento *Ecodesign*), tendo sido assegurada a presença nas reuniões do Grupo de Trabalho “Mercado Interno” – Formação *Ecodesign*, bem como a articulação e consulta às estruturas associativas empresariais nacionais. No seguimento do COREPER I de 22 de dezembro de 2023, foi alcançado o texto de compromisso final referente à Proposta de Regulamento *Ecodesign*.

A DGAE assegurou ainda a elaboração de contributos no âmbito da negociação da proposta de Regulamento relativo às embalagens e resíduos de embalagens e prosseguiu com a sua participação na negociação dos Capítulos 6 (Obrigações dos Operadores Económicos além das incluídas no Capítulo 7) e 7 (Gestão do fim de vida das baterias) da proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às “Baterias e Respetivos Resíduos”, que foi concluída em 2023, tendo sido publicado, a 28 de julho, o Regulamento (UE) 2023/1542 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às baterias e respetivos resíduos, que altera a Diretiva 2008/98/CE e o Regulamento (UE) 2019/1020 e revoga a Diretiva 2006/66/CE.

No âmbito da gestão de fluxos específicos de resíduos, a DGAE deu continuidade às atividades relativas ao licenciamento e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas 15 entidades gestoras licenciadas no âmbito de seis (6) fluxos específicos de resíduos [embalagens e resíduos de embalagens (incluindo os subfluxos resíduos de embalagens e medicamentos e resíduos de embalagens em agricultura), veículos em fim de vida, óleos usados, pneus usados, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos e resíduos de pilhas e acumuladores], tendo procedido à elaboração, conjuntamente com a APA, I.P., dos 14 despachos de prorrogação das atuais licenças atribuídas às entidades gestoras (excetuando para a gestão dos óleos usados). Adicionalmente, a DGAE analisou 14 cadernos de encargos tendo em vista a atribuição de novas licenças a entidades gestoras de sistemas integrados, bem como de 16 Planos de Atividade e Orçamentos

Previsionais das 15 entidades gestoras dos fluxos específicos de resíduos e respetivos planos de prevenção, SC&E e I&D, e 27 Relatórios Anuais de Atividades e Contas, incluindo ainda 5 modelos de cálculo de prestações financeiras (SOGILUB, SPV, Novo Verde, Electrão SIGRE).

Salientam-se ainda os contributos relativos às propostas de alteração do quadro legal nacional em matéria de resíduos [2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 78/2021, 10.ª alteração ao UNILEX, 3.ª alteração ao RGGR, Despacho relativo aos VC 2023 e 2024 (E&RE), Despacho relativo aos VC para REEE e RPA e elaboração da proposta de Portaria que estabelece os critérios de diferenciação das prestações financeiras para cada fluxo específico de resíduos, abrangido pela responsabilidade alargada do produtor, em função do impacte ambiental dos produtos e do custo real de gestão dos respetivos resíduos]. Adicionalmente, emitiu pareceres relativamente ao Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos (PERNU 2030) e à alteração à Portaria n.º 331-E/2021, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 312-C/2022, de 30 de dezembro.

Assinala-se, ainda, o acompanhamento e contributos da DGAE no contexto do estudo, promovido pela APA, I.P., relativo à revisão do modelo de cálculo dos valores de contrapartida (VC) no âmbito do sistema integrado de embalagens e resíduos de embalagens (SIGRE).

Por outro lado, destaca-se também a participação da DGAE em iniciativas de várias entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos, nomeadamente como jurado do Programa *Re_source* da Sociedade Ponto Verde e da iniciativa *"Rethink & Repack: Novas Tendências do setor das embalagens"* da Novo Verde, como oradora no 21.º Evento Anual da VALORPNEU e no acompanhamento do encerramento da Campanha Nacional de Fiscalização de REEE – Projeto *"WEEE-FOLLOW"*, implementada no âmbito do Plano de Ação Nacional para os Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE), salientando-se ainda o apoio institucional da DGAE na campanha de sensibilização promovida pela Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED) sobre os REEE.

A DGAE assegurou ainda a participação nas sessões plenárias da Comissão Nacional dos Transportes de Mercadorias Perigosas (CNTMP) e nas reuniões do Conselho Consultivo e Conselho Tarifário da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

No contexto da gestão do Registo Nacional de Matérias Fertilizantes Não Harmonizadas, foram analisados 112 pedidos de inscrição no Registo, tendo resultado na concessão de 56 Registos e 56 indeferimentos. Foram também analisados 43 pedidos de renovação do Registo, tendo sido renovados 38 Registos e indeferidos 5. Foram, ainda, analisados 7 pedidos de alteração de Registos, tendo sido deferidos 4, indeferidos 3 e cancelados 2.

A DGAE, enquanto Ponto de Contacto para Produto – Fertilizantes, assegurou a análise sobre a colocação no mercado nacional de matérias fertilizantes ao abrigo do princípio do reconhecimento mútuo (RM) previsto no Regulamento (UE) 2019/515, de 19 de março, tendo efetuado a verificação com os requisitos nacionais de 747 comunicações, tendo sido 673 consideradas conforme o RM e 74 não consideradas conforme o RM.

Procedeu-se, ainda, à atualização das respetivas Bases de Dados nacionais do Registo Nacional de Matérias Fertilizantes Não Harmonizadas e Reconhecimento Mútuo – Fertilizantes.

Foram assegurados esclarecimentos de natureza técnica distinta a vários operadores económicos relativos à interpretação e aplicação da legislação nacional (Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho, revogado pelo Decreto-Lei n.º 30/2022, de 11 de abril e Portaria n.º 185/2022, de 21 de julho que o aplica) e da União Europeia [Regulamento (CE) n.º 2003/2003, de 13 de outubro de 2003 relativo aos adubos, Regulamento (UE) 2019/1009, de 5 de junho de 2019, que estabelece regras relativas à disponibilização no mercado dos produtos fertilizantes e Regulamento (UE) 2019/515, de 19 de março de 2019 relativo ao reconhecimento mútuo de mercadorias comercializadas legalmente noutro Estado-Membro], designadamente 280 relativamente à legislação nacional, 35 relativamente à regulamentação da União Europeia relativa a produtos fertilizantes UE e 52 relativos à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo.

Para além dos trabalhos permanentes de atualização dos conteúdos de informação na área das matérias fertilizantes no sítio da Internet da DGAE, procedeu-se à sua divulgação nos canais de comunicação da DGAE e junto das estruturas associativas relevantes e outras entidades parceiras.

A DGAE assegurou ainda a participação em reuniões a nível da União Europeia sobre as matérias fertilizantes, nomeadamente no Grupo de Peritos da Comissão sobre Produtos Fertilizantes e no Comité de Regulamentação dos Fertilizantes, tendo nesta sede sido dada continuidade e concluída a discussão de duas propostas de projetos de Regulamentos Delegados da Comissão que complementam e alteram o Regulamento (UE) 2019/1009, no que respeita à “determinação de pontos finais na cadeia de fabrico de determinados fertilizantes orgânicos e corretivos orgânicos do solo” e ao “teor mínimo de óxido de cálcio em adubos inorgânicos elementares sólidos de macronutrientes”, respetivamente, e iniciada a discussão de uma proposta de projeto de Regulamento Delegado da Comissão que altera o Regulamento (UE) 2019/1009, no que respeita “à inclusão de estrume transformado como um material componente nos produtos fertilizantes UE”, sendo que neste contexto foram efetuadas consultas às estruturas associativas representativas do setor das matérias fertilizantes para suporte das tomadas de decisão.

Ainda ao nível da União Europeia, foi assegurado os contributos da DGAE para a negociação da proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) 2019/1009 no que diz respeito à rotulagem digital dos produtos fertilizantes UE, no âmbito das reuniões do “Grupo de Trabalho de Harmonização Técnica (Substâncias Perigosas - Fertilizantes).

No domínio dos trabalhos de desmaterialização dos procedimentos referentes aos serviços a prestar através do balcão digital *ePortugal*, a DGAE, em colaboração com a AMA, I.P., deu início aos trabalhos de suporte à tramitação de informação por via eletrónica respeitante à colocação no mercado nacional de matérias fertilizantes (reformulação dos formulários interativos no sentido da sua adequação ao atual enquadramento legislativo), tendo sido atualizados os conteúdos de informação de sete serviços (DGAE e INIAV, I.P.), a disponibilizar no portal *ePortugal*.

A DGAE, enquanto Organismo Competente Nacional para a atribuição das licenças de utilização do Rótulo Ecológico da União Europeia (REUE), participou nas reuniões de governação a nível da União Europeia, designadamente no Comité do REUE, no Comité Regulamentador do REUE, no Fórum dos Organismos Competentes e no Comité REUE "Grupo Informal sobre Comunicação". Neste contexto, a DGAE colaborou com a Comissão Europeia nos processos de revisão dos critérios para atribuição do REUE aos grupos de produtos "Tintas e vernizes para interior e exterior" e "Produtos têxteis", colaborou na revisão da tradução para português da Decisão (UE) 2023/1809 da Comissão de 14 de setembro de 2023, que estabelece os critérios para a atribuição do REUE a produtos de higiene absorventes e a copos menstruais reutilizáveis, tendo assegurado a respetiva divulgação junto das partes interessadas nacionais, e adicionalmente dado resposta a 26 consultas lançadas no Fórum dos Organismos Competentes para o REUE.

Ao nível nacional, a DGAE garantiu a governação do sistema do REUE, assegurando a análise da conformidade das candidaturas à atribuição das licenças de utilização do REUE, a análise dos pedidos de alteração ou de cancelamento das licenças já atribuídas, a atualização do arquivo do REUE e dos catálogos nacional e europeu de produtos e serviços com REUE, assim como a resposta aos pedidos de informação das partes interessadas.

De destacar que, em 2023, foram submetidas 3 candidaturas à obtenção de licenças de utilização do REUE, relativas aos seguintes grupos de produtos "Detergentes para lavagem manual de louça", "Papel *tissue* e produtos de papel *tissue*" e "Produtos para limpeza de superfícies duras". Também foram validados 18 pedidos de extensão do âmbito de licenças atribuídas em anos anteriores, designadamente para os grupos de produtos "Papel para usos gráficos" (4), "Papel *tissue* e produtos de papel *tissue*" (4), "Produtos cosméticos" (3), "Produtos para limpeza de superfícies duras" (5) e "Tintas e vernizes para interiores e exteriores" (2).

A 31 de dezembro de 2023 encontravam-se válidas 33 licenças de utilização do REUE, no domínio dos seguintes grupos de produtos e serviços: "Alojamentos Turísticos" (5), "Detergentes para lavagem manual de louça" (4), "Detergentes para roupa" (1), "Papel impresso, artigos de papelaria e sacos de papel" (1),

“Papel para usos gráficos” (2), “Papel *tissue* e produtos de papel *tissue*” (7), “Produtos cosméticos” (1), “Produtos para limpeza de superfícies duras” (5), “Produtos têxteis” (1) e “Tintas e vernizes para interiores e exteriores” (6), que na totalidade contemplam um conjunto de 6386 marcas comerciais de produtos e 5 serviços de alojamento turístico.

Considerando a relevância do REUE para o cumprimento das futuras exigências legais em matéria da sustentabilidade, que se prevê que venham a decorrer do “Regulamento que estabelece um quadro para definir os requisitos de conceção ecológica dos produtos sustentáveis e que revoga a Diretiva 2009/125/CE”, da “Diretiva que altera as Diretivas 2005/29/CE e 2011/83/UE no que diz respeito à capacitação dos consumidores para a transição ecológica através de uma melhor proteção contra práticas desleais e de melhor informação” e da “Diretiva relativa às alegações ecológicas”, a DGAE organizou a Conferência #REUE2023, sob o mote “Construir o futuro” dirigida a todas as partes interessadas, que teve lugar no dia 12 de outubro de 2023 e que contou com um total de 125 participantes (48% do setor público, 24% do setor privado e 24% que não foi possível classificar). No que diz respeito às intervenções, foi possível contar com a Coordenadora do REUE na Comissão Europeia (DG ENV), a Dr.ª Sílvia Ferratini e no painel de discussão participaram representantes de 3 entidades do Ministério da Economia e do Mar, designadamente da Secretaria-Geral da Economia, do Turismo de Portugal, I.P. e da Direção-Geral do Consumidor.

A DGAE também participou na consulta pública relativa à Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas (ECO360), lançada pela APA, I.P., que garantiu que o REUE ficasse claramente identificado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2023, que define os critérios ecológicos aplicáveis à celebração de contratos por parte das entidades da administração direta e indireta do Estado, como um programa de rotulagem ambiental que apoia os operadores económicos na demonstração do cumprimento dos referidos critérios.

A DGAE deu continuidade à atualização dos conteúdos no sítio da internet da DGAE, incluindo do Mapa Dinâmico do REUE, manteve uma articulação ativa com a Comissão Europeia e com os operadores económicos nacionais detentores de licenças de utilização do REUE, tendo em vista assegurar a atualização e visibilidade da informação constante da base de dados europeia *EU Ecolabel Catalogue* (ECAT).

Ao nível da normalização, em 2023, a DGAE esteve representada na Comissão Técnica 150 “Gestão Ambiental”, do Instituto Português da Qualidade, I.P., na sua Subcomissão Técnica 5, relativa à “Avaliação do Ciclo de Vida”, tendo presidido à Subcomissão Técnica 3 “Rotulagem Ambiental”. Neste contexto, a DGAE convocou 10 reuniões, coordenou o voto nacional em 13 consultas lançadas pela Comissão Técnica 207, Subcomissão 3 da Organização Internacional da Normalização, coordenou o trabalho de tradução para português da norma EN ISO 14020 “Declarações ambientais para produtos e respetivos programas - Princípios e requisitos gerais” e a elaboração das fichas relativas à série de normas EN ISO 14020, que vão integrar uma brochura de divulgação das normas da série ISO 14000. Adicionalmente e na sequência de um convite do IPQ, I.P., que lançou em 2023, a Comissão de Normalização para o Setor dos Cosméticos, a DGAE deu início à participação na Comissão Técnica “Cosméticos” (CT 47).

No âmbito da Conduta Empresarial Responsável, a DGAE continuou a liderar, a nível nacional, a negociação no Conselho da UE da proposta de Diretiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade e que altera a Diretiva (UE) 2019/1937 (CSDDD). Neste contexto, a DGAE assegurou o apoio à representação de Portugal nas reuniões do Grupo de Trabalho “Direito das Sociedades”, bem como a articulação e consulta às estruturas associativas empresariais nacionais.

Em 2023, a DGAE assegurou em articulação com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E (AICEP Portugal Global, E.P.E.), a função de Ponto de Contacto Nacional para a Conduta Empresarial Responsável (PCN PT), tendo participado, enquanto representante nacional, nas reuniões do Grupo de Trabalho da OCDE "Conduta Empresarial Responsável" e da Rede de Pontos de Contacto Nacionais para a Conduta Empresarial Responsável.

Destaca-se que o ano de 2023 foi particularmente importante e desafiante para a DGAE em matéria da Conduta Empresarial Responsável (CER), já que em março lugar na OCDE uma Reunião Ministerial dedicada unicamente à CER, tendo a representação de Portugal sido assegurada por uma delegação presidida pelo Secretário de Estado da Economia. Neste contexto, a DGAE foi responsável pela elaboração da pasta que apoiou a participação desta delegação, assim como integrado a mesma.

A informação sobre o PCN PT no sítio da internet da DGAE foi totalmente reestruturada em abril, passando também a ser apresentada na língua inglesa. No dia 13 de abril a DGAE organizou um *webinar* dirigido a todas as partes interessadas dedicado ao tema “O Papel do Ponto de Contacto Nacional para a Conduta Empresarial Responsável”, que contou com um total de 86 participantes (53% do setor privado e 37% do setor público). O programa deste evento incluiu uma mensagem transmitida pelo Dr. Nicholas Hachez, responsável pela coordenação da rede de PCN no Centro da OCDE para a CER e uma mesa-redonda onde participaram representantes da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (Ponto Focal Nacional para a Declaração Tripartida da Organização Internacional do Trabalho - OIT), o *Centre for Responsible Business & Leadership* da Universidade Católica, a Associação Empresarial de Portugal e a DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor.

No mês de maio o PCN PT foi positivamente avaliado no contexto do exercício de avaliação de pares promovido pela OCDE, tendo a equipa de avaliadores integrado 2 membros do Secretariado da OCDE, um representante do PCN Espanhol e um representante do PCN Chileno. Os resultados desta avaliação foram aprovados na Reunião de novembro do Grupo de Trabalho da OCDE "Conduta Empresarial Responsável", que contou com uma intervenção da Diretora-Geral das Atividades Económicas e tendo o relatório desta avaliação sido publicado pela OCDE no mês de dezembro.

Na sequência da publicação da mais recente versão das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais sobre CER, em junho, a DGAE colaborou com a OCDE na revisão da tradução para português deste documento, que desde novembro foi disponibilizado pela OCDE no seu no sítio da internet.

A DGAE, na sua função de PCN PT, participou em duas ações de formação, uma das quais em formato *online* promovida pela *ODR FOUNDATIONS TRAINING* e a outra presencialmente em Turim (Itália), promovida pela OIT.

Durante 2023, no contexto da sua função de PCN PT e de entidade nacional com a *lead* da negociação da CSDDD, a DGAE foi oradora em vários eventos organizados por outras entidades.

Ainda no contexto da CER, foi dada continuidade à representação do MEM na Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), no Grupo de Trabalho do CNDH “Empresas e Direitos Humanos” e como ponto focal para a implementação das medidas do “Plano Nacional de Implementação do Pacto Global para as Migrações” (PNIPGM), tendo também sido prosseguida a função de representante da DGAE no Conselho para as Migrações do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.), no Grupo Técnico do ACM, I.P. para acompanhamento da implementação da Lei n.º 27/2017, de 30 de maio, relativa à livre circulação dos trabalhadores na UE.

A DGAE deu continuidade à participação em atividades de normalização nacional, designadamente na Comissão Técnica 216 – CT 216– (Comissão Técnica para a igualdade salarial entre mulheres e homens), coordenada pelo Instituto Português da Qualidade, I.P. (IPQ, I.P.), responsável pela elaboração da norma NP 4588:2023 “Sistema de gestão para a igualdade remuneratória entre mulheres e homens”.

A DGAE remeteu em agosto uma versão revista do projeto de “Plano Nacional de Ação sobre Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos” (PNACERDH) ao Gabinete do SETCS, o qual integra os contributos enviados pelas outras áreas governativas, em resposta à consulta realizada em junho pelo referido Gabinete. Face ao contexto político, o Gabinete do SETCS considerou não ser possível promover a aprovação do PNACERDH na presente legislatura.

No contexto das atribuições atribuídas à DGAE em matéria da Energia e Clima e em resposta a uma solicitação realizada em novembro pelo Gabinete do Ministro da Economia e do Mar, que decorre do facto de a DGAE ser a entidade coordenadora do Grupo de Trabalho Economia no contexto da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), foi dado início à elaboração do Plano da economia de Adaptação às Alterações Climáticas no quadro da Lei de Bases do Clima, cujo prazo de execução transitou para 2024. Ainda no contexto da Energia e Clima, a DGAE deu continuidade ao acompanhamento dos trabalhos da Agência para a Energia (ADENE).

QUADRO XXI
ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)

Descrição das atividades da Direção de Serviços para a Política Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
[O1] Garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais, europeias e internacionais		
Indicador 1 - Taxa de participação em reuniões planeadas		
Representar a DGAE, na qualidade de SHERPA do SME Envoy, nas reuniões associadas à iniciativa <i>Small Business Act</i> (SBA) para a Europa	R	A DGAE participou em 7 reuniões realizadas no âmbito da Rede de SME Envoys, bem como em 3 reuniões no âmbito do GT nacional SBA
Representar a DGAE no Comité do Programa Europa Digital (DEP) e respetivos grupos de trabalho	R	A DGAE participou em 5 reuniões associadas ao DEP e respetivos GT.
Representar o Ministério da Economia e do Mar no Grupo de Alto Nível Inteligência Artificial e Digitalização de Empresas e respetivos grupos de trabalho	R	A DGAE representou o MEM em 8 reuniões, no âmbito do Grupo IA e digitalização e respetivos subgrupos.
Representar o Ministério da Economia e do Mar no Comité do Espaço Europeu da Investigação e da Inovação (ERAC)	R	A DGAE participou em 2 reuniões, em representação do MEM.
Representar PT nas reuniões da União para o Mediterrâneo (UfM) - vertente Cooperação Industrial	R	A representação nacional foi assegurada pela DGAE, reunião 13 de junho.
Assegurar a representação nacional no <i>European Innovation Scoreboard</i> (EIS)	R	A DGAE representou o MEM na reunião de 16 de junho.
Representar a DGAE-no Comité do Programa do Mercado Único (COSME)	NR	A DGAE não participou nas reuniões (restrições orçamentais associadas ao facto DGAE ser suplente neste Comité)
Representar o Ministério da Economia e do Mar nas reuniões do Grupo de Peritos dos Semicondutores e respetivas reuniões técnicas	R	A DGAE representou o MEM em 3 reuniões relacionadas com os Semicondutores.
Representar PT no Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo (CIIE) - OCDE	R	Foi assegurada a participação nacional nas 2 reuniões do Comité.

Descrição das atividades da Direção de Serviços para a Política Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Representar PT no Comité PME e Empreendedorismo (CSMEE) - OCDE	R	A DGAE representou Portugal em 4 reuniões (incluindo a Ministerial) organizadas pelo CSMEE e participou em 7 reuniões do bureau, onde tem assento.
Representar PT no Grupo de Peritos para as Indústrias de base Florestal	R	A DGAE assegurou a participação de Portugal nas 2 reuniões do Grupo de Peritos.
Assegurar a representação PT nas reuniões do Grupo de Alto Nível das Indústrias Intensivas em Energia (GAN IIE) e nas reuniões SHERPA	R	Foi assegurada a participação nacional nas 15 reuniões dos Subgrupos das IIE, nomeadamente setores Químico, Metalúrgico e Construção, uma das quais presencial.
Representar PT nas reuniões do Comité do Aço - OCDE	R	Foi assegurada a participação nas 2 reuniões do Comité do Aço da OCDE. A DGAE participou também nas 2 reuniões prévias de coordenação da COM com os EM e em 2 workshops.
Representar o Ministério da Economia e do Mar nas reuniões do Comité do Carvão e do Aço (COSCO)	R	A DGAE participou nas 2 reuniões que se realizaram no âmbito do Comité e em 2 workshops sobre o fundo de investigação e sobre a parceria Clean Steel.
Participar no grupo de Peritos para os Clusters e respetivos Subgrupos	R	A DGAE participou em 20 reuniões, no âmbito dos EU Clusters Talks.
Representar o Ministério da Economia e do Mar nas reuniões da Task Force 1 e Task Force 2, criadas no âmbito do Fórum Industrial	R	A DGAE assegurou a representação nacional em 3 reuniões da TF1, 4 reuniões da TF2 - Plenário, 1 da TF2 - Têxtil.
Assegurar o Secretariado da Plataforma de Acompanhamento nas Relações das Fileiras Florestais (PARF) e participar nas reuniões preparatórias e plenárias	R	A DGAE informou a tutela que a PARF não reúne desde 2019 sendo urgente agendar a 8.ª reunião plenária para aprovação de: (i) documento estratégico sobre as indústrias de base florestal, (ii) proposta da DGAE sobre o programa de trabalhos, (iii) execução da medida "Aumento da remuneração dos proprietários florestais", no âmbito do PNA PNGIFR. A ausência de resposta à proposta da DGAE inviabilizou o agendamento da reunião PARF e respetivas reuniões preparatórias. Não obstante, foram realizadas 6 reuniões no âmbito do reporte do PNA PNGIFR.

Descrição das atividades da Direção de Serviços para a Política Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Representar a DGAE no Fórum da Qualidade e na Comissão Técnica de Normalização 212	R	A DGAE participou na reunião anual do Fórum da Qualidade, 5 de dezembro.

<p>Representar a DGAE e/ou Ministério da Economia e do Mar em Grupos de Trabalho, Conselhos, Reuniões e outras Estruturas de natureza diversa</p>	<p>R</p>	<p>Foi assegurada a participação em:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) 3 reuniões do GT Estratégia Industrial Verde; (ii) 27 reuniões do GA Polos de Inovação Digital (DIH), PRR, C16; (iii) 19 reuniões do GA Test Beds, PRR, C16; (iv) 4 reuniões do GA Coaching 4.0, PRR, C16; (v) 1 reunião do GA Indústria 4.0; PRR, C16; (vi) 1 reunião Grupo Consultivo plano materiais avançados + 3 reuniões promovidas a nível nacional (vii) Assembleia Geral CEDINTEC, 19 de abril e 15 de dezembro; (viii) 4 reuniões do MLE focado acção 12 ERA, sub-ação "<i>Industrial Decarbonisation</i>" (ix) Reunião com Presidente do GAN COMPET - Visita Lisboa, 16 outubro; (x) Reunião com Diretor Jakub Boratynski, DG GROW, 31 março; (xi) 2 reuniões do Grupo de Acompanhamento do Acordo APIFARMA; (xii) 4 reuniões no âmbito do GT informal, criado pelo Gabinete MEM, para a descarbonização da indústria cimenteira e em 4 reuniões preparatórias; (xiii) 2 reuniões no âmbito da Plataforma AggregateEU de compra conjunta de gás; (xiv) 2 reuniões sobre o Global Sustainable Arrangement (GSA) sobre aço e alumínio; (xv) 1 reunião sobre matérias-primas críticas; (xvi) 1 reunião sobre o licenciamento de gasodutos de oxigénio; (xvii) 2 reuniões no âmbito do "Prémio Floresta é Sustentabilidade"; (xviii) 1 reunião do Conselho Florestal Nacional; (xix) 1 reunião da Comissão Consultiva do Programa Especial do Parque Nacional Peneda-Gerês; (xx) 1 reunião preparação 10.ª Conferência COP10 Controlo Tabaco; (xxi) 5 reuniões sobre o NZIA. (xxii) 2 reuniões com delegações romenas
---	----------	--

Descrição das atividades da Direção de Serviços para a Política Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Representar o Ministério da Economia e do Mar nas reuniões para a implementação da estratégia da UE para a sustentabilidade e circularidade dos têxteis	R	A DGAE esteve presente em 3 reuniões sobre o passaporte digital e os resíduos têxteis.
Indicador 2 - Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas		
Efetuar propostas de recomendações relevantes decorrentes da participação em Grupos de Trabalho, Comitês e reuniões de trabalho	R	A DSPE efetuou 17 recomendações de atuação e/ou planos de ação relevantes, decorrentes da sua participação em reuniões externas.
Indicador 3 - Nº de reuniões de coordenação organizadas pela DGAE no âmbito das suas competências		
Organizar reuniões do GT responsável pelo acompanhamento dos Polos de Inovação Digital e Test Beds	R	A DGAE foi a entidade responsável pelo agendamento de 3 reuniões no âmbito dos DIH e Test Beds.
Organizar reuniões com stakeholders dos ecossistemas industriais, em especial do têxtil, química e indústrias intensivas em energia	R	A DGAE organizou 5 reuniões com <i>stakeholders</i> dos setores químico, cimento, tabaco.
Organizar reuniões para o desenvolvimento dos projetos aprovados no âmbito do Instrumento de Assistência Técnica da Comissão Europeia	R	A DGAE organizou 55 reuniões com a OCDE, COM e entidades nacionais, públicas e privadas, no âmbito do IAT da COM para o projeto "Strengthening Portugal's policy frameworks to stimulate the greening of SME and green entrepreneurship and to support start-ups and scale-ups in industrial ecosystems through incubation and acceleration".
Organizar reuniões para elaboração de proposta de Revisão do Quadro institucional para a difusão do IDE nas PME no seguimento do relatório da OCDE "Strengthening FDI and SME Linkages in Portugal"	NR	A DGAE aguarda validação política à proposta de Despacho, remetida ao Gabinete MEM em novembro de 2022, que previa a constituição de um GT (interministerial) com o objetivo de elaborar um plano de ação para a implementação das recomendações da OCDE que resultaram da participação de Portugal neste projeto piloto da OCDE.
Assegurar a coordenação de reuniões variadas, no âmbito das competências da Direção de Serviços	R	A DGAE organizou e coordenou: (i) 2 reuniões do GT informal, criado no âmbito do MLE. (ii) 2 reuniões do GT informal, criado no âmbito do ESB; (iii) 1 reunião sobre selos maturidade digital; (iv) 1 reunião Semicondutores.

Descrição das atividades da Direção de Serviços para a Política Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
[O3] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas		
Indicador 4 - N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas		
Proposta de Revisão do Quadro institucional para a difusão do IDE nas PME no seguimento do relatório da OCDE " <i>Strengthening FDI and SME Linkages in Portugal</i> "	R	Criação de um GT para dinamização do MLE Roteiro das Tecnologias de Baixo Carbono e Descarbonização da Indústria.
Proposta de candidatura ao Instrumento de Assistência Técnica da COM - projeto no âmbito do ecossistema têxtil	R	4.º Aviso N.º 15/C16-i02/2023 - Rede Nacional Test Beds
Indicador 5 - N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais		
Sessão com o setor químico e construção, para desenvolvimento do plano de ação para estes ecossistemas, no âmbito dos trabalhos da Task Force 2	R	Apresentação de medidas nacionais na reunião MLE + Sessão sobre descarbonização indústria, 28 de novembro.
Sessão com as estruturas associativas representativas do ecossistema têxtil, para desenvolvimento do plano de ação, no âmbito da Task Force 2	R	Sessão de apresentação do projeto TSI da DGAE, 26 de setembro.
[O4] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DSPE		
Indicador 6 - % de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo		
Elaborar contributos e emitir pareceres, em resposta às solicitações dos Gabinetes do Ministério da Economia e do Mar	R	Foram emitidos 79 pareceres relevantes, dentro do prazo.
Indicador 7 - % de solicitações respondidas com carácter substantivo dentro do prazo		
Proceder à análise de informação e responder a solicitações internas à DGAE, bem como a entidades da Administração Pública e/ou entidades particulares	R	Foram elaborados 548 contributos, em resposta a solicitações várias, dentro do prazo.
[O5] Melhorar os prazos de decisão dos processos de licenciamento e registo		
Indicador 8 - Taxa de redução do prazo para emissão de licença relativa aos precursores de droga		
Análise dos pedidos de emissão de licença no âmbito dos precursores de droga	NR	Não houve pedidos de licença para exercício de atividade de precursores de droga.
Indicador 9 - Taxa de redução do prazo para registo de operador relativo aos precursores de droga		

Descrição das atividades da Direção de Serviços para a Política Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Análise dos pedidos de registo de operador no âmbito dos precursores de droga	R	A DSPE cumpriu o prazo de análise e registo dos operadores económicos, no âmbito dos precursores de droga.
Indicador 10 - Taxa de redução do prazo para autorização de introdução no mercado dos novos produtos do tabaco		
Análise dos pedidos de AIM dos novos produtos do tabaco	R	A análise e emissão de AIM dos novos produtos do tabaco foi reduzido em 25%, face ao prazo legal para o efeito.
[O6] Contribuir para a transição e catalisação digital das empresas no âmbito do PRR		
Indicador 11 - Taxa de candidaturas analisadas no prazo		
Proceder à análise e avaliação das candidaturas dos projetos no âmbito dos Polos de Inovação Digital e Test Beds	R	Todas as candidaturas apresentadas no âmbito das <i>Test Beds</i> foram analisadas dentro do prazo previsto para o efeito.
Indicador 12 - N.º de sessões de divulgação		
Proceder à divulgação de projetos no âmbito do PRR, nomeadamente, o Selo de Maturidade Digital no domínio da Sustentabilidade	R	(i) Sessão de trabalho técnica "Boost DIH, em 7 de junho; (ii) Sessão informação sobre o Selo Maturidade Digital, Sustentabilidade, 16 de março.
[O7] Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela DSPE		
Indicador 13 - N.º de conteúdos publicados no Website da DGAE		
Atualizar a informação de base relativa aos Dashboards dedicados à monitorização da atividade das empresas nacionais (não financeiras)	R	Foi atualizada a informação relativa ao Dashboard de monitorização das empresas nacionais (não financeiras) e do Dashboard de monitorização da Atividade dos Ecosistemas Industriais.
Elaborar destaques, peças de comunicação e outras matérias de interesse à envolvente empresarial	R	Para além dos conteúdos relativos a financiamento, PRR e "Estatísticas", foram elaborados 46 destaques e notícias relevantes para os operadores económicos.
Atualizar conteúdos e divulgar oportunidades de financiamento	R	Foram elaborados e publicados 36 conteúdos informativos relativos a oportunidades de financiamento, nomeadamente no contexto do PRR.
Indicador 14 - Grau de satisfação dos utilizadores que solicitam esclarecimentos no âmbito dos precursores de droga e novos produtos do tabaco		

Descrição das atividades da Direção de Serviços para a Política Empresarial	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Avaliar o grau de satisfação dos utilizadores, no âmbito de pedidos de esclarecimento e de introdução no mercado de novos produtos do tabaco	R	Os utilizadores do processo relativo aos novos produtos do tabaco manifestaram grande satisfação pela informação recebida avaliando o serviço prestado com nota 5.
Avaliar o grau de satisfação dos utilizadores, no âmbito de pedidos de esclarecimento sobre precursores de droga	R	No âmbito dos precursores de droga, os utilizadores avaliaram a sua experiência com este serviço com nota 4,5.

QUADRO XXII
ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, MAS REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)

Descrição das atividades da Direção de Serviços para a Política Empresarial	Nível de realização	Avaliação
Objetivo		
Indicador		
Indicador 1 - Taxa de participação em reuniões planeadas		
Semicondutores	R	Internacional Representação PT nas 3 reuniões no âmbito da OECD Semiconductor informal exchange network
Fórum ERA - Ação 12	R	Europeu Representação PT nas 3 reuniões no âmbito da agenda política ERA, Fórum ERA – Ação 12 (formação específica)
Global Sustainable Arrangement	R	Europeu Representação da DGAE em 2 reuniões sobre o Global Sustainable Arrangement (GSA) sobre aço e alumínio
Grupo Consultivo Materiais Avançados	R	Europeu Representação em 4 reuniões do Grupo Consultivo para a elaboração de um Plano Coordenado sobre Materiais Avançados
Plataforma AggregateEU	R	Europeu Representação PT nas 2 reuniões da Plataforma AggregateEU de compra conjunta de gás
Grupo Trabalho Estratégia Industrial Verde	R	Nacional Representação DGAE nas 3 reuniões do GT Estratégia Industrial Verde
Grupo Trabalho Descarbonização Indústria do Cimento	R	Nacional Representação DGAE nas 4 reuniões no âmbito do GT informal, criado pelo Gabinete MEM, para a descarbonização da indústria cimenteira e em 4 reuniões preparatórias
	R	Nacional Representação DGAE na reunião de preparação 10.ª Conferência COP10 Controlo Tabaco
COP 10 - Tabaco		

Descrição das atividades da Direção de Serviços para a Política Empresarial	Nível de realização	Avaliação
Indicador 3 - N.º de reuniões de coordenação organizadas pela DGAE no âmbito das suas competências		
Organizar reuniões no âmbito do Instrumento da Assistência Técnica da Comissão Europeia	R	A DGAE organizou mais 53 reuniões com a OCDE, COM e entidades nacionais, públicas e privadas, no âmbito do IAT da COM para o projeto “Strengthening Portugal’s policy frameworks to stimulate the greening of SME and green entrepreneurship and to support start-ups and scale-ups in industrial ecosystems through incubation and acceleration”.
Programa Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais	R	A DGAE organizou 2 reuniões com o Gab. SEE e AGIF sobre a execução da medida "Aumento da remuneração dos proprietários florestais"
[O3] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas		
Indicador 4 - N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas		
Elaboração FAQ DIH	R	FAQ Aviso N.º 03/C16-i03/2022 Polos de Inovação Digital - DIH
Elaboração FAQ Test Beds	R	FAQS Versão 03 Avisos 03/07/09-C16-i02-2022 Test Beds

QUADRO XXIII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)

De entre as atividades desenvolvidas pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE) em prol dos objetivos previamente estabelecidos para o ano de 2023, resumem-se, sumariamente, as que mais contribuíram para os resultados desta unidade orgânica e para o desempenho da própria DGAE:

- promover e divulgar, nas instâncias da UE, OCDE e outras organizações internacionais, boas práticas nacionais no âmbito do empreendedorismo, competitividade, inovação, digitalização e sustentabilidade, com particular ênfase na transição energética e digital na indústria transformadora e nas PME;
- promover e participar na elaboração do enquadramento legislativo e regulamentar de políticas públicas, nomeadamente através da realização de análises setoriais que permitem avaliar o seu impacto nos agentes económicos;
- dinamizar a implementação em Portugal da iniciativa *Small Business Act* (SBA) para a Europa e apoiar o *SME Envoy*, enquanto representante nacional para as PME;
- acompanhar a conceção e a execução das políticas para os setores industriais nacionais, participando na preparação da posição nacional a assumir nas instâncias europeias e internacionais, em particular, nas trajetórias de transição dos ecossistemas definidos no Fórum Industrial;
- emitir pareceres, em resposta a solicitações dos serviços e organismos da Administração Pública, entidades do sistema associativo e empresas;
- implementar, em conjunto com a OCDE, o projeto aprovado no âmbito do Instrumento de Assistência Técnica 2023 da Comissão Europeia (COM), “*Strengthening Portugal’s policy frameworks to stimulate the greening of Small and Medium-sized Enterprises (SME) and green entrepreneurship and to support start-ups and scale-ups in industrial ecosystems through incubation and acceleration*”. O projeto visa, por um lado, intensificar os esforços para impulsionar a transição verde das PME e fomentar a criação e expansão de empresas verdes em fase de arranque e, por outro, reforçar o apoio a PME

e start-ups inovadoras nos ecossistemas industriais através da avaliação da adequação da rede nacional de incubadoras e aceleradoras. No total, a DGAE organizou cerca de 55 reuniões com a OCDE, COM e entidades nacionais, públicas e privadas, no âmbito deste projeto;

- elaborar, no âmbito da Componente 16 do PRR - Empresas 4.0, o 4.º Aviso de Abertura de Concurso para candidaturas à medida Rede Nacional de *Test Beds*, bem como um conjunto de respostas a perguntas frequentes para esta medida e para os Polos de Inovação Digital.

Objetivos Operacionais – Eficácia

A DSPE elaborou 17 propostas de recomendações relevantes de atuação e/ou planos de ação decorrentes da sua participação em **80 reuniões comunitárias e internacionais**.

Refira-se ainda, no âmbito de **atividades não previstas**, a participação da DSPE em **14 reuniões a nível europeu e internacional** no âmbito de: (i) ERA Fórum - Ação 12; (ii) *Global Sustainable Arrangement* sobre aço e alumínio; (iii) Grupo Consultivo para a elaboração de um Plano Coordenado sobre Materiais Avançados, e (iv) Plataforma AggregateEU de compra conjunta de gás, todas promovidas pela COM, bem como do Grupo de Peritos dos Semicondutores, da OCDE. A **nível nacional**, a participação em atividades não previstas resultou na participação da DSPE em **12 reuniões** relativas a: (i) Grupo de Trabalho Estratégia Industrial Verde; (ii) Grupo de Trabalho informal para descarbonização da indústria cimenteira; e (iii) Grupo de Trabalho para preparação da 10.ª Conferência COP para controlo do Tabaco.

Da participação em **reuniões europeias e internacionais** destacam-se, pela sua relevância e propostas apresentadas, as seguintes:

- **Rede Europeia SME Envoys** - na qualidade de Ponto de Contacto Nacional para o SBA (SHERPA do *SME Envoy*), a DSPE participou em 4 reuniões da Rede *SME Envoys* e em 3 reuniões dos SHERPAS. Em 2023, a atuação da Rede focou-se em torno de 4 áreas: melhor regulamentação e redução de encargos regulamentares e administrativos; preços da energia e inflação; preparação do *SME Relief Package*; e acesso ao financiamento.

Principais atividades durante o ano de 2023:

- i. No âmbito da “melhor regulamentação” e redução de encargos sublinha-se o trabalho no âmbito do *SME Filter*. Em 2023 e até ao final de outubro, a Rede *SME Envoys* filtrou 18 iniciativas legislativas anunciadas e concluiu que 67% delas eram (pelo menos) relevantes para as PME.
- ii. Ainda no âmbito da agenda “melhor regulamentação”, e relacionado com novas iniciativas, a Rede manteve um diálogo regular com o *Regulatory Scrutiny Board* e continuou a dar o seu contributo para o trabalho desenvolvido pela plataforma *Fit for Future* (F4F), no sentido de ajudar a COM a simplificar a legislação europeia e a reduzir custos desnecessários relacionados.
- iii. A Rede *SME Envoys* contribuiu para o trabalho da *Single Market Enforcement Task Force*, procurando minimizar a carga regulamentar sobre as PME. Realizaram-se 2 reuniões *ad hoc* para debater o “Instrumento de Emergência do Mercado Único”, a proposta de regulamento sobre “Proibição de produtos fabricados com recurso ao trabalho forçado”.
- iv. Elaboração do *SME Performance Review* e *SBA Fact Sheet Portugal 2023*.
- v. *2023 Annual report*, apresentado no Conselho de Competitividade.
- vi. Envolvimento da Rede na preparação do Relatório Letta, relatório independente de alto nível sobre o futuro do Mercado Único.

Portugal esteve particularmente envolvido em todas estas atividades, intensificando o diálogo sobre políticas direcionadas para as PME e promovendo o intercâmbio de boas práticas. Além disso, Portugal assumiu o papel de relator, juntamente com a Suécia, para o tema da Sustentabilidade. Assim, e para o ano de 2024, será desenvolvido um projeto sobre o passaporte digital, cujo cronograma de trabalhos foi desenvolvido pela DGAE e pelo IAPMEI no final de 2023.

- **Fórum Industrial | Task-force 2 (TF2)** - a DSPE manteve uma participação ativa e regular na TF2, que visa apoiar o desenvolvimento de trajetórias de transição para os 14 ecossistemas industriais, destacando-se a participação nos subgrupos pertencentes ao ecossistema das Indústrias Intensivas em Energia (IIE), por via dos subgrupos para a indústria Química e para o setor Metalúrgico. Participou ainda na trajetória de transição da Construção, dinamizando contactos regulares com a indústria, de modo a incentivar a sua participação na cocriação dos novos planos de ação. Continuou a

acompanhar a trajetória do ecossistema Têxtil, onde anteriormente assumiu o papel de curador por Portugal, em conjunto com a Alemanha. No global, foi assegurada a participação nacional em 20 reuniões da TF2 do Fórum Industrial.

De modo a tomar conhecimento dos trabalhos relativos à análise económica dos ecossistemas, a DSPE marcou ainda presença em 3 reuniões da TF1.

- **Grupo de Peritos Semicondutores** - a DSPE manteve o trabalho no Grupo de Peritos, que terminou o seu mandato, na sequência da entrada em vigor do Ato dos Semicondutores, a 21 de setembro, reunindo informação crítica sobre o setor europeu de semicondutores, ao nível da atividade e capacidade das empresas europeias ao longo da cadeia de valor do setor.

Esta informação serviu de base para o arranque do Conselho Consultivo (*Advisory Board*), criado pelo Ato dos Semicondutores, para servir como mecanismo e plataforma de coordenação de políticas nacionais e europeia. A primeira reunião de trabalhos decorreu em finais de novembro e, de entre os temas abordados, destacam-se os exercícios de *Risk Assessment* ao nível de cada Estado-Membro (EM) e de levantamento das atividades de formação e desenvolvimento de *skills* para o setor dos semicondutores. Para este exercício, a DSPE promoveu uma reunião interministerial com a ANI, FCT e Gab. MCTES, entidades que integram a estrutura de governação europeia e nacional no âmbito da estratégia europeia e nacional para os semicondutores.

Durante o ano de 2023, a DSPE participou em 3 reuniões europeias.

- **Grupo Consultivo para a elaboração de um Plano Coordenado sobre Materiais Avançados** – a DSPE participou numa reunião deste grupo, que visa alinhar objetivos e ações EM-UE, tendo em vista assegurar a liderança na I&D (designadamente através do alinhamento dos programas e políticas existentes e da alavancagem de fundos), a criação de capacidade de I&D (competências e infraestruturas), fomentar o desenvolvimento dos materiais avançados do futuro (circulares, seguros e sustentáveis desde a conceção e eficientes), acelerar a atividade de I&D através da digitalização dos processos e a disponibilização das soluções no mercado (fomentar a transformação dos investimentos em I&D em soluções comercializáveis, por exemplo através do aproveitamento de sinergias entre programas e criar infraestruturas de tecnologia de ponta para atender às necessidades da indústria, em particular das PME). O grupo corresponde ainda à pretensão da COM em poder vir a integrar tal Plano na futura iniciativa “Materiais Avançados para a Liderança Industrial” e no Programa de Trabalho da Comissão 2024.

- **Rede de Economistas-Chefe dos EM da UE** - na qualidade de observadora, a DSPE participou numa reunião que teve por intuito debater a Comunicação da COM *“Long-term competitiveness of the EU: looking beyond 2030”*, de 16 de março de 2023. A comunicação delinea, nomeadamente, um conjunto de Indicadores-Chave de Desempenho (KPI na sigla inglesa) agrupados por blocos, e objetivos conexos para acompanhar os progressos da UE no sentido de se tornar uma economia mais competitiva e sustentável.
- **Group of Member States on AI and Digitalisation of Businesses** - a DSPE participou em 8 reuniões no âmbito deste grupo e respetivos subgrupos, nomeadamente: (i) *“Policy insights and coordination of policy actions”*, (ii) *“AI standardization”* e (iii) *“Testing and Experimentation facilities (TEFs) and AI regulatory sandboxes”* contribuindo, desta forma, para o processo de implementação do AI Act.

Principais discussões e trabalhos desenvolvidos:

- i. *AI standardisation and AI sandboxes.*
 - ii. Polos Europeus de Inovação Digital (EDIH): sinergias nacionais, cofinanciamento e indicadores de digitalização; inquérito sobre as competências e a capacidade dos EDIH em matéria de IA; preparação de estudo para mapear as iniciativas e práticas nacionais mais amplas de digitalização em toda a UE, com início previsto para 2024.
 - iii. Acompanhamento da implementação do Plano Coordenado de IA.
 - iv. A DSPE reuniu 3 vezes com a Comissão Europeia, no sentido de garantir a execução das atividades dos EDIH nacionais.
 - v. No âmbito do programa Década Digital 2030, a DSPE esteve envolvida na definição do roteiro nacional, bem como no reporte sobre o estado da sua implementação, cujas atividades são coordenadas pela AMA.
 - vi. A DSPE contribuiu igualmente para a participação da subdiretora geral da DGAE no EDIH SUMMIT, de 31 de maio.
- **Comité Europa Digital (DEP)** - a DSPE integra a delegação nacional no Comité, que reuniu 3 vezes, tendo tido como principal atividade a implementação do WP 2021-22.

- **ERAC - Comité do Espaço Europeu da Investigação (EEI)** - na qualidade de delegada pela economia⁹, a DGAE participou em 2 reuniões. Destaque para a implementação da Agenda Política do EEI (2022-2024), que inclui um conjunto de Ações específicas a desenvolver pelos EM, de forma voluntária, e pela COM, que visam o reforço e coordenação do apoio da UE às atividades de I&I em 4 áreas prioritárias: (i) Criação de um mercado único para o conhecimento; (ii) Abordagem conjunta dos desafios colocados pela transição verde e digital e uma maior participação da sociedade no EEI; (iii) Maior acesso à I&I de excelência em toda a UE; e (iv) Promoção concertada de investimentos e reformas no domínio da I&I. A DGAE é responsável pela implementação da Ação 12 – Acelerar a transição verde e digital dos principais ecossistemas industriais da Europa, em parceria com a ANI.
- **ERA I Ação 12 I Exercício de Aprendizagem Mútua (MLE – *Mutual Learning Exercise*)** – a DGAE, via DSPE, como coordenadora nacional do MLE sobre o Roteiro das Tecnologias de Baixo Carbono para a Descarbonização Industrial, participou em 4 reuniões. Portugal foi o país anfitrião da 4.ª reunião, que se realizou em Lisboa, nos dias 28 e 29 de novembro, e que teve como tema central as condições-quadro, entendidas como elementos-chave nas indústrias com utilização intensiva em energia, pois moldam as ações previstas nos roteiros tecnológicos industriais, tais como a procura, a regulamentação, a expansão e a implementação de tecnologias. Para além de organizar a reunião do MLE, que contou com a participação de diversas entidades da administração pública nacional, a DSPE também organizou um *workshop*, para o qual convidou representantes das IIE. No seguimento de proposta da DSPE, remetida ao GMEM, foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial, a nível técnico, que envolveu o IAPMEI, a FCT, a APA e o LNEG, para o acompanhamento dos trabalhos e posição nacional a adotar no âmbito do MLE.
- **Grupo de Peritos para os Clusters** - a DSPE participou em 20 *EU Clusters Talks*, em que foram identificadas boas práticas e discutidas as iniciativas e as ações para implementação de cada uma das 15 recomendações feitas pelo Grupo (adotadas no final de 2020 pela COM), organizadas nos pilares da resiliência e da transição verde e digital.

⁹ FCT é representante Ciência

- **Grupo de Peritos para as Indústrias de Base Florestal** e assuntos setoriais relacionados - foi assegurada a participação nas 2 reuniões do Grupo, que tem como principal objetivo auscultar os *stakeholders* e os EM sobre as ruturas nas cadeias de abastecimento destas indústrias.
- **Comité do Carvão e do Aço (COSCO)** - a DSPE assegurou a representação nacional nas 2 reuniões do Comité, em conjunto com a ANI, bem como em 2 *workshops* relativos ao fundo de investigação e à parceria *Clean Steel*. Este Comité tem por missão apoiar a COM na gestão do Fundo de Investigação para o Carvão e o Aço (RFCS), que se destina ao financiamento de projetos de investigação e inovação nesses setores.
- **União para o Mediterrâneo (UFM) – Cooperação Industrial** - na qualidade de representante nacional neste Grupo, a DSPE participou na reunião que se realizou em junho 2023.
- **European Innovation Scoreboard (EIS)** - a DSPE, por via do trabalho de cooperação com a ANI, participou na reunião de acompanhamento da ferramenta da COM, que permite uma análise comparativa do desempenho dos EM da UE e de alguns outros países em matéria de inovação.
- **Comité Indústria, Inovação e Empreendedorismo (CIIE) e Comité para as PME e Empreendedorismo (CSMEE) | OCDE** - realizaram-se 2 reuniões do CIIE e 4 reuniões do CSMEE, uma das quais em formato de Reunião Ministerial, que contaram com a participação da DSPE, na qualidade de delegada nacional. Portugal tem ainda assento no *bureau* do CSMEE, que reuniu 7 vezes em 2023. Refira-se ainda que, para efeitos de preparação da participação nacional da reunião ministerial, a DSPE reuniu 5 vezes em formato bilateral com a OCDE.

Principais atividades durante o ano de 2023:

- i. Preparação da conferência Ministerial do CSMEE sob o tema “*Managing Shocks and transitions – Future-proofing SME and Entrepreneurship*”, que se realizou nos dias 27 e 28 de julho e na qual Portugal esteve representado pelo SEE. Os trabalhos da Ministerial encerraram com a assinatura, por 55 países¹⁰ e pela UE, da “*Declaration on Enhancing SMEs and Entrepreneurship Policies for Greater Resilience and Successful*”

¹⁰ Inclui todos os membros da OCDE e 20 não membros da OCDE.

Green and Digital Transitions”, que reflete sobre as principais linhas orientadoras e trabalhos futuros da OCDE no domínio das PME e o compromisso político de alto nível, dos Aderentes, quanto a esta matéria.

A DSPE esteve particularmente envolvida na preparação da agenda e respetivos documentos enquadradores, no texto e assinatura da Declaração Ministerial e na elaboração da pasta para o SEE, que assumiu um lugar de destaque na reunião, nomeadamente como *lead speaker* na sessão plenária *“Fostering the contribution of SMEs and entrepreneurs to the green and digital transitions”*.

- ii. Apresentação sobre o tema *“Accelerating Low-Carbon Innovation Through Post-COVID Recovery Packages”*, no âmbito da 142.ª reunião do CIIE, em abril de 2023.
 - iii. Definição dos Programas de Trabalho e Orçamento para o biénio de 2025-2026 em ambos Comités.
 - iv. Participação no Fórum Anual da OCDE *“Crescimento Verde e Desenvolvimento Sustentável”* – Tecnologias Digitais para a transição verde das PME, Sessão 3.
 - v. Preenchimento do inquérito bienal da OCDE *«Orientações de Médio Prazo» (MTO/Medium-Term Orientations)*, que recolhe as prioridades dos EM para o biénio de 2025-2026 e seu enquadramento no plano de trabalho e de orçamento da OCDE. Visa-se melhorar a repartição dos recursos limitados da Organização, provenientes das contribuições financeiras obrigatórias dos EM, auscultando as suas preferências
- **Comité do Aço da OCDE** - este Comité reflete sobre o problema da capacidade global excedentária no setor do aço, bem como sobre os subsídios e auxílios ao setor e empresas detidas pelo Estado, tendo a DSPE assegurado a participação nas 2 reuniões anuais, em 2 reuniões prévias de coordenação da COM com os EM e em 2 *workshops*.

Em **contexto nacional**, o destaque vai para a participação da DSPE nos seguintes grupos de trabalho:

- **Grupo Técnico SBA** - após a nomeação do novo *SME Envoy* e decorrente de esforços da DGAE, o GT foi reativado, em formato mais restrito, juntando o IAPMEI, a DGAE e o GEE. Em 2023 desenvolveram-se trabalhos no âmbito do projeto Passaporte Digital e do conceito “*small mid-caps*”.
Face ao volume de trabalho noutros domínios e à dificuldade de envolver os restantes membros do GT, não foi possível proceder à conclusão do relatório de progresso das iniciativas e políticas implementadas no âmbito do SBA, em conformidade com o disposto na Resolução de Conselho de Ministros n.º 14/2014, de 13 de fevereiro. Assim, em 2024, o relatório seguirá uma lógica de biénio.
- **GA PRR C16, subgrupo 4 - “Inovação Digital” | Polos de Inovação Digital** – realizaram-se 19 reuniões para desenvolver e estabilizar o modelo de monitorização e acompanhamento da Rede de DIH, nomeadamente: (i) Participação na resposta consolidada de todos os membros do GA a questões colocadas pelos DIH; (ii) Elaboração de nova versão FAQ | Perguntas Frequentes | Aviso N.º 03/C16-i03/2022, de 3 de junho 2023; (iii) Elaboração do Modelo de Acompanhamento da Rede Nacional de Polos de Inovação Digital – ainda não disponibilizado aos DIH; (iv) Elaboração da Norma de Pagamentos.
A DGAE, enquanto membro do GA, organizou e participou na sessão de trabalho técnica “Boost DIH”, que teve lugar a 7 de junho nas instalações do IAPMEI.
- **GA PRR C16, subgrupo 4 - “Inovação Digital” | Rede Nacional de Test Beds** – a DSPE participou em 27 reuniões, para desenvolver as seguintes atividades: (i) Análise das alegações de 3 candidaturas (2 candidaturas da 1ª *call* e 1 candidatura da 2ª *call*); (ii) Participação na resposta consolidada de todos os membros do GA, a questões colocadas pelas *Test Beds* individualmente ou pela própria Rede *Test Beds*; (iii) Elaboração da 3ª versão das FAQ | Perguntas frequentes | 3ª versão, publicadas em outubro 2023; (iv) Contributo para a redação do 4º AVISO N.º 15/C16-i02/2022, concurso para a apresentação de candidaturas para desenvolvimento de projetos no âmbito da medida Rede Nacional de *Test Beds*; (v) Desenvolver e estabilizar o Modelo de Monitorização e Acompanhamento da Rede de *Test Beds*, nomeadamente:
 - ✓ Elaboração do Relatório Técnico de Caracterização do Piloto – RTCP;
 - ✓ Elaboração do Relatório Intercalar de Progresso.

- **Grupo de Trabalho que visa a criação de Selos de Maturidade Digital (SMD) para a dimensão da Sustentabilidade**¹¹ - esta medida, financiada pelo PRR, visa reconhecer e certificar a maturidade digital das empresas, que cumpram um conjunto de orientações alinhadas com as melhores práticas e com os requisitos europeus. Enquanto responsável pela **dimensão sustentabilidade**, a DGAE participou em uma sessão de divulgação da medida, em conjunto com a entidade acreditada das entidades certificadoras.
- **Comité Coordenador da Componente do PRR «Empresas 4.0»**¹² - como membro do GA da Inovação Digital, a DGAE participou em 5 reuniões para preparação dos *drafts* do Aviso de Acreditação de Fornecedores para o *Coaching 4.0*, bem como do AAC para as candidaturas ao *Coaching 4.0*.
- **Grupo Nacional Programa Europa Digital (DEP)** - a DSPE integra este Grupo, cuja coordenação tem sido assumida pela FCT/MCTES, no âmbito de: (i) Preparação da participação nacional do Comité DEP; (ii) Comunicação das oportunidades que o Programa Europa Digital disponibiliza; (iii) Apoio às partes interessadas/*stakeholders*. Realizaram-se 4 reuniões no contexto deste Grupo.
- **Secretariado da Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais (PARF)** - a DSPE alertou a tutela para o facto da plataforma não reunir desde 2019, o que condicionou a execução da medida “Aumento da remuneração dos proprietários florestais” no âmbito do Plano Nacional de Ação (PNA) do Plano Nacional de Gestão Integrada dos Fogos Rurais (PNGIFR), estando também pendente a aprovação do documento estratégico sobre as indústrias de base florestal realizado em sede de PARF. No âmbito do reporte sobre o PNA PNGIFR houve lugar a 6 reuniões.
- **Grupo de Trabalho para conceção da Estratégia Industrial Verde** – a incumbência de conceber esta estratégia surge na sequência da Lei de Bases do Clima que foi aprovada na Assembleia da República em 2021 e que estabeleceu a sua apresentação em 2024. Os trabalhos iniciaram em 2023 e a DSPE participou em 3 reuniões tendo contribuído com: (i) Elementos sobre o tecido empresarial da indústria nacional; (ii) Mapeamento das estratégias, planos

¹¹ Os SMD são uma medida do PRR, dotada de €30M, com o objetivo de certificar 15.000 entidades em **quatro dimensões: cibersegurança, privacidade, sustentabilidade e acessibilidade**.

¹² [Despacho n.º 12619/2021](#)

- e políticas europeias e nacionais existentes; (iii) Análise da Estratégia Norueguesa de modo comparativo ao documento nacional em desenvolvimento;
- (iv) Correções e outros contributos genéricos.
- **Outras representações nacionais** - destaca-se ainda a participação da DSPE em outros *fora*, nomeadamente: (i) Reunião anual do Fórum da Qualidade; (ii) Reunião técnica com o Diretor das IIE na DG GROW; (iii) Reunião de trabalho com o Presidente do Grupo de Alto Nível Competitividade e Crescimento; (iv) Comissão Consultiva IPAC; (v) Assembleia Geral do CEDINTEC; (vi) Conselho Florestal Nacional; (vii) Prémio Floresta é Sustentabilidade.

Em 2023, salienta-se a aprovação do projeto **“Supporting industrial ecosystems in Portugal through strengthening SME greening and green entrepreneurship policies & business incubation and acceleration systems”** no âmbito do **Instrumento de Assistência Técnica (IAT)** da DG REFORM da COM. Os resultados foram conhecidos no final do mês de março e os trabalhos iniciaram-se em julho, estando a cargo da OCDE a prestação da assistência técnica.

O projeto tem um período de execução de 18 meses e encontra-se dividido em dois *Workstreams*: *Workstream A* | *SME greening and green entrepreneurship policies* e *Workstream B* | *Business incubation and acceleration systems*.

A 26 de setembro de 2023 teve lugar a reunião oficial de *kick-off*, no Ministério da Economia e do Mar, que contou com a participação do SEE, da OCDE, da COM, da DGAE, e de todas as entidades parceiras, para apresentar os objetivos e resultados esperados.

Atividades realizadas *Workstream A*:

- A DGAE, através da DSPE e em parceria com a OCDE, realizou a 26 de outubro, um **workshop online subordinado ao tema “Measuring the environmental footprint of SMEs”** (Medição do Impacto Ambiental das PME), com o objetivo de partilhar e debater experiências nacionais e internacionais relacionadas com a medição do impacto ambiental das PME, com especial destaque para o consumo energético e as emissões de carbono.

- No mês de **dezembro de 2023**, a OCDE realizou uma *fact finding mission* a Portugal, tendo a DSPE organizado a realização de **mais de 40 reuniões com organismos da administração pública, autoridades reguladoras, associações setoriais, centros tecnológicos, incubadoras de empresas e start-ups.**

Atividades realizadas | Workstream B:

- A DSPE, em parceria com o IAPMEI e a Start-up Portugal, procedeu ao preenchimento de um questionário, com o intuito de aferir qual o estado da arte no domínio das políticas nacionais de empreendedorismo, e definiu os ecossistemas industriais que teriam foco no projeto, a saber: **digital, saúde, economia do mar.**
- Em dezembro, a DSPE promoveu a realização de **10 entrevistas**, formato *online*, entre a OCDE e **incubadoras e start-ups nacionais.**

A fim de contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas, a DSPE apresentou **quatro propostas de definição de políticas públicas:** (i) 4.º Aviso N.º 15/C16-i02/2023 - Rede Nacional Test Beds; (ii) Criação de um GT para dinamização do MLE | Roteiro das Tecnologias de Baixo Carbono e Descarbonização da Indústria; (iii) FAQ | Aviso N.º 03/C16-i03/2022 | Polos de Inovação Digital – DIH; (iv) FAQS | Versão 03 | Avisos 03/07/09-C16-i02-2022 | *Test Beds.*

No campo das **sessões de informação**, nomeadamente, no âmbito do PRR, sublinhe-se a realização de: (i) Sessão de trabalho técnica "*Boost DIH*", em 7 de junho, direcionada para a Rede Nacional de Polos de Inovação Nacional; (ii) Sessão informação sobre o Selo Maturidade Digital, Sustentabilidade, 16 de março; (iii) Sessão de apresentação do projeto TSI da DGAE, aos parceiros institucionais, a 26 de setembro; (iv) Apresentação de medidas nacionais na reunião MLE, que incluiu uma sessão sobre a descarbonização da indústria, a 28 de novembro.

Objetivos Operacionais – Eficiência

A DSPE emitiu **79 pareceres** sobre propostas legislativas, dentro do prazo, muitas vezes reduzido, em resposta a pedidos dos Gabinetes da área governativa da Economia e de outras entidades públicas, tendo em vista a criação de um ambiente regulamentar mais favorável à competitividade das empresas e dos setores industriais nacionais.

Foram elaborados **548 contributos**, de carácter substantivo, em resposta a solicitações diversas. Salienta-se a preparação de elementos de apoio à tutela, no âmbito dos assuntos europeus, com vista à participação nas reuniões do Conselho de Competitividade, do Conselho Transportes, Telecomunicações e Energia, do Conselho Ambiente e respetivos Grupos de Trabalho, bem como, o acompanhamento de várias negociações em curso no contexto da UE.

Para além da preparação de matérias relacionadas com as reuniões acima identificadas destaca-se ainda a análise de propostas de Declarações a serem assinadas em reuniões, cimeiras e conferências internacionais e a preparação de elementos para reuniões bilaterais, bem como, a preparação de intervenções para a participação em reuniões/eventos de membros do Governo e da Direção da DGAE, em contexto nacional, europeu e internacional.

Em matéria de negociações europeias, a DSPE acompanhou tecnicamente um conjunto de propostas, destacando-se o Ato dos Serviços Digitais, o Ato da Inteligência Artificial, que obrigou a um trabalho acrescido por parte da DPE face ao seu envolvimento muito significativo, o Ato dos Dados, o Ato dos Semicondutores e o novo Instrumento de Emergência do Mercado Único.

A DSPE é responsável pelos procedimentos administrativos de Autorização de Introdução no Mercado de Novos Produtos do Tabaco e do controlo da atividade industrial com Precursores de Droga – Emissão de Licença para exercício de atividade, Emissão de Registo de operador e Atividade Anual. No âmbito destes procedimentos, foram emitidas **57 autorizações de introdução no mercado de novos produtos do tabaco**, sendo de sinalizar o elevado número de pedidos submetidos ao longo do ano de 2023.

Em matéria de controlo da atividade com **precursores de droga**, foram emitidos **4 registos de operador**, para além do apuramento da informação sobre a atividade anual de **33 operadores** que a comunicaram por terem intervenção na produção, fabrico, transformação ou armazenagem das substâncias inventariadas das categorias 1, 2 e 3, que foi remetida ao SICAD, no âmbito da Convenção da ONU de 1988.

Objetivos Operacionais – Qualidade

No domínio da comunicação institucional, a DSPE elaborou **93 conteúdos para difusão de informação** relevante para as PME e para os setores industriais nacionais, via sítio *web* da DGAE e LinkedIn. Destaca-se a informação referente às medidas do PRR, nas quais a DSPE integra o Grupo de Acompanhamento e a reformulação e atualização do conteúdo de diversas áreas, tais como o Financiamento às Empresas, Digitalização, Inovação Empresarial e *Dashboards* estatísticos.

Em 2023, foi assegurada a monitorização da atividade das empresas em Portugal através da atualização dos dois ***Dashboards*** desenvolvidos na DSPE – um para a atividade das empresas não financeiras e um outro para a atividade dos Ecossistemas Industriais nacionais (publicados na área de *Dashboards e outras estatísticas* da página *web* da DGAE). Os *Dashboards* procuram apoiar uma parte significativa do trabalho que é desenvolvido na DGAE e que requer domínio do desempenho setorial.

Estas soluções foram disponibilizadas com um nível de granularidade a 2 dígitos da CAE Rev. 3 (Divisão), tendo em conta que uma maior granularidade tem a limitação da confidencialidade dos dados, por motivos de segredo estatístico, em muitos setores.

Releva-se também o trabalho desenvolvido pela DSPE no âmbito da temática do **financiamento das PME**, daí resultando a elaboração de elementos de apoio à participação da DGAE em reuniões nacionais, europeias e internacionais, a elaboração de contributos no âmbito das negociações do QFP9, do Mecanismo de

Recuperação e Resiliência e do PRR. Sublinha-se, por outro lado, o trabalho desenvolvido por esta Direção de Serviços no sentido de disponibilizar **informação aos operadores económicos** sobre os instrumentos de financiamento disponíveis no mercado, quer a nível nacional, quer europeu, direcionando os interessados para as respetivas entidades gestoras ou entidades que efetivamente possuem no seu “*core business*” a missão de promover a dinamização e o alargamento da oferta de financiamento a empresas do setor não financeiro, em particular PME.

Neste sentido, em 2023, a DSPE deu prioridade à disponibilização no sítio *web* da DGAE, de informação relativa ao PRR, nomeadamente a abertura de avisos de candidatura das Componentes C16 - Empresas 4.0; C5 - Capitalização e Inovação Empresarial; C11 - Descarbonização da Indústria e C12 - Bioeconomia Sustentável. Manteve-se a disponibilização de informação referente a: (i) Soluções de financiamento direcionadas para os Setores Comércio, Serviços e Restauração; (ii) Iniciativas nacionais; (iii) Outros apoios às empresas; (iv) Soluções de financiamento europeu.

Refira-se, por último, o elevado grau de satisfação manifestado pelos utilizadores que solicitaram esclarecimentos à DSPE no âmbito da introdução no mercado de novos produtos do tabaco e no âmbito dos precursores de droga, o que reflete a qualidade dos serviços prestados por esta Direção de Serviços aos operadores económicos.

QUADRO XXIV
ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSUNTOS EUROPEUS (DSAE)

Descrição das atividades da DSAE	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
[O1] Garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais, europeias e internacionais		
Indicador 1 - Taxa de participação em reuniões planeadas		
Representar o MEM nas estruturas da UE e de PT em matérias dos Assuntos Europeus, nomeadamente nos Conselhos Competitividade, Grupo de Alto Nível Competitividade e Crescimento, Fórum para a Indústria e Comité de Reconhecimento Mútuo	R	Cumprido - Tiveram lugar 6 reuniões do Conselhos Competitividade, 6 reuniões do Grupo de Alto Nível Competitividade e Crescimento, 3 reuniões do Fórum para a Indústria e 1 reunião do Comité de Reconhecimento Mútuo.
Preparar e participar no Conselho Competitividade (formal)	R	Cumprido - Tiveram lugar as quatro reuniões previstas.
Preparar e participar no Conselho Competitividade (informal)	R	Cumprido - Tiveram lugar as duas reuniões previstas.
Preparar e participar no Grupo Alto Nível (GAN) Competitividade e Crescimento (formal)	R	Cumprido - Tiveram lugar as quatro reuniões previstas.
Preparar e participar no Grupo Alto Nível (GAN) Competitividade e Crescimento (informal)	R	Cumprido - Tiveram lugar as duas reuniões previstas.
Preparar e participar no Fórum da Indústria	R	Cumprido - Tiveram lugar duas Reuniões formais e 1 extraordinária
Preparar e participar na Aliança para as Baterias	R	Cumprido - Preparação dos elementos de apoio à 7ª reunião, a 1 de março, e à participação do RP Embaixador Pedro Lourtie em reunião no Colégio da Europa a 27 de fevereiro (baterias e lítio).
Preparar e participar no Single Market Enforcement Taskforce	R	Cumprido - Tiveram lugar 4 reuniões (14/3; 20/6; 19/9; 28/4)
Preparar e participar no Grupo de Peritos do Reconhecimento Mútuo	R	Cumprido - Teve lugar 1 reunião a 13/10

Descrição das atividades da DSAE	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Preparar e participar em Conferências/ Workshops/ Seminários Temáticos	R	Cumprido - Seminários: Conferência “Economias europeias: perspetivas no atual contexto internacional”, Félix Ribeiro 19 de maio; Portugal na balança da Autonomia Estratégica, Ana Santos Pinto e Paulo Ferreria 18 de dezembro;
Preparar e participar Grupo de Trabalho Competitividade e Crescimento (Vertente Indústria)	R	Cumprido - Participação física em duas reuniões do GT Indústria e preparação de todas as reuniões deste GT que são asseguradas pela REPER
Preparar e participar no Grupo Trabalho Competitividade e Crescimento (Vertente Mercado Interno)	R	Cumprido - Preparação de todas as reuniões deste GT que são asseguradas pela REPER. Assegurada a preparação dos contributos para todas as pastas do Grupo de Trabalho Competitividade e Crescimento (Vertente Mercado Interno): - Foram preparados e consolidados contributos para todas as reuniões do GT dedicadas à negociação da proposta Instrumento de Emergência do Mercado Único, que tiveram lugar durante o ano de 2023 (27 reuniões do GT). - Foram preparados e consolidados contributos para todas as reuniões do GT dedicadas às negociações na vertente Consumidores, que tiveram lugar durante o ano de 2023 (18 reuniões GT). 100% cumprimento (0 desvios).
Preparar e participar no Fórum da Indústria - Sherpas	NR	Não houve reunião de Sherpas em 2023
Participar na reunião dos Estados-Membros UE sobre IPCEI Hidrogénio	R	Participação numa reunião
Participar na reunião do Steering Committee IPCEI Hidrogénio Tecnologia e Indústria	NR	A coordenação nacional cabe à área governativa do ambiente
Participar na reunião do Steering Committee IPCEI Hidrogénio RAHTL	NR	IPCEI em desenvolvimento; a coordenação nacional cabe à área governativa do ambiente
Participar na reunião do Steering Committee IPCEI Hidrogénio Capacity	NR	A coordenação nacional cabe à área governativa do ambiente

Descrição das atividades da DSAE	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Participar na reunião do Steering Committee IPCEI Hidrogénio Mobility	NR	IPCEI em desenvolvimento; a coordenação nacional cabe à área governativa do ambiente
Participar na reunião do Steering Committee IPCEI Microeletrónica ME/CT	NR	A coordenação nacional coube à ANI em colaboração com o IAPMEI.
Assegurar a participação na reunião de preparação IPCEI RAHTL	NR	IPCEI em desenvolvimento; a coordenação nacional cabe à área governativa do ambiente
Participar nas reuniões da Taskforce 2 Fórum indústria	R	Participação nas reuniões e eventos promovidos pela TF2
Participar na reunião dos curadores Taskforce 2	R	Participação nas reuniões periódicas de curadores da TF2
Participar nas reuniões da Taskforce 3 Fórum indústria	R	Participação numa reunião da TF3
Preparar e participar reunião Ad-hoc Group Raw Materials	NR	O Ad Hoc Working Group on Critical Raw Materials deixou de estar ativo. O Ato das Matérias-Primas Críticas (AMPC) foi anunciado a 14 de setembro de 2022 e a proposta foi apresentada a 16 de março de 2023.
Preparar e participar reuniões curadores All Task Forces	NR	Não houve reuniões de curadores All Task Forces em 2023
Preparar e participar Comité Consultivo dos auxílios de Estado para a Revisão do RGIC	R	Cumprido.
Indicador 2 - Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas		
Apresentar propostas de recomendações de atuação decorrentes da participação nos Grupos de trabalho e nas reuniões realizadas	R	Superado - Foram apresentadas 29 propostas.
Indicador 3 - N.º reuniões de coordenação organizadas pela DSAE no âmbito das suas competências		
Organizar reuniões de coordenação tendo em vista a preparação de posições no contexto dos assuntos europeus	R	Cumprido - Foram realizadas 6 reuniões de coordenação, três das quais no âmbito do IPCEI EuBatin
[O3] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas		
Indicador 4 - % controlo de monitorização do Direito Europeu (no universo do MEM), incluindo notificações/comunicações de projetos MEM em matéria de Auxílios de Estado		
Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do MEM na transposição de diretivas.	R	Superado - 100%

Descrição das atividades da DSAE	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do MEM nos processos de pré-contencioso e contencioso da UE.	R	Superado - 100%
Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do MEM no âmbito do EU-PILOT.	R	Superado - 100%
Assegurar a coordenação e a promoção da intervenção do MEM em matéria de Auxílios de Estado (AE).	R	Superado - 100%
Indicador 5 - Taxa de elaboração/consolidação de contributos no âmbito das negociações europeias		
Operacionalização e acompanhamento da legislação no âmbito das negociações europeias	R	Superado - 100%
Indicador 6 - N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas		
Formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas	R	Cumprido - Foi elaborada uma recomendação
Indicador 7 - N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais		
Dinamizar sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais	R	Cumprido - Foram organizados e realizados 2 eventos: Conferência "Economias europeias: perspetivas no atual contexto internacional" - (19 de maio); Conferência "Portugal na balança da autonomia estratégica" (18/12)
[O4] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DSSE		
Indicador 8 - Taxa de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo		
Emitir pareceres relativos a pedidos internos e externos dirigidos à DSAE	R	Superado - Foram emitidos todos os pareceres solicitados, sendo atingida a meta de 96%
Indicador 9 - Taxa de solicitações respondidas com caráter substantivo dentro do prazo		
Emitir resposta a solicitações internas à DGAE, bem como por parte da Tutela, de entidades da Administração Pública ou por entidades particulares.	R	Superado - Foram respondidas todas as solicitações, sendo atingida a meta de 96%
Indicador 10 - % de envio das pastas de apoio à Tutela com os elementos adequados		

Descrição das atividades da DSAE	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Preparar as "pastas de apoio" para a participação do Membro do Governo no Conselho de Competitividade (vertente Mercado Interno, Indústria e PME).	R	Superado - Foram preparadas todas as pastas de apoio solicitadas, sendo atingida a meta de 95%
Contribuir para a elaboração de "pastas de apoio" para a participação Governamental de outras formações do Conselho UE (TTE/Energia, TTE/Transportes, TTE /Telecomunicações, Ambiente, CAG).	R	Superado - Foram preparadas todas as pastas de apoio solicitadas, sendo atingida a meta de 95%
[O7] Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela DSSE		
Indicador 11 - N.º de conteúdos publicados no Website da DGAE		
Preparar conteúdos para o site nas áreas dos assuntos europeus e auxílios de Estado.	R	Superado - Foram elaboradas 33 notícias para o site.

QUADRO XXV
ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, MAS REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSUNTOS EUROPEUS (DSAE)

Descrição das atividades da Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial	Nível de realização	Avaliação
Objetivo		
Indicador		
<p>INDICADOR 1 - 14 - PARTICIPAR EM WORKSHOPS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS TEMÁTICOS -</p>	<p>R</p>	<p>Workshop técnico sobre proposta de regulamento em matéria de recolha e partilha de dados relativos aos serviços de arrendamento de curta duração - 17 janeiro; Debate Electricity prices and the future of energy. A UK-Portugal Dialogue - 2 de março, organizado pela Embaixada do Reino Unido (COMSERV/37/2023/DSAE/DGAE); Workshops técnicos Ato das matérias-primas críticas: strategic projects in the CRMA (20 abril), Permit granting process in the CRMA (2 maio), Circularity and associating legislation in the CRMA (8 maio); Workshops técnicos NZIA: Access to markets (04 setembro), CO2 injection capacity (06 de setembro); Conferência "Segurança e autonomia energética europeia" - 3 outubro; Participação na conferência Matérias-primas críticas na era da transição climática - 25 outubro; Participação na Raw Materials Week 2023 em Bruxelas (13 a 15 novembro) e EUMICON's High-Level Dinner-Debate Lifting raw materials supply to the next level – For a sustainable and resilient EU (14 novembro, Bruxelas) ; Participação na Assinatura do memorando e apresentação da MINERAL - Plataforma Colaborativa de Comunicação dos Recursos Geológicos.</p>

Descrição das atividades da Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial	Nível de realização	Avaliação
Participação nas reuniões no âmbito do alargamento do IPCEI EuBatIn	R	Preparação e participação em reuniões com a área governativa da economia, entidades nacionais relevantes, candidatos portugueses a parceiros, coordenação alemã e atuais parceiros EuBatIn
Preparar e participar em Conferências/ Workshops/ Seminários Temáticos	R	Workshop Extension of the IPCEI European Battery Innovation (EuBatIn) 4 e 5 setembro
Participação no Joint European Forum para os IPCEI	R	Preparação e participação na 1ª reunião técnica
Objetivo		
Indicador 7		
Dinamizar sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais		Workshop Extension of the IPCEI European Battery Innovation (EuBatIn) 4 e 5 setembro

QUADRO XXVI AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSUNTOS EUROPEUS (DSAE)

A Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE), através da Direção de Serviços dos Assuntos Europeus (DSAE), coordena a participação da área governativa da Economia e do Mar no quadro dos Assuntos Europeus.

Dando cumprimento ao previsto no Plano de Atividades e Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) para o ano de 2023, a DSAE esteve particularmente envolvida na prossecução do trabalho que foi desenvolvido designadamente no quadro das seguintes negociações: (i) proposta de Regulamento Indústria de Impacto Zero; (ii) proposta de Ato Europeu das Matérias-Primas Críticas; (iii) e Instrumento de Emergência do Mercado Único (SMEI).

Acompanhou: (i) as ações do Fórum Industrial, com enfoque no trabalho em desenvolvimento nas suas 5 *Taskforces* e nas Trajetórias de Transição; (ii) a gestão dos processos de notificação, do controlo de execução, da conformidade em termos de transparência e da avaliação de todos os regimes de auxílio estatais promovidos pelos organismos da área governativa da Economia e do Mar; (iii) o trabalho desenvolvido no âmbito da Comissão Técnica de Sistemas de Incentivos, com vista a assegurar o estrito cumprimento das regras nacionais e europeias em matéria de auxílios estatais, sem prejuízo de outras áreas estratégicas.

Conselho Competitividade (vertente Mercado Interno e Indústria), **Instâncias Preparatórias do Conselho, Fórum Industrial e SMET**

Ao longo de 2023, realizaram-se quatro reuniões no formato formal e duas no formato informal do Conselho Competitividade (vertente Mercado Interno e Indústria), destacando-se como temas-chave: (i) a competitividade e produtividade da União Europeia; (ii) o reforço do Mercado Único; (iii) a autonomia

estratégica aberta; (iv) o Regulamento ECODESIGN; (v) a proposta de Regulamento Indústria de Impacto Zero; (vi) e a proposta de Ato Europeu das Matérias-Primas Críticas.

Tendo em vista a preparação do Conselho Competitividade, tiveram lugar, ainda, seis reuniões do Grupo de Alto Nível Competitividade e Crescimento (UE), duas das quais informais.

A DSAE continuou a apoiar a participação ativa da DGAE no Fórum Industrial contribuindo, em conjunto com os vários interlocutores, para a implementação e monitorização da Estratégia Industrial europeia. O diálogo estruturado com o setor privado, previsto na Estratégia Europeia de Segurança Económica e confiado ao Fórum Industrial, foi debatido em duas das três reuniões ocorridas em 2023. No total houve sete reuniões plenárias. No fim de junho 2023, a Comissão Europeia remeteu um ponto de situação do Fórum e das suas *Task Forces* e os próximos passos. Nesta comunicação, propôs a extensão do mandato do Fórum por mais um ano em relação ao mandato inicial, que terminaria no final de 2024.

Relativamente à *Single Market Enforcement Task Force* (SMET), mantém-se extremamente relevante para avaliar o estado da conformidade da legislação nacional com as regras do Mercado Único, dar prioridade às barreiras mais prementes e combater a ‘sobre regulamentação’ injustificada. A DSAE tem prestado apoio à representação nacional do SMET, tendo estado envolvida nas cinco reuniões que tiveram lugar ao longo de 2023. Os trabalhos tiveram incidência em diversos projetos em curso, bem como na apresentação de novos projetos.

Os projetos em curso incidem com especial enfoque nas PME e na eliminação de barreiras ainda existentes no Mercado Único. Assim, o SMET debruçou-se sobre aspetos como: i) requisitos administrativos para prestadores de serviços transfronteiriços; ii) simplificação dos procedimentos de licenciamento para projetos de energias renováveis; iii) certificação prévia das qualificações profissionais.

O projeto sobre o licenciamento de projetos de energias renováveis teve como soluções propostas a criação de um balcão único para desmaterializar procedimentos e o estabelecimento da figura da aceitação tácita.

O mais recente projeto refere-se à redução da discriminação IBAN no Mercado Único [a 'discriminação IBAN' ocorre quando alguém não pode efetuar ou receber uma transferência a crédito SEPA (*Single Euro Payments Area*) ou pagar por débito direto SEPA a partir da sua conta bancária situada noutra Estado-Membro]. Recentemente, também, realizaram-se debates sobre a forma de desenvolver os 'Gabinetes do mercado único' e a 'Janela única de Notificação'.

Negociações legislativas

No quadro da política europeia, a DSAE garantiu o habitual relacionamento institucional com os organismos nacionais e europeus, destacando-se o acompanhamento de várias iniciativas legislativas com importantes impactos para a economia nacional, designadamente: (i) Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às cadeias de abastecimento de matérias-primas críticas, e que altera os Regulamentos (UE) 168/2013, (UE) 2018/858, 2018/1724 e (EU) 2019/1020 (Ato das Matérias-Primas Críticas); (ii) Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um quadro de medidas para reforçar o ecossistema europeu de fabrico de produtos com tecnologia de impacto zero (Regulamento Indústria de Impacto Zero / Net-Zero Industry Act (NZIA)); (iii) Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria um Instrumento de Emergência do Mercado Único e que revoga o Regulamento (CE) n.º 2679/98 do Conselho; (iv) Regulamento que estabelece medidas destinadas a facilitar o abastecimento e a disponibilidade de mercadorias relevantes em situação de crise no contexto de uma emergência no mercado único; e Diretiva que altera e introduz procedimentos de emergência para a avaliação da conformidade, a adoção de especificações comuns e a fiscalização do mercado no contexto de uma emergência no mercado único; (v) Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à luta contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais; (vi) Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à proibição de produtos fabricados com recurso ao trabalho forçado no mercado da União.

Capítulo Auxílios de Estado e Concorrência

O ano de 2023 foi caracterizado pela intervenção da DSAE em diversos domínios, com especial destaque para:

- Acompanhamento das alterações e revisões de alguns dos principais instrumentos enquadramentos das regras de auxílios estatais na União Europeia, designadamente, a 4ª Revisão ao Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC), aprovada em 9 de março de 2023 e publicada no mês de junho, o novo Regulamento *de minimis* a vigorar no período de 2024-2030 e a revisão do Regulamento de *de minimis* SIEG, ambos aprovados no mês dezembro, as alterações ao Quadro Temporário de Crise e de Transição, aprovadas nos meses de março e novembro, respetivamente, a 3ª e a 4ª alterações, e a adoção no mês de maio, do Código de Boas Práticas para os Projetos Importantes de Interesse Comum Europeu (IPCEI).
- Acompanhamento da elaboração e adoção do Regulamento de Execução relativo às regras de implementação do Regulamento das Subvenções Estrangeiras, ocorrido no mês de julho.
- Elaboração de pareceres no âmbito das competências de apoio à Comissão Técnica de Sistema de Incentivos (CTSI), num total de 7 (sete), relativos aos processos de criação e/ou alteração de sistemas de incentivos às empresas, conforme tabela seguinte:

N.º DELIBERAÇÃO	DATA	DESIGNAÇÃO	ORGANISMO PROPONENTE	PASTA PROCESSO	ENQUADRAMENTO AE
01/2023	03/04/2023	Portugal Events	Turismo de Portugal	20.002.020	RGIC <i>De minimis</i>
02/2023	06/04/2023	PT2030 – Competitividade Empresarial	Compete2030	20.002.021	RGIC <i>De minimis</i>
03/2023	12/05/2023	PRR Componente C4 – Internacionalização, Modernização e Transição Digital do Livro e Autores	EMRP	20.002.022	RGIC

N.º DELIBERAÇÃO	DATA	DESIGNAÇÃO	ORGANISMO PROPONENTE	PASTA PROCESSO	ENQUADRAMENTO AE
					<i>De minimis</i>
04/2023	23/10/2023	Regenerar Empresas do Turismo – Incêndios 2023	Turismo de Portugal	20.002.023	<i>De minimis</i>
05/2023	25/10/2023	Alteração do Regulamento Específico da área temática da Inovação e Transição Digital (REITD)	Compete2030	20.002.024	RGIC <i>De minimis</i>
06/2023	27/10/2023	Alteração do sistema de incentivos “Agendas para a Inovação Empresarial” da Componente C5 do PRR	EMRP	20.002.015	+TCTF
07/2023	24/11/2023	Alteração ao sistema de incentivos “Empresas 4.0” da componente C16 do PRR	EMRP	20.002.018	<i>De minimis</i>

- Elaboração de parecer no âmbito das competências de apoio à CTSI, relativo à aplicabilidade do Decreto-Lei n.º 6/2015, de 8 de janeiro, que aprova o Enquadramento Nacional de Sistemas de Incentivo às Empresas (ENSIE), ao Programa Crescimento Azul e aos sistemas de incentivo com enquadramento no Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE), também designado por EEA Grants.
- O acompanhamento próximo da DSAE aos IPCEI (*Investment Projects of Common European Interest*), dando continuidade ao trabalho já desenvolvido no ano de 2022, onde se destacaram as intervenções no âmbito dos IPCEI na área do Hidrogénio (IPCEI Hy2Tech, IPCEI H2Use, IPCEI H2 RHATL, IPCEI H2 *Mobility & Transport*), desta vez aos desenvolvidos para as áreas da Microeletrónica (IPCEI on *Microelectronics and Communication Technology* - ME/CT) e das Baterias (EuBatIn).

No âmbito dos IPCEI ME/CT e EuBatIn, ambos aprovados pela Comissão no mês de junho, apesar de não ter sido possível a participação de empresas nacionais como Parceiros Diretos, foram aceites quatro empresas nacionais como Parceiros Associados, duas empresas em cada um dos IPCEI.

Também se destaca neste domínio, a participação da DSAE na criação e desenvolvimento do Fórum Europeu Conjunto para os IPCEI (JEF-IPCEI), uma nova plataforma de cooperação para atuar em todas as fases da criação e implementação dos IPCEI, e tentar responder aos diversos desafios com que os Estados-Membros e a Comissão se têm confrontado, tendo-se realizado uma primeira reunião no mês de outubro. Ainda no âmbito dos IPCEI e da cooperação com as autoridades francesas, realizou-se uma Missão a Paris, de dois Técnicos Superiores da DSAE, com o objetivo de conhecer a experiência e as boas práticas ao nível da governança e coordenação de IPCEI (*Direction Générale des Entreprises*), e da inovação industrial, sobretudo, no que respeita às áreas de microeletrónica, da descarbonização da indústria, das baterias e da biotecnologia marinha.

A par da intervenção nestes domínios de maior relevância, deu-se continuidade aos processos de acompanhamento de execução das medidas de auxílios de Estado ativas, assegurando as regras de transparência e de notificação, o cumprimento das normas de avaliação, bem como a disponibilização dos dados de execução material e financeira das medidas de auxílio estatais. Destaca-se neste âmbito, as comunicações e notificações realizadas na Plataforma *Standard Notification Interactive* (SANI2) das medidas de auxílio estatais geridas pela Direção-Geral da Política do Mar (DGPM) no âmbito do Programa Crescimento Azul do EEA Grants e do Fundo Azul e dos regimes de incentivo do PT2030 geridos pelo COMPETE2030.

Assuntos Jurídicos

O MEM, através da DGAE, acompanhou e monitorizou a transposição de 9 Diretivas que estiveram sob a responsabilidade de alguns dos seus organismos.

No âmbito dos processos de pré-contencioso e contencioso, o MEM apoiou e acompanhou 4 processos de EU PILOT e 8 processos de infração.

O MEM acompanhou, ainda, 5 processos de infração, que foram arquivados, respetivamente, a 19.04.2023, 14.07.2023 e a 28.09.2023, por decisão do Colégio de Comissários, permanecendo 3 processos de infração ativos.

Atos legislativos que asseguram a execução de Regulamentos Europeus da Competência da DGAE/MEM

A DGAE/MEM teve o lead da execução de dois Regulamentos:

- **Regulamento (UE) n.º 2019/1150, de 20 de junho de 2019**, relativo à promoção da equidade e da transparência para os utilizadores profissionais de serviços de intermediação em linha - Regulamento P2B-, que foi assegurado na ordem jurídica interna pelo **Decreto-Lei n.º 68/2023, de 16 de agosto**.
- **Regulamento 2019/1020, de 20 de junho de 2019**, relativo à fiscalização do mercado e à conformidade dos produtos.

QUADRO XXVII
ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (DSCI)

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
[O1] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do MEM e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais		
Indicador 1 - Taxa de participação em reuniões planeadas		
Coordenar, preparar e participar em reuniões, encontros e intervenções da responsabilidade do METD na área do comércio internacional.	R	Foram preparados os contributos que nos foram solicitados e participámos nas reuniões da responsabilidade do MEM na área do comércio internacional, nomeadamente: para o CNE (Conselho Negócios Estrangeiros)/Comércio; para o GAN (Grupo de Alto Nível Competitividade e Crescimento); para a CIAE - Conselho Interministerial para os Assuntos Europeus; participação do MEM ou da DGAE em eventos sobre temas de política comercial e de investimento (conferências, seminários); reuniões do MEM com congéneres.
Preparar e participar em reuniões do Comité de Política Comercial (CPC) - Titulares, Suplentes, Serviços e Investimento e SPG, do Conselho	R	Participou-se em reuniões do Comité de Política Comercial: Titulares (2); Serviços e Investimento (8); SPG (1)
Assegurar a Delegação Nacional nas reuniões do Comité Consultivo de Acordos de Investimento da Comissão Europeia	R	Participou-se na única reunião do Comité Consultivo de Acordos de Investimento realizada pela Comissão Europeia em 2023
Preparar e participar nas reuniões de negociação de Acordos Bilaterais de Proteção de Investimento	R	Deu-se seguimento ao processo de revisão do modelo BIT, tendo-se promovido consultas e reuniões de coordenação com as várias entidades envolvidas. Acompanhou-se o litígio iniciado, em 2022, por investidores contra a República Portuguesa no âmbito do BIT com as Maurícias (Grupo de Trabalho nacional). Interligação e resposta a questões da Comissão Europeia. Articulação com parceiros negociais e com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Assegurar a Delegação Nacional nas reuniões do Comité dos Instrumentos de Defesa Comercial da UE	R	Participou-se nas reuniões agendadas do Comité IDC (13). Participou-se ainda em 6 reuniões com partes interessadas, dos setores dos moldes, químicos, madeiras e aço.
Assegurar a Delegação Nacional nas reuniões do Comité de Salvaguardas da UE	R	Participou-se nas reuniões agendadas do Comité Salvaguardas (2). Participou-se ainda em 1 reunião com parte interessada, do setor do aço.
Assegurar a Delegação Nacional nas reuniões do Comité Entraves ao Comércio	R	Participou-se na única reunião agendadas do Comité REC.
Preparar e participar no Grupo de Peritos SPG da Comissão Europeia	R	Participou-se nas reuniões agendadas do Grupo de Peritos SPG (2), bem como em 1 reunião, por videoconferência, do Comité SPG.
Assegurar a representação nacional do Comité Consultivo de Acesso ao Mercado e respetivos Grupos de Trabalho setoriais da Comissão Europeia	R	Participou-se em 16 reuniões do Comité Consultivo de Acesso ao Mercado: 11 horizontais e 5 setoriais (Têxteis, Veículos, Matérias-primas críticas, Dispositivos Médicos e Produtos Farmacêuticos).
Preparar e participar no GT implementação dos Acordos de Comércio Livre da Comissão Europeia	R	Participou-se na única reunião do GT Implementação dos ACL agendada.
Preparar e participar nas Reuniões Técnicas / Informais / outras no âmbito da política comercial comum e da política europeia de investimento.	R	Participou-se em (33) outras reuniões no âmbito Política Comercial e de investimento, com destaque para: Facilitação de Investimento para o Desenvolvimento Sustentável (IFD) na OMC (11); Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido (4); Comité de Comércio e Tecnologia UE-EUA (3); Comércio Eletrónico (3); Grupo de Peritos do Comércio e Investimento UE-China (3); Grupo de Trabalho para revisão do regime nacional de screening de investimento (3).
Preparar e participar nas reuniões do Grupo de Questões Comerciais do Conselho da UE	R	Participou-se em 5 reuniões do Grupo de Trabalho de Questões Comerciais, por videoconferência ou presencialmente.
Preparar e participar nas reuniões do Tratado da Carta de Energia (ECT)	R	Participou-se em 3 reuniões do ECT com vista à modernização do tratado

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Preparar e participar nas reuniões da UNCITRAL/TMI	R	Participou-se em 3 sessões de trabalho do Grupo III (bem como nas reuniões de coordenação prévia a nível da UE) e em 2 reuniões técnicas informais
Preparar e participar nas reuniões do Grupo de Peritos Comércio e Desenvolvimento Sustentável	R	Foram preparados elementos para as seis reuniões agendadas deste grupo de peritos, participando-se em cinco
Preparar e participar nas reuniões da União para o Mediterrâneo	R	Participou-se na única (5ª) reunião da Plataforma Regional sobre o Comércio e Investimento da UpM.
Preparar e participar em reuniões de Grupos de Trabalho Nacionais	R	Foram asseguradas reuniões com o MNE no que diz respeito a várias matérias de política comercial e de investimento, nomeadamente: screening de investimento da UE, antioerção, Acordos de Promoção e Proteção de Investimento de Portugal (APPRI). Participou-se nas 10 reuniões agendadas do Grupo de Trabalho interministerial responsável por acompanhar e coordenar a defesa da República Portuguesa no âmbito de litígio ao abrigo do APPRI Portugal-Maurícias. Participou-se nas 3 reuniões agendadas do Grupo de Trabalho para a revisão da legislação nacional sobre Screening do investimento
Assegurar a Delegação Nacional nas reuniões do Comité do Comércio e nas reuniões do Grupo de Trabalho do Comité do Comércio, da OCDE	R	Foi assegurada a participação em 10 reuniões do Comité do Comércio, 4 reuniões do Grupo de Trabalho do Comité Comércio, 1 reunião do Grupo de Trabalho Conjunto sobre Comércio e Ambiente, 1 reunião informal sobre o Índice de Restritividade no Comércio de Serviços (STRI) e 1 webinar.
Assegurar a Delegação Nacional nas reuniões do Comité do Investimento da OCDE	R	Foi assegurada a participação em 27 reuniões e eventos no âmbito do Comité de Investimento da OCDE, incluindo Sessões do Comité (12); sessões sobre o futuro dos tratados de investimento - track 2 (3); mesas-redondas, seminários, conferências, reuniões informais, lançamento de estudos (12).

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Preparar e participar em reuniões de membros da Tutela com homólogos de outros países/regiões.	R	A DGAE participou, sempre que foi convocada, em encontros bilaterais da Tutela governativa MEM com homólogos de outros países.
Preparar e participar em reuniões de coordenação intra MEM, com Embaixadas e outras entidades públicas e privadas, bem como em reuniões interministeriais promovidas pelo MNE.	R	Participou-se em reuniões de coordenação intra e extra-MEM, com Embaixadas e em reuniões interministeriais promovidas pelo MNE.
Preparar a participação da DGAE nas reuniões da Comissão Interministerial de Política Externa (CIPE) e da Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC), bem como nas reuniões do Secretariado Permanente da CIC.	R	Participou-se na 19.ª e 20.ª reunião CIPE, bem como em reuniões do Secretariado Permanente da CIC.
Preparar e participar, enquanto membro, nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras (AICEP e GPEARI-MF).	R	Participou-se na 15.ª reunião da Comissão de Acompanhamento deste Grupo de Trabalho.
Coordenar a preparação e participar, sempre que se justifique, nas reuniões a nível ministerial e técnico no âmbito da OCDE, ONU, Fórum de Macau, CPLP, Cimeira Ibero-Americana e Aliança do Pacífico, entre outros espaços multilaterais.	R	A DGAE preparou e participou nos eventos comemorativos dos 20 anos do Fórum de Macau e na reunião do Grupo "Estratégia Global" da OCDE.
Participar, enquanto Ponto Focal, nas reuniões do Secretariado Permanente e nas Conferências Ministeriais do Fórum de Macau.	R	A DGAE participou na 18.ª Reunião Ordinária do Secretariado Permanente do Fórum de Macau.
Preparar e participar em reuniões promovidas pelo Camões, I.P. sobre temas relacionados com a Cooperação e o Desenvolvimento, e elaborar contributos do MEM neste âmbito.	R	Participou-se em reuniões de coordenação organizadas pelo CICL, nomeadamente para definição do texto do PEC Angola (2023-2027) e primeira troca de impressões sobre o futuro PEC com Timor Leste.

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Preparar e participar em eventos nacionais e internacionais relevantes de carácter económico e/ou empresarial.	R	Participou-se em diversos eventos nacionais e internacionais (presenciais e por videoconferência), destacando-se: lançamento do relatório da OCDE "The impact of regulation on international investment in Portugal: opportunities and challenges for structural reforms"; Forum on Critical Supply Chains da OCDE; Seminário de prospetiva da Comissão Europeia e da OCDE sobre o futuro da cadeia de valor do setor automóvel e o papel dos ecossistemas IDE-PME da OCDE; Global Strategy Group Break-Out Group A Bolstering trade and supply-chain resilience and financing the green transition da OECD. Em matéria de Relações Internacionais, preparou-se contributos para a participação de S.Exa. o MEM nos seguintes eventos empresariais/institucionais: pequeno almoço de trabalho organizado pela Câmara de Comércio Hispano-Portuguesa; almoço de empresários organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola; evento empresarial Barcelona-Lisboa organizado pela Câmara de Comércio Hispano-Portuguesa; EurAfrican Forum; Gala da Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa; evento comemorativo dos 85 anos da IBM; encontro anual do Conselho da Diáspora Portuguesa.
Apresentar informações de serviço com relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais e nacionais.	R	Foram apresentados relatórios das reuniões em que participámos na UE (Comités do Conselho, Grupos de trabalho, reuniões técnicas informais, Comités da Comissão); na OCDE (Grupo de Trabalho e Comité do Comércio e Comité do Investimento); UNCITRAL/Tribunal Multilateral de Investimento; Carta da Energia; OMC e outros. Em matéria de Relações Internacionais, foram apresentados relatórios de todas as reuniões (na sua grande maioria, nacionais) em que participámos.
Indicador 2 - Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas		

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Efetuar propostas de recomendações relevantes decorrentes da participação em Grupos de Trabalho, Comitês e outros, no âmbito da política comercial e de investimento	R	Foram efetuadas (24) propostas de recomendações relevantes sobre: IDC (13); Salvaguardas (1); Obstáculos ao Comércio (1); Carta da Energia (2); Acordos de Proteção de Investimento (2); screening de investimento (3); implementação do estudo da OCDE "The impact of regulation on international investment in Portugal: opportunities and challenges for structural reforms".
Indicador 3 - N.º reuniões de coordenação organizadas pela DSCI no âmbito das suas competências		
Preparar a participação em reuniões de Comissões Mistas, Subcomissões Económicas, Observatórios de Investimento, Grupos de Trabalho e outros eventos de alto nível, cuja coordenação esteja a cargo do MEM.	R	Preparou-se a participação do Senhor MEM na 6.ª Reunião do GT Económico Luso-Argelino e na 6.ª Comissão Mista com a Arábia Saudita. Preparou-se igualmente a participação na 3.ª Comissão Mista com a Ucrânia, entretanto adiada. As três reuniões em causa foram antecedidas de reuniões preparatórias de coordenação interministerial.
[O3] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas		
Indicador 4 - N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas		
Propor à tutela decisão sobre matérias de política comercial e de investimento	R	Foi apresentada à tutela proposta de Modelo de Acordo de Promoção e Proteção de Investimento (APPRI) de Portugal revisto
Indicador 5 - N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais		
Promover e participar em sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos (empresas, associações) e de interlocutores institucionais sobre temas de política comercial e de investimento da UE e no âmbito das Relações Internacionais.	R	Participou-se em 2 eventos de informação: Conferência “Os benefícios dos Acordos Comerciais da UE para as PME em Portugal”; Evento Encontro Empresarial 31 de Maio em Águeda - EUA.
Indicador 6 - N.º de informações difundidas sobre questões de política comercial e investimento e no âmbito das relações internacionais		

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Elaborar material informativo sobre questões de política comercial e investimento - oportunidades e riscos para Portugal e em especial para as empresas portuguesas.	R	Foi atualizado e divulgado material informativo sobre: Access2Markets; Single Entry Point; MAAC. Foi criado e difundido material informativo sobre o CBAM - Mecanismo de Ajustamento Carbónico na Fronteira. Foram redigidos artigos e preparadas entrevistas e intervenções (DG da DGAE e MEM) sobre temas de política comercial e de investimento.
Divulgar informação relevante às associações empresariais sobre questões de política comercial e investimento.	R	Foi divulgada informação relevante às associações empresariais e entidades MEM sobre questões de política comercial e de investimento, via email (20), com destaque para relações UE-EUA (4); relações UE-Reino Unido (3); ferramentas online da Comissão (4).
Divulgar informação relevante aos organismos do MEM no domínio das relações internacionais.	R	Foi divulgada informação relevante no domínio das relações internacionais, nomeadamente telegramas de representações diplomáticas no exterior recebidos do MNE, Declarações Conjuntas de Cimeiras, Atas de Comissões Mistas, cópias certificadas de instrumentos bilaterais assinados, entre outros elementos.
Indicador 7 - N.º de consultas aos stakeholders sobre política comercial e investimento e no âmbito das relações internacionais		
Consultar associações, empresas, organismos institucionais ou outras partes interessadas relevantes, sobre questões de política comercial e de investimento	R	Foram efetuadas (68) consultas sobre questões de política comercial e de investimento, com destaque para barreiras de acesso ao mercado (30); processos antidumping (21); tratados internacionais de investimento (3); ACL (3); suspensões e contingentes pautais (2)
Consultar organismos institucionais no âmbito das relações internacionais.	R	Sempre que necessário, os organismos MEM foram consultados, nas respetivas áreas de competência.
[O4] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DSCI		
Indicador 8 - Taxa de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo		
Definir a contribuição do MEM para a posição nacional na vertente do comércio internacional e do investimento no âmbito do CPC - Titulares, Suplentes, Serviços e Investimento e SPG	R	Foram enviados contributos para o MNE no âmbito da atividade dos diferentes Comitês de Política Comercial - Titulares, Suplentes, Serviços e Investimento, SPG.

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Definir a posição MEM em questões relacionadas com a Política Europeia de Investimento	R	A posição MEM foi definida e enviada para o MNE ou assegurada nas reuniões técnicas em que participámos em temas como: Acordos de Promoção e Proteção de investimentos dos Estados-Membros com países terceiros; UNCITRAL; ICSID - International Centre for Settlement of Investment Disputes; Carta de Energia; Facilitação de Investimento para o Desenvolvimento Sustentável (IFD); Screening do investimento; Acordo de Investimento UE-China; Acordo de Facilitação do Investimento Sustentável (SIFA) UE-Angola; negociação/modernização de acordos de investimento ou que incluam disposições sobre investimento (Austrália, Nova Zelândia, Chile).
Definir a posição MEM em questões relacionadas com o Comércio de Serviços.	R	A posição MEM foi definida e enviada para o MNE ou assegurada nas reuniões técnicas em que participámos em temas como: Comércio Digital/Eletrónico, incluindo as novas Parcerias Digitais da UE com o Japão, Singapura e Coreia do Sul; negociação/modernização de acordos de comércio livre (em especial Austrália, Nova Zelândia, Indonésia, Índia, Mercosul) e respetiva aplicação (em particular Reino Unido, Canadá, Ucrânia).
Definir e defender a posição do MEM, no âmbito do Grupo de Peritos SPG da Comissão	R	A posição MEM foi definida e enviada para o MNE ou assegurada nas reuniões técnicas em que participámos promovidas pela Comissão Europeia. Quanto ao processo de revisão do regulamento do SPG, defendeu-se a posição MEM validada pela tutela já em 2021, com base em proposta desta DGAE, à luz das várias versões de texto que foram sendo circuladas.

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Elaborar contributos e/ou pareceres sobre a Estratégia de Acesso ao Mercado da UE	R	Foram preparadas as reuniões do Comité Consultivo de Acesso ao Mercado analisando os fluxos de comércio com os países terceiros em agenda (com destaque para Argélia, Brasil, EUA, Índia, Marrocos, México, Vietname); foram consultados os operadores económicos sobre barreiras ao comércio e investimento nesses países; foram divulgados os webinars da Comissão sobre o Acess2Markets; foram sendo atualizados e divulgados panfletos sobre o MAAC, o Acess2Markets e o SEP.
Elaborar contributos e/ou pareceres sobre a implementação dos Acordos de Comércio Livre da UE	R	Foram preparadas as reuniões do Grupo de Coordenadores da implementação dos ACL, da Comissão, onde os Estados-Membros partilhar boas práticas; partilhamos a nossa experiência/atuação na divulgação dos ACL que entram em vigor, em particular sobre o ACL UE-Nova Zelândia que será o próximo a entrar em vigor.
Elaborar contributos e/ou pareceres relativos às negociações de Acordos da UE com Países Terceiros (comércio e investimento)	R	Foram elaborados contributos relativamente a Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido, relacionamento UE-EUA (Comité de Comércio e Tecnologia UE-EUA, Acordo Global sobre o Aço e Acordo sobre Minerais Críticos), negociação de acordos de comércio livre da UE (Austrália, Nova Zelândia, Indonésia e principalmente Índia), Acordo de Parceria e Cooperação Reforçadas com o Tajiquistão, Acordo de Parceria Económica Provisório (APEi) com o Quénia, Acordo de Facilitação de Investimento Sustentável (SIFA) com Angola.
Elaborar contributos e/ou pareceres relativos às questões Comércio e Desenvolvimento Sustentável	R	Foi assegurada a representação nacional neste grupo de peritos, onde são abordadas as questões do Comércio e Desenvolvimento Sustentável - a nível multilateral, na OMC, a nível dos ACL da UE em vigor ou em negociação.

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Elaborar contributos e/ou pareceres relativos às negociações plurilaterais ou multilaterais em que a UE participa.	R	Foram realizados documentos/contributos relativamente às várias negociações plurilaterais em curso na OMC, nomeadamente: Facilitação de Investimento; Comércio Eletrónico; Regulamentação interna em serviços. Foram também realizados documentos/contributos relativamente às várias negociações multilaterais em curso na OMC, com destaque para: Comércio e Desenvolvimento Sustentável; reforma da própria organização (em especial do órgão de recurso do órgão de resolução de litígios).
Indicador 9 - Taxa de solicitações respondidas com caráter substantivo dentro do prazo		
Preparar documentos de apoio/contributos solicitados à DPCE destinados à Tutela.	R	Foram realizados documentos, por iniciativa dos serviços ou a pedido da Tutela sobre matérias de política comercial e de investimento: para apoio a reuniões com homólogos; para participação em eventos públicos (seminários, conferências, debates); para participação na Conferência Ministerial da OCDE; para participação no COMPET - Conselho Competitividade (mercado interno e política industrial) e no GAN (Grupo de Alto Nível de Competitividade e Crescimento); para resposta a questões colocadas por associações, empresas e organizações da sociedade civil.

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
<p>Elaborar pastas de apoio para encontros bilaterais e visitas oficiais de membros da Tutela.</p>	<p>R</p>	<p>Foram preparados elementos de apoio para encontros bilaterais do Senhor MEM com o Vice-Primeiro-Ministro do Brasil, Vice-Presidente da R.P. da China, Chefe do Executivo da RAEM, Vice-Chanceler da Alemanha, Primeira-Vice-Presidente de Espanha, Ministro da Indústria, Comércio e Turismo de Espanha, dois encontros com o Ministro da Economia do Luxemburgo, Ministra da Energia, Empresas e Indústria da Suécia, Ministra da Economia e Finanças de Marrocos e Ministro Delegado do Investimento, Convergência e Avaliação de Políticas Públicas (à margem da XIV Cimeira bilateral), Ministro da Economia e Planeamento da Arábia Saudita (à margem da 6.ª Comissão Mista), Presidente da Câmara Federal Económica da Áustria (à margem da Websummit), Delegação Parlamentar Coreana, bem como com diversos Embaixadores acreditados em Portugal (Angola, Países Baixos, Dinamarca, Alemanha, Geórgia, Luxemburgo, Hungria, Turquia, Venezuela, Austrália, Japão). Preparou-se igualmente elementos de apoio para visitas oficiais do Senhor MEM à Coreia e Angola, bem como para participação no evento empresarial em Barcelona e para audiência ao Grupo Parlamentar alemão. Preparou-se ainda elementos de apoio ao Senhor SETCS para reuniões com homólogos da Guiné Equatorial, Luxemburgo e da Ucrânia, bem como para os encontros de cortesia do Senhor SEEc com o Secretário-Geral do Fórum Macau e com a Secretária de Estado Parlamentar da Alemanha.</p>

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Preparar programas e acompanhar as deslocações a Portugal de delegações a nível governamental e técnico de outros países	R	Preparou-se um programa para a deslocação a Portugal do Secretário-Geral e Secretários-Gerais Adjuntos do Fórum de Macau (junho), que incluiu reuniões no MEM e MNE e visitas à AICEP, CCILC e CC-PME Portugal-China, bem como ao CEiiA e CIMAR (Porto/Matosinhos). Preparou-se programa para visita de estudo de uma delegação da Roménia, realizada no âmbito do programa TAIEX da Comissão Europeia (fevereiro), que incluiu reuniões e visitas a diversas entidades do MEM. A DGAE colaborou ainda na elaboração dos programas das visitas de estudo a Portugal de uma delegação do Ministério do Empreendedorismo e Turismo da Roménia e de uma delegação da Câmara Municipal de Bucareste, bem como de alunos do Curso de Defesa Nacional do Bangladesh e do Paquistão.
Preparar a participação do MEM em Cimeiras, Comissões Mistas, Subcomissões Económicas, Grupos de Trabalho e outros eventos de alto nível, incluindo contributos para o MNE neste âmbito	R	Preparou-se a participação do MEM na XXXIV Cimeira Luso-Espanhola, na XIII Cimeira Luso-Brasileira e na XIV Cimeira Luso-Marroquina. Foram remetidos elementos de apoio para o MNE para estes eventos de alto nível e outros (visitas e encontros bilaterais MNE e SENE, reuniões de consultas políticas, e 49.ª e 50.ª reunião da Comissão Bilateral Permanente com os EUA).
Apoiar a participação da Tutela em reuniões ministeriais de caráter económico, nomeadamente no âmbito da OCDE, ONU, Fórum de Macau, CPLP, Cimeira Ibero-Americana e Aliança do Pacífico, entre outros enquadramentos multilaterais.	R	Preparou-se a participação do Senhor SEEC na XI Conferência Iberoamericana de Ministras e Ministros da Indústria e Comércio (Santo Domingo, República Dominicana, janeiro), na Reunião do Conselho da OCDE a nível ministerial (Paris, junho) e nos eventos comemorativos dos 20 anos da criação do Fórum de Macau, incluindo um Seminário de Alto Nível (Macau, outubro).

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Preparar documentos de apoio/contributos solicitados à DPCE e destinados a outros serviços/divisões da DGAE.	R	Foram preparados documentos de apoio/contributos em resposta a pedidos de outras DS, sobretudo da DSAE, com destaque para os seguintes temas: Segurança Económica; Autonomia Estratégica Aberta; Memorandos sobre Matérias-Primas Críticas; Pacote Competitividade; regulamento CBAM; regulamento Trabalho Forçado; relação política comercial, competitividade e resiliência.
Esclarecer questões colocadas por associações e empresas ou outras entidades relativas à política comercial e investimento e/ou encaminhar essas questões para as entidades competentes	R	Foram respondidas as (36) questões sobre política comercial e de investimento colocadas via email, com destaque para: requisitos à importação e exportação (19, principalmente procedimentos alfandegários, certificações, rotulagem e marcação); processos antidumping (2); CBAM (7)
Coordenar, emitir pareceres e elaborar contributos no âmbito do acompanhamento da atividade das organizações internacionais que se ocupam do comércio internacional OMC, OCDE e UNCTAD.	R	OMC – Foram elaborados contributos, no seguimento da 12ª Conferência Ministerial da OMC; integrou-se essa Delegação Nacional, sobre os vários temas em discussão na OMC que contribuíram para a definição da posição nacional em sede CPC (Titulares, Suplentes e Serviços e Investimento) OCDE - Foi assegurada a participação em reuniões e eventos do Comité do Comércio, do Grupo de Trabalho do Comité Comércio e do Comité de Investimento da OCDE e do Grupo de Trabalho Conjunto sobre Comércio e Ambiente. Participou-se no lançamento do relatório da OCDE "The impact of regulation on international investment in Portugal: opportunities and challenges for structural reforms"; no Forum on Critical Supply Chains da OCDE; no Seminário de prospetiva da Comissão Europeia e da OCDE sobre o futuro da cadeia de valor do setor automóvel e o papel dos ecossistemas IDE-PME da OCDE; no Global Strategy Group Break-Out Group A Bolstering trade and supply-chain resilience and financing the green transition da OECD. Contribuiu-se para a pasta de apoio à participação da Tutela no MCM 2023 - BOG 2 da Sessão 3 "Resilient Critical Supply Chains".

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Elaborar e solicitar contributos nas áreas de competência do MEM, tanto ao nível das relações bilaterais e multilaterais, como da vertente económica das relações externas da UE.	R	Foram elaborados diversos contributos, em particular no âmbito das relações bilaterais e multilaterais. Na vertente económica das relações externas da UE, destacam-se os contributos relacionados com os Balcãs Ocidentais/Alargamento da UE.
Coordenar, enquanto Ponto Focal, a participação portuguesa em ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Atividades do Fórum de Macau.	R	Para além da participação nos eventos comemorativos dos 20 anos do Fórum Macau e da preparação da deslocação do SGFM a Portugal, destacam-se outras atividades, nomeadamente: consultas interministeriais sobre o texto do Plano de Ação China-PLP para o período 2024-2027, divulgação dos Colóquios de Formação de RH (Assuntos Fiscais, Turismo, Empreendedorismo e MTC), divulgação da iniciativa "929 Challenge", divulgação de bolsas de estudo para os PLP, envio de informação para o Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau.
Divulgar e fazer a gestão da participação nacional nos Seminários organizados pelo Ministério do Comércio da R.P. da China.	R	A DGAE colaborou na divulgação e participou nos seguintes Seminários: Otimização de Investimento e Ambiente de Negócios para os Países de Língua Portuguesa; Indústria Têxtil.
Coordenar, enquanto Ponto Focal do MEM, a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 em que o METD se constitui como Coordenador ou Contribuidor.	R	Remeteu-se informação à PCM (PlanAPP) sobre instrumentos relevantes de políticas públicas no âmbito do ODS9, tendo em vista a preparação do 2.º Relatório Voluntário Nacional de Portugal para o Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas.
Coordenar o levantamento da execução de projetos e programas de cooperação de organismos do MEM, enquadráveis na Ajuda Pública ao Desenvolvimento.	R	Remeteu-se ao CICL o Apuramento do Financiamento ao Desenvolvimento relativo ao ano de 2023 no âmbito do MEM.
Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política económica		
Indicador 10 - N.º de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados		
Definir a posição do MEM em questões relacionadas com a proteção de investimento intra-comunitário.	R	Participou-se na única reunião agenda sobre este tema, pela Comissão Europeia

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Definir e defender a posição de Portugal no âmbito dos Instrumentos de Defesa Comercial aplicados pela UE ou por Países Terceiros.	R	Foram acompanhados todos os processos IDC (de terceiros contra a UE e da UE contra terceiros), tendo proposto e submetido à tutela, caso-a-caso, a posição nacional a assumir.
Definir e defender a posição de Portugal no âmbito do Comité de Salvaguardas	R	Foram acompanhados todos os processos de salvaguarda, tendo proposto e submetido à tutela, caso-a-caso, a posição nacional a assumir.
Definir e defender a posição de Portugal no âmbito do Comité de Entraves ao Comércio	R	Foram acompanhados todos os processos submetidos ao Comité, tendo proposto e submetido à tutela, caso-a-caso, a posição nacional a assumir.
Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres relativos a questões tratadas no âmbito do Grupo de Questões Comerciais do Conselho da UE.	R	Foram elaborados contributos para a definição da posição nacional sobre o regulamento anticoerção. Acompanhou-se a implementação do regulamento "screening" e o regulamento "Enforcement".
Acompanhar a negociação de instrumentos jurídicos bilaterais na área económica (incluindo os acordos de investimento autorizados pela UE), em coordenação com os organismos do MEM e com o MNE.	R	Assegurou-se o acompanhamento da negociação de instrumentos jurídicos bilaterais na área económica, em articulação com as entidades MEM e com o MNE. Procedeu-se a um exercício de avaliação de manutenção do interesse na negociação e/ou assinatura e implementação de instrumentos jurídicos selecionados.
Indicador 11 - % de instrumentos de informação da DSCI atualizados		
Manter atualizada a base de dados dos instrumentos de Defesa Comercial e a documentação relativa aos processos IDC.	R	A documentação relativa aos processo IDC encontra-se atualizada. A base de dados foi atualizada de modo a inclui informação sobre os novos casos, iniciados em 2023.
Atualizar regularmente as Fichas de Relacionamento Económico.	R	As Fichas DGAE foram objeto de atualização, sempre que solicitado e também de forma autónoma.
Atualizar regularmente a Base de Dados dos instrumentos jurídicos bilaterais em negociação no âmbito do MEM.	R	A base de dados foi atualizada, de forma regular, durante o ano de 2023.
[O7] Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela DSCI		
Indicador 12 - N.º de conteúdos publicados no Website da DGAE		

Descrição das atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Assegurar conteúdos no domínio do comércio internacional e das relações internacionais em português e inglês.	R	Foram atualizados os conteúdos em português e inglês no domínio das relações internacionais.
Preparar contributos para o website da DGAE (notícias/destaques, atualização e proposta de novos conteúdos, tradução para inglês)	R	<p>Foram submetidos contributos pela DSCI.</p> <p>Em termos de Política Comercial e de Investimento foram submetidos 37 conteúdos, notícias e destaques. Destaque para Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido (6), Acordos de Comércio Livre da UE (6), ferramentas online da Comissão Europeia (5), Comércio eletrónico (7), CBAM (2), SPG (2) e IDC (2).</p> <p>Em matéria de Relações Internacionais, foram submetidos 33 conteúdos (notícias e destaques), destacando-se: divulgação de concursos no âmbito do Grupo de Trabalho das Multilaterais Financeiras e diversos eventos empresariais e reuniões institucionais; candidaturas a bolsas/competições/prémios; assuntos diretamente relacionados com o mar/economia azul.</p>
Indicador 13 - Grau de satisfação dos/as utilizadores/as que solicitam esclarecimentos no âmbito das competências da DGAE		
Avaliar o grau de satisfação dos agentes económicos que solicitam esclarecimentos via email.	R	Não houve respostas aos questionários de satisfação. Temos, sim, emails de reação positiva de alguns agentes económicos aos nossos esclarecimentos, via email.

QUADRO XXVIII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (DSCI)

Na vertente da Política Comercial Externa do comércio internacional, a DSCI participou em reuniões e contribuiu com análises e pareceres sobre os vários temas discutidos no Comité de Política Comercial (CPC) da União Europeia (UE), nas suas formações de Titulares, Suplentes, Serviços e Investimento e Sistema de Preferências Generalizadas (SPG).

Relativamente à vertente multilateral da política comercial da UE, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), participou em reuniões e contribuiu com análises e pareceres nas seguintes vertentes: negociação de novas regras de comércio (destaque para comércio eletrónico, regulamentação interna em serviços, facilitação de investimento para o desenvolvimento, comércio e ambiente); reforma da própria organização (em especial do órgão de recurso do órgão de resolução de litígios); avaliação dos impactos para os interesses nacionais dos litígios envolvendo a UE.

No que respeita à vertente bilateral da política comercial da UE, a atividade desta DSCI abrangeu um conjunto muito alargado de temas, sobre os quais efetuámos análises e preparámos pareceres, nomeadamente: negociação de Acordos de Comércio Livre (em particular Austrália, Nova Zelândia, Indonésia, Índia, Mercosul e Tailândia), de Acordos de Parceria Económica (em particular Quénia) e Acordos de Parceria e Cooperação Reforçada (Tajiquistão); aplicação de Acordos de Comércio Livre (com destaque para Canadá e Reino Unido); Acordos de Investimento (em especial o Acordo de Facilitação de Investimento Sustentável – SIFA com Angola e o Acordo de Investimento com a Índia); Comércio Digital/Eletrónico, incluindo as novas Parcerias Digitais com a Coreia do Sul, Japão e Singapura; relacionamento UE-EUA (em particular os trabalhos no âmbito do Comité de Comércio e Tecnologia e as negociações do GSA – Acordo Global do Aço e de Acordo sobre Minerais Críticos); Comité de Comércio e Tecnologia UE-Índia.

A DSCI participou em reuniões sobre vários temas de política comercial e de investimento: Comité Consultivo de Acordos de Investimento, da Comissão Europeia, de que é titular; reuniões da Comissão Europeia e do Conselho sobre o Tratado da Carta da Energia; trabalhos da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) para a reforma do ISDS (*Investor-State Dispute Settlement*); Grupo de Peritos sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável; Grupo de Peritos sobre Comércio e Investimento com a China; Plataforma Regional sobre o Comércio e Investimento no âmbito da União para o Mediterrâneo.

No que se refere aos instrumentos de defesa comercial, a DGAE assegurou a representação nacional no Comité dos Instrumentos de Defesa Comercial (*dumping* e subvenções) e no Comité de Salvaguardas e do Regime Comum para as Exportações. A DSCI acompanhou os diversos processos da UE contra países terceiros e de países terceiros contra a UE, tendo proposto e submetido à tutela, caso-a-caso, a posição nacional. No âmbito do Comité dos Entraves ao Comércio, onde a DGAE assume também a representação nacional, tendo proposto e submetido à tutela, a posição nacional sobre a suspensão das medidas de política comercial relativas a certos produtos originários dos EUA. Em todos estes processos foram consultadas as associações setoriais nacionais relevantes para os casos em análise e, quando solicitado, prestado apoio técnico às empresas e às associações envolvidas.

A DSCI contribuiu para a implementação do Estatuto de Bloqueio, através da participação nos trabalhos do Comité para a Legislação Extraterritorial e do Grupo de Peritos da Comissão sobre medidas restritivas da União e extraterritorialidade.

No que se refere ao Sistema de Preferências Generalizadas (SPG), a DSCI assegurou a participação nas reuniões do Grupo de Peritos, de que é titular, bem como em reuniões do CPC SPG. No âmbito do processo de revisão do regulamento SPG, iniciado em 2021, continuou a assegurar a análise das várias propostas de texto apresentadas aos Estados-Membros, bem como a estreita articulação com as associações empresariais e setoriais, assim contribuindo para a posição nacional defendida pelo MNE nas discussões em Bruxelas.

A DSCI continuou a assegurar a representação nacional no Comité Consultivo de Acesso ao Mercado (reuniões de âmbito horizontal e setorial) e no Grupo de Coordenadores da implementação dos Acordos de Comércio Livre, ambos da Comissão Europeia, com importância reforçada no atual contexto geopolítico. Neste âmbito, foram realizadas consultas regulares, (mensais) às associações empresariais nacionais e a outros organismos públicos, com o objetivo de identificar novas barreiras de acesso a mercados terceiros, bem como avaliar os impactos das já conhecidas (destaque para Argélia, Brasil, EUA, Índia, Marrocos, México e Vietname). Foram ainda efetuadas consultas às associações empresariais nacionais sobre potenciais barreiras ao comércio em países terceiros, identificadas via SEP – *Single Entry Point*, com o objetivo de reportar à Comissão Europeia o seu impacto para os operadores económicos nacionais. Foram também promovidas, junto das associações nacionais, as ferramentas criadas pela Comissão Europeia, com o objetivo de melhorar/facilitar o acesso das empresas nacionais aos mercados de países terceiros e abordar as várias restrições que enfrentam nesses mercados.

Contribuiu, igualmente, para a definição da posição do MEM, nas discussões que decorreram em 2023 sobre: Regulamento sobre um novo instrumento Anticoerção; Memorandos de Entendimento sobre Matérias-Primas Críticas; Parcerias Digitais (Japão, Singapura e Coreia do Sul). Acompanhou a monitorização do Regulamento de *screening* europeu de investimento estrangeiro e do Regulamento de *Enforcement* da UE. Participou nas reuniões, e contribuiu com análises e pareceres, no grupo de trabalho nacional para a revisão do regime nacional de *screening* de investimento.

No que diz respeito aos acordos de promoção e proteção de investimento (BIT) e em articulação com o MNE, a DSCI: deu seguimento ao processo de revisão do modelo BIT, tendo promovido consultas e reuniões de coordenação com as várias entidades envolvidas, das quais resultou a proposta de modelo apresentada à Tutela; acompanhou o litígio iniciado, em 2022, por investidores contra a República Portuguesa no âmbito do BIT com as Maurícias.

No âmbito da OCDE, a DSCI assegurou a representação de Portugal em reuniões do Comité de Comércio, do Grupo de Trabalho do Comité de Comércio e do Comité de Investimento. Participou também nas reuniões do Grupo de Trabalho Conjunto sobre Comércio e Ambiente. Merecem destaque: os contributos para

a Conferência Ministerial; o *webinar* de lançamento do relatório "*The impact of regulation on international investment in Portugal: opportunities and challenges for structural reforms*" e a participação no grupo de trabalho nacional que acompanha o mesmo; *Forum on Critical Supply Chains; Global Strategy Group - Bolstering trade and supply-chain resilience and financing the green transition*; a resposta nacional, em coordenação com o MNE e outras entidades setoriais, a um inquérito sobre "políticas climáticas nos tratados de investimento".

No total, a equipa da Política Comercial Externa assegurou a participação em 140 reuniões, das quais resultaram 24 propostas de recomendações relevantes; promoveu (2) sessões de esclarecimento sobre temas de política comercial; divulgou informações (20, via email, website ou linkedin) sobre temas de política comercial e de investimento (com destaque para as relações UE-EUA, relações UE-Reino Unido e ferramentas *online* da Comissão de apoio às empresas); respondeu às (36) questões colocadas pelos operadores económicos nacionais sobre matérias da sua competência; realizou (67) consultas a associações empresariais e organismos institucionais sobre temas de política comercial e de investimento (com destaque para barreiras de acesso a mercados de países terceiros, instrumentos de defesa comercial e acordos de comércio livre).

Na vertente das relações internacionais, a DSCI preparou, durante o ano de 2023, pastas de apoio e outros elementos informativos, no âmbito de deslocações oficiais e encontros bilaterais dos membros da área governativa da Economia e do Mar, tendo sido cumpridos os prazos de entrega estipulados.

Destacamos os elementos de apoio preparados para os seguintes eventos/encontros bilaterais: Vice-Primeiro-Ministro do Brasil, Vice-Presidente da R.P. da China, Chefe do Executivo da RAEM, Vice-Chanceler da Alemanha (à margem da *Websummit*), Primeira-Vice-Presidente de Espanha, Ministro da Indústria, Comércio e Turismo de Espanha, Ministro da Economia do Luxemburgo (em março e à margem da *Websummit*), Ministra da Energia, Empresas e Indústria da Suécia, Ministra da Economia e Finanças de Marrocos e Ministro Delegado do Investimento, Convergência e Avaliação de Políticas Públicas (à margem da XIV Cimeira bilateral), Ministro da Economia e Planeamento da Arábia Saudita (à margem da 6.ª Comissão Mista), Presidente da Câmara Federal Económica da

Áustria (à margem da *Websummit*), Delegação Parlamentar Coreana, bem como com diversos Embaixadores acreditados em Portugal (Angola, Alemanha, Dinamarca, Geórgia, Luxemburgo, Hungria, Países Baixos, Turquia, Austrália, Japão, Venezuela). Preparou-se igualmente elementos de apoio para visitas oficiais de S.Exa. o MEM à Coreia e Angola, participação em evento empresarial em Barcelona, no Fórum Sorrento e visita à empresa Amkor. Preparou-se, ainda, elementos de apoio a S.Exa. SETCS para reuniões com homólogos da Guiné Equatorial, Luxemburgo e Ucrânia, bem como para os encontros de cortesia de S.Exa. o SEEc com o Secretário-Geral do Fórum de Macau e com a Secretária de Estado Parlamentar da Alemanha.

No que respeita à participação dos membros do Governo da área da Economia e do Mar em Cimeiras, Comissões Mistas e outras reuniões de alto nível, foram preparados elementos de apoio para a XXXIV Cimeira Luso-Espanhola, XIII Cimeira Luso-Brasileira e XIV Cimeira Luso-Marroquina, 6.ª Reunião do Grupo de Trabalho Económico Luso-Argelino e 6.ª Comissão Mista com a Arábia Saudita. Preparou-se igualmente a 3.ª Comissão Mista com a Ucrânia, entretanto adiada, devido à situação política em Portugal.

A DSCI preparou um programa e acompanhou a deslocação a Portugal do Secretário-Geral e Secretários-Gerais Adjuntos do Fórum de Macau, que incluiu reuniões no MEM e MNE e visitas à AICEP, CCILC e CC-PME Portugal-China, bem como ao CEiiA e CIMAR (Porto/Matosinhos). Preparou-se também um programa para a visita de estudo de uma delegação da Roménia, realizada no âmbito do programa TAIEX da Comissão Europeia, que incluiu reuniões e visitas a diversas entidades do MEM. A DGAE colaborou ainda na elaboração dos programas das visitas de estudo a Portugal de uma delegação do Ministério do Empreendedorismo e Turismo da Roménia e de uma delegação da Câmara Municipal de Bucareste, bem como de alunos do Curso de Defesa Nacional do Bangladesh e do Paquistão.

Acresce a preparação de um vasto número de contributos em resposta a solicitações do MNE, no âmbito das acima referidas Cimeiras bilaterais e de reuniões/deslocações de membros do Governo da área governativa dos Negócios Estrangeiros, bem como para o CICL (ex: Programas Estratégicos de Cooperação com Angola e Timor-Leste), tendo ainda sido remetido o Apuramento do Financiamento ao Desenvolvimento em 2023.

A DSCI participou em diversas reuniões ao longo de 2023, incluindo-se a 19.ª e 20.ª reunião da Comissão Interministerial de Política Externa e a 15.ª reunião da Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras.

No que se refere ao Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau), e enquanto Ponto Focal Nacional deste mecanismo multilateral de cooperação, a DGAE esteve presente na 18.ª Reunião do Secretariado Permanente e nos eventos comemorativos dos 20 anos da criação do Fórum de Macau. Destacam-se ainda outras atividades desenvolvidas, nomeadamente: consultas interministeriais sobre o texto do Plano de Ação China-PLP para o período 2024-2027, divulgação dos Colóquios de Formação de Recursos Humanos (Assuntos Fiscais, Turismo, Empreendedorismo e Medicina Tradicional Chinesa), divulgação da iniciativa "929 Challenge" (*start-ups*), divulgação de bolsas de estudo para os PLP, envio de informação para o Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau.

Igualmente no plano multilateral, a DSCI preparou a participação de S.Exa. o Secretário de Estado da Economia na XI Conferência Iberoamericana de Ministras e Ministros da Indústria e Comércio (Santo Domingo, República Dominicana) e na Reunião do Conselho da OCDE a nível ministerial.

A DGAE, através da DSCI, enquanto Ponto Focal do MEM para o ODS9 da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030, remeteu informação à PCM (PlanAPP) sobre instrumentos relevantes de políticas públicas no âmbito do ODS9, tendo em vista a preparação do 2.º Relatório Voluntário Nacional de Portugal para o Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas.

No âmbito das suas atribuições, a DSCI assegurou ainda o acompanhamento da negociação de instrumentos jurídicos bilaterais nas áreas de competência do MEM (em particular, nos domínios do Turismo, da Segurança Alimentar e Económica, da Normalização e Metrologia), bem como dos Acordos de Cooperação Económica. Procedeu-se a um exercício de avaliação de manutenção do interesse na negociação e/ou assinatura e implementação de instrumentos jurídicos selecionados.

Do mesmo modo, foi divulgada informação relevante aos organismos do MEM e à Tutela no domínio das relações internacionais, nomeadamente parte útil de telegramas de Embaixadas e da Missão Permanente de Portugal na OCDE, relatos, declarações finais e outros elementos de reuniões de alto nível, incluindo Relações Externas da UE e no âmbito multilateral (ex: ONU, UNCTAD, CPLP e Fórum Macau), eventos e iniciativas empresariais.

As Fichas de Relacionamento Económico da DGAE foram objeto de atualização regular, por iniciativa própria e a pedido da Tutela.

Foram preparados diversos contributos e atualizações para o website e LinkedIn da DGAE, destacando-se: divulgação de concursos no âmbito do Grupo de Trabalho das Multilaterais Financeiras; eventos empresariais e reuniões institucionais; candidaturas a bolsas/competições/prémios; assuntos diretamente relacionados com o mar/economia azul, entre outros temas.

QUADRO XXIX
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (DDO)

Descrição das atividades da Divisão de Desenvolvimento Organizacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
[O7] Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela DGAE		
Indicador 1 - Nº de conteúdos publicados no Website da DGAE relacionados com os Recursos Humanos		
Preparar contributos para o website da DGAE	R	Foram produzidos 7 contributos para o website da DGAE, relativos a: procedimento concursal para designação em comissão de serviço de Chefe de Divisão de Coordenação dos Assuntos Europeus (Aviso n.º 6384/2023, de 28 de março); procedimento concursal para designação em comissão de serviço de Chefe de Divisão da Política Setorial (Aviso n.º 10051/2023, 24 de maio); procedimento de recrutamento por mobilidade interna de 1 assistente técnico para a DPA (Aviso BEP - OE202303/0133); procedimento concursal de 3 assistentes técnicos para a DSCI e a DPA (Aviso (extrato) nº 13081/2023, de 7 de julho); procedimento de recrutamento por mobilidade interna de 2 técnicos superiores para a DSAE (Aviso BEP - OE202309/0700); procedimento de recrutamento por mobilidade interna de 2 técnicos superiores para a DSPE (Aviso BEP - OE202309/0709); procedimento de recrutamento por mobilidade interna de 2 técnicos superiores para a DSCI (Aviso BEP - OE202309/0715).
Preparar e submeter candidaturas a financiamento comunitário no âmbito do PRR, sempre que se justifique, em áreas relacionadas com os Recursos Humanos	R	Foram submetidas 3 candidaturas a financiamento comunitário no âmbito do PRR, tendo sido aprovadas com os n.ºs de projeto 315, 394 e 2675.
[O8] Adotar medidas de boa gestão dos/as trabalhadores/as		
Indicador 2 - N.º de medidas que contribuem para a melhoria da cultura organizacional, conciliadoras da vida profissional e pessoal, bem como para a promoção da saúde e do bem estar no local de trabalho e para a motivação dos trabalhadores/as		

Descrição das atividades da Divisão de Desenvolvimento Organizacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Estabelecer novas parcerias com empresas ou organizações para que os trabalhadores da DGAE beneficiem de condições mais favoráveis em relação às normalmente praticadas.	R	Foram estabelecidas 3 novas parcerias nas áreas de saúde (Farmácia Valle), cabeleireiros (Cabeleireiro IRMA SANTOS), Perfumaria (Perfume Arte Elias Garcia) com condições mais favoráveis para os trabalhadores da DGAE em relação às normalmente praticadas.
Dinamizar atividades que estimulem a prática regular de atividade física, em conciliação com o horário de trabalho.	R	Foram dinamizadas aulas de Pilates no ginásio dos Serviços Sociais da Administração Pública em horário compatível com o horário de trabalho, tendo sido recebidas 14 inscrições.
Propor horários de trabalho que permitam conciliar a vida profissional e pessoal dos trabalhadores.	R	A taxa de trabalhadores com horário flexível foi de 75 %.
Implementar, em articulação com a DPA, medidas de promoção de saúde no trabalho	T	Não foi possível avançar com a contratação do serviço SST, pelo que transitará para o ano de 2024.
Assegurar a gestão eficiente das necessidades dos recursos humanos da DGAE		
Indicador 3 - N.º de documentos informativos difundidos sobre matérias do âmbito dos recursos humanos		
Assegurar a divulgação interna de conteúdos de interesse geral do interesse dos trabalhadores.	R	Foi assegurada a divulgação interna de 64 conteúdos de interesse geral dos trabalhadores.
Indicador 4 - % de situações tratadas face às entradas registadas no GFI.DOC e às solicitadas por mensagens de correio eletrónico		
Assegurar o registo e envio dos documentos à SGE relativos a situações de faltas por motivo de doença e de acidente de trabalho dos trabalhadores, bem como o acompanhamento dos procedimentos relativos às deliberações em sede de juntas médicas dos trabalhadores.	R	Foram tratadas todas as situações de faltas por motivo de doença (53), acidente de trabalho dos trabalhadores (3) e juntas médicas (2).
Assegurar o registo atempado pelos trabalhadores e respetivos dirigentes das férias no portal da assiduidade.	R	Foi assegurado o acompanhamento e resolução de todas as situações referentes a férias dos trabalhadores (marcação/desmarcação/ aprovação/transição).

Descrição das atividades da Divisão de Desenvolvimento Organizacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Assegurar a regularização atempada pelos trabalhadores e respetivos dirigentes das ausências ao trabalho no portal da assiduidade.	R	Foi assegurada a regularização atempada de todas as situações referentes a ausências ao trabalho, com acompanhamento mensal de todas as situações irregulares, através do envio de alertas mensais aos trabalhadores e dirigentes.
Assegurar os procedimentos relativos aos pedidos de acumulação de funções e de modalidades de horários de trabalho bem como de acordos de cedência e de pedidos de licenças.	R	Foram assegurados os processos relativos a 2 pedidos de acumulação de funções, a 1 processo de acordo de cedência e a 5 pedidos de licença sem remuneração.
Divulgar internamente a informação e respetivos procedimentos de renovação do cartão de beneficiário da ADSE (titulares e familiares).	R	Foi divulgada internamente a informação sobre procedimentos de renovação do cartão de beneficiário da ADSE (titulares e familiares).
Assegurar a tramitação dos processos relativos aos pedidos de aposentação e de contagem de tempo de serviço.	R	Foi assegurada a tramitação de 5 processos relativos a pedidos de aposentação e de 1 pedido de contagem de tempo de serviço.
Assegurar a tramitação dos processos relativos a pedidos de abono de família para crianças e jovens.	R	Foi assegurada a tramitação relativa a 2 pedidos de abono de família.
Assegurar a resposta aos pedidos de emissão de declarações apresentados pelos trabalhadores.	R	Foi assegurada a resposta a 13 pedidos de emissão de declarações apresentados pelos trabalhadores (de funções, de efetividade, de presença).
Indicador 5 - N.º de processos de avaliação de desempenho a preparar e apoiar		
Preparar e apoiar a realização da avaliação de desempenho dos trabalhadores da DGAE.	R	Foi preparada e apoiada a realização do processo de avaliação de desempenho relativo ao biénio 2021-2022.
Assegurar a valorização e formação dos trabalhadores		
Indicador 6 - % de processos de formação (intra-plano e extra-plano) anual dos trabalhadores da DGAE a desenvolver face aos pedidos de formação autorizados pela Direção		
Efetuar o levantamento das necessidades de formação dos trabalhadores da DGAE.	R	Foi efetuado o levantamento das necessidades de formação dos trabalhadores através do Diagnóstico de Necessidades de Formação (DNF 2023).

Descrição das atividades da Divisão de Desenvolvimento Organizacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Implementar a realização das formações constantes do Plano de Formação bem como das formações extra-plano	R	O Plano de Formação foi implementado tendo em conta as cativações. Foi monitorizada a formação extra-plano efetuada.
Assegurar a monitorização da assiduidade dos trabalhadores inscritos nas formações	R	Foi assegurada a monitorização da assiduidade dos trabalhadores inscritos nas formações (inglês e francês), tendo por base o controlo mensal das presenças efetuado pelos professores e disponibilizado pelas escolas de línguas contratadas.
Efetuar o Relatório de Formação relativo ao ano n-1	R	O Relatório de Formação do ano 2022 foi efetuado no 1.º trimestre de 2023.
Assegurar o envio de informação à SGE sobre formações frequentadas pelos trabalhadores no âmbito da realização do Balanço Social	R	Foi enviada informação à SGE relativa às formações frequentadas pelos trabalhadores (previstas no PF2023 e extraplano) para efeitos de integração no balanço social referente ao ano de 2022.
Assegurar o envio dos certificados de formação para os processos individuais dos trabalhadores na SGE	R	Os certificados de formação obtidos foram enviados para os processos individuais dos trabalhadores que se encontram na SGE.
Assegurar a coordenação dos procedimentos de recrutamento de trabalhadores		
Indicador 7 - % de procedimentos de recrutamento e de estágios remunerados e não remunerados realizados face aos solicitados.		
Preparar e apoiar aos procedimentos de recrutamento de trabalhadores internos da Administração Pública, bem como a gestão da carreira dos trabalhadores.	R	Foram preparados e apoiados: 2 procedimentos concursais para designação de Dirigentes Intermédios de 2.º grau (DCAE e DPS), 1 procedimento concursal para recrutamento de 3 assistentes técnicos (DSCI e DPA), 3 procedimentos de recrutamento por mobilidade interna para 6 técnicos superiores (DSCI, DSAE, DSPE) e 1 procedimento de recrutamento por mobilidade interna para 1 assistente técnico (DPA). Foi assegurada a tramitação relativa a 4 técnicos superiores estagiários provenientes das 2.ª, 3.ª e 4.ª fases do Programa EstágiAP XXI.
Indicador 8 - % de avisos e de despachos preparados e enviados para publicação em Diário da República face às solicitações da Direção.		

Descrição das atividades da Divisão de Desenvolvimento Organizacional	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Assegurar a preparação dos avisos e despachos e respetivo envio para publicação em Diário da República relativos a procedimentos concursais, consolidações de mobilidade, licenças sem remuneração, entre outros.	R	Foi assegurada a preparação e envio de 28 avisos/despachos para publicação em Diário da República relativos a: consolidações de mobilidade na categoria (2), conclusão de período experimental (3), designação de dirigente em substituição (3), comissão de serviço de dirigente (2) e renovação da comissão de serviço de dirigente (2), licenças sem remuneração (5), abertura de procedimentos concursais para trabalhadores e dirigentes (2), alteração PR/NR (1), denúncia CTFP (1), celebração CTFP (4), homologação lista unitária procedimento concursal (3).
Indicador 9 - % de Contratos de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado preparados face às consolidações da mobilidade ocorridas		
Assegurar a preparação dos Contratos de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado (CTFP)	R	Foi assegurada a preparação e a assinatura de 18 Contratos de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado (CTFP) por motivo de consolidação da mobilidade na categoria e Contratos de Estágio no âmbito do Programa EstagiAPXXI, bem como de 7 contratos de estágio e de 32 Adendas ao CTFP/Acordos no âmbito da prestação de trabalho em regime de teletrabalho.
Indicador 10 - % de processos individuais solicitados após autorização de consolidação da mobilidade		
Assegurar o pedido dos processos individuais dos trabalhadores às entidades de origem após consolidação da mobilidade e envio para a SGE.	R	Foi solicitado às entidades de origem dos trabalhadores, que consolidaram a mobilidade na DGAE, o envio dos respetivos processos individuais, tendo sido enviados para a SGE através do correspondente ofício.
Indicador 11 - % de faturas INCM objeto de validação face ao solicitado pela DPA		
Validar as faturas emitidas referentes a atos publicados em Diário da República no âmbito dos recursos humanos.	R	Foram validadas todas as faturas referentes a atos publicados em D.R. no âmbito das matérias relativas a recursos humanos.

QUADRO XXX AUTOAVALIAÇÃO PELA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (DDO)

No âmbito das atribuições da DDO encontram-se as matérias relacionadas com os recursos humanos, com a formação, com os procedimentos de recrutamento de trabalhadores, com as candidaturas a apoio financeiro comunitário sustentadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência em áreas diretamente relacionadas com os recursos humanos, com as parcerias para obtenção de condições mais vantajosas para os trabalhadores, entre outras matérias.

O ano iniciou-se com a equipa DGAE constituída por 101 trabalhadores, tendo registado ao longo do ano de 2023 a saída de 18 trabalhadores, por motivo de aposentação (6), por designação em comissão de serviço como dirigentes (3), por licença sem remuneração (2), por designação para gabinetes ministeriais (2), por falecimento (2), por designação como perito nacional destacado na Comissão Europeia (1), por acordo de cedência de interesse público (1) e por mobilidade interna na carreira e categoria (1). O ano terminou com 100 trabalhadores devido à entrada de novos trabalhadores por procedimento concursal (6), por regresso à DGAE (6), por mobilidade interna na carreira e categoria (4) e por designação em regime de substituição em funções dirigentes (1).

Em 2023, para além dos assuntos diretamente relacionados com os trabalhadores como a assiduidade, as férias, as ausências por doença, por acidente de trabalho e por juntas médicas, por maternidade e por estatuto de trabalhador-estudante, os direitos do trabalhador e dos seus descendentes na ADSE, os abonos de família, nas matérias tratadas pela DDO em coordenação com a Secretaria-Geral do Ministério da Economia, no âmbito da prestação centralizada de serviços (PCS), destacou-se o desenvolvimento dos seguintes processos:

- Processo SIADAP – avaliação de desempenho no biénio 2021-2022: o processo foi preparado e prestado apoio ao Conselho Coordenador de Avaliação na realização da avaliação de desempenho do biénio, tendo ficado concluído no 1.º semestre de 2023;

- Recrutamento de trabalhadores – neste âmbito foram desenvolvidos os seguintes processos:
 - procedimento concursal para designação de dirigente intermédio de 2.º grau da Divisão de Coordenação dos Assuntos Europeus – concluído em 2023;
 - procedimento concursal para designação de dirigente intermédio de 2.º grau da Divisão de Política Setorial – concluído em 2023;
 - procedimento concursal para recrutamento de três assistentes técnicos para a Direção de Serviços do Comércio Internacional e para Divisão de Planeamento e Apoio - concluído em 2023, iniciaram os respetivos períodos experimentais no último trimestre de 2023;
 - procedimento de recrutamento por mobilidade interna na categoria para 2 técnicos superiores para a Direção de Serviços dos Assuntos Europeus – concluído no ano em análise, foi possível atrair dois técnicos superiores e obter a autorização das entidades de origem dos trabalhadores para as respetivas mobilidades com início de funções em 2023;
 - procedimento de recrutamento por mobilidade interna para dois técnicos superiores para a Direção de Serviços para a Política Empresarial – encerrado em 2023 sem qualquer técnico superior recrutado;
 - procedimento de recrutamento por mobilidade interna para um assistente técnico (DPA) – encerrado em 2023, não foi obtida autorização da entidade de origem para o trabalhador selecionado.

- Estágios integrados do Programa EstagiAPXXI - no âmbito da 2.ª, 3.ª e 4.ª fases de colocações da 2.ª edição do programa de estágios — EstágiAP XXI, foram celebrados contratos de estágio pelo período de nove meses com sete técnicos superiores estagiários; três contratos de estágio terminaram em 2023 e quatro estagiários continuam em funções durante o ano de 2024 finalizando os respetivos contratos no 1.º semestre de 2024. Deve referir-se que a qualidade dos recém-licenciados colocados na DGAE suplantou todas as expectativas tendo sido unanime a apreciação dos respetivos orientadores

de estágio de que as suas contratações definitivas seriam uma enorme mais-valia para a DGAE dada a qualidade excepcional dos referidos estagiários. Veio, no entanto, a verificar-se, que o recrutamento centralizado aberto em 2023 pela DGAEP, que permitiu aos referidos estagiários apresentarem a sua candidatura, excluiu as suas candidaturas por não deterem as licenciaturas requeridas no procedimento, inviabilizando totalmente a possibilidade de os estagiários integrarem a equipa da DGAE de forma definitiva, o que se lamenta profundamente dada a excelente preparação e o conhecimento das matérias que já detinham e a escassez de recursos humanos com que se debate esta Direção-Geral.

– Formação dos trabalhadores:

Formação em grupo:

- contratada formação na língua inglesa com a escola de línguas Oxford School. Inscreverem-se 30 trabalhadores tendo sido constituídos três grupos de níveis de conhecimentos em inglês (Level B1.2, Level C1 e Level C2) e lecionadas 60 horas de formação aos níveis B1.2 e C1; ao nível C2 foram lecionadas 40 horas;
- contratada formação na língua francesa com a escola de línguas Alliance Française. Inscreverem-se 12 trabalhadores e foram constituídos três grupos de níveis de conhecimentos em francês (B1.1, B2.1 e B2.2) cujas aulas decorreram no 1.º semestre, tendo sido lecionadas 50 horas de formação a cada nível de conhecimentos; no 4.º trimestre de 2023, com a receção de 12 novas inscrições foram constituídos três grupos de níveis de conhecimentos em francês (A2.2, B1.2 e B2.2) e iniciaram-se as aulas de francês estando prevista a leção de 50 horas de formação a cada um dos níveis mencionados;
- no 1.º semestre de 2023, a pedido da DGAE, foi organizada pelo INA no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (Investimento TD-C19-i07: Capacitação da AP – formação de trabalhadores e gestão do futuro), a ação de formação online POWER BI – Elaboração de DASHBOARDS (Nível 1 - INICIAL) exclusiva para os trabalhadores desta entidade, tendo participado 30 trabalhadores;

- contratada a formação subordinada ao tema “Curso de Legística (formal e material)” lecionada pela Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Direito - Escola de Lisboa, na qual participaram 14 trabalhadores

No que diz respeito à formação individual, foram frequentadas diversas formações gratuitas online disponibilizadas na Plataforma NAU pelo INA, ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência, subordinadas aos temas: Folhas de Cálculo (Excel) – nível inicial, Edição de folhas cálculo – nível avançado, Otimização e gestão de dados em excel, Introdução à inteligência artificial, DATA SCIENTIST – Transformar dados em conhecimento (Fundamentos), Plataforma Multicanal PMC | Análise a tramitação de processos; foram ainda frequentadas diversas formações direcionadas para trabalhador pertencente à carreira informática. Foi igualmente contratualizada formação individual não gratuita do INA relativa ao Direito da União Europeia – as regras da concorrência em matéria de auxílios de Estado.

No que se refere aos técnicos superiores estagiários pertencentes ao programa EstagiAPXXI, frequentaram a formação “Componente Formativa do Programa EstágiAP XXI” disponibilizada pelo INA.

- Parcerias – foram estabelecidas três novas parcerias nas áreas da saúde, cabeleireiros e perfumaria com condições mais vantajosas para os trabalhadores, nomeadamente através da obtenção de descontos que variaram entre 10% sobre inúmeros produtos de farmácia, 30% sobre a tabela de preços dos serviços disponibilizados pelo cabeleireiro e 40% em perfumaria, na época de Natal, em compras superiores a 50 euros;
- Promoção das medidas de saúde e bem-estar no local de trabalho – neste âmbito foram dinamizadas as inscrições para a atividade de Pilates, com um preço muito vantajoso para os trabalhadores da DGAE, tendo as aulas de Pilates decorrido no ginásio dos Serviços Sociais da Administração Pública e

em horário compatível com o horário de trabalho; dado o interessante manifestado pelos colaboradores, as aulas de pilates passaram a ter frequência bissemanal a partir do mês de maio.

- Ação de voluntariado/solidariedade social - na época de Natal foi dinamizada a ação direcionada para o apoio à Liga Portuguesa contra o Cancro, que contou com o apoio dos trabalhadores da DGAE, sendo esta entidade referência nacional no apoio ao doente oncológico e família, na promoção da saúde, na prevenção do cancro e no estímulo à formação e investigação em oncologia.

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, as quatro candidaturas submetidas pela DDO para obtenção de financiamento comunitário tiveram o seguinte desenvolvimento:

1. Aviso N.º 01/C19-i07.05/2021

Medida Investimento TD-C19-i07: Capacitação da AP – formação de trabalhadores e gestão do futuro

Programa 5. Programa de estágios

- Projeto 160 PRR – tendo por objeto a concessão de apoio financeiro para celebração de contratos de estágio ao abrigo do Programa EstagiAP XXI, com a aprovação da candidatura foram celebrados seis contratos de estágio. O pedido de pagamento foi submetido com sucesso e obtido o respetivo reembolso no 1.º semestre de 2023, pelo que o projeto foi concluído e encerrado.

2. Aviso N.º 02/C19-i07.05/2021

Medida Investimento TD-C19-i07: Capacitação da AP – formação de trabalhadores e gestão do futuro

Programa 6. Teletrabalho - Aquisição de meios de trabalho

- Projeto 315 PRR – teve por objeto apoiar financeiramente a aquisição de equipamentos que permitissem o teletrabalho. Tendo sido aprovada a candidatura e executado o projeto com a aquisição do equipamento informático previsto, foi aprovado o pedido de pagamento/reembolso, pelo que o projeto foi concluído e encerrado no 1.º semestre de 2023.

3. Aviso N.º 04/C19-i07.05/2022,

Medida Investimento TD-C19-i07: Capacitação da AP – formação de trabalhadores e gestão do futuro

Programa 5. Programa de estágios na Administração direta e indireta do Estado

- Projeto 394 PRR – a candidatura aprovada teve por objeto obter apoio financeiro para celebrar sete contratos de estágio ao abrigo do Programa EstagiAP XXI. Com a celebração de 7 contratos de estágio com recém-licenciados durante o ano de 2023, foi aprovado o pedido de adiantamento de 12,3% do financiamento total do projeto; encontrando-se o projeto em execução nos anos de 2023 e de 2024, prevê que venha a estar concluído no final do 3.º trimestre de 2024.

QUADRO XXXI
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS NO ÂMBITO DA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E APOIO (DPA)

Descrição das atividades da Divisão de Planeamento e Apoio	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Assegurar a coordenação e o apoio na elaboração dos instrumentos do ciclo anual de gestão		
Indicador 1 - Prazo para apresentação do QUAR e do Plano de Atividades		
Solicitar elementos aos serviços para a elaboração do QUAR e o Plano de Atividades para 2023.	R	Foram solicitados aos serviços da DGAE, em 16-10-2023, os elementos para a elaboração do QUAR e do Plano de Atividades para 2024.
Analisar a informação disponibilizada pelos serviços e elaborar o QUAR e o Plano de Atividades para 2023,	R	Foi analisada a informação disponibilizada pelos serviços e elaborados os projetos de QUAR e do Plano de Atividades, que foram remetidos para aprovação da tutela em 30-11-2023 (ofício n.º OF/1396/2023/DG/DGAE).
Indicador 2 - Prazo para apresentação do Relatório de Atividades		
Solicitar elementos aos serviços para a elaboração do Relatório de Atividades de 2022.	R	Foram solicitados aos serviços, em 13-02-2023, os elementos para a elaboração do Relatório de Atividades respeitante a 2022.
Analisar a informação disponibilizada pelos serviços e elaborar o Relatório de Atividades de 2022.	R	O Relatório de Atividades foi elaborado, incluindo a autoavaliação, tendo sido enviado à tutela em 17-04-2023.
Assegurar a monitorização dos objetivos e indicadores de gestão		
Indicador 3 - N.º de quadros de monitorização elaborados até 16 de janeiro de 2023		
Elaborar os quadros para monitorização dos indicadores e objetivos de gestão.	R	Foram elaborados os quadros de monitorização dos indicadores constantes do QUAR, bem como outros quadros de gestão necessários ao acompanhamento de determinadas atividades específicas dos serviços, e de alguns contratos de aquisições de serviços.
Indicador 4 - Prazo para apresentação do quadro com a monitorização do QUAR		

Descrição das atividades da Divisão de Planeamento e Apoio	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Elaborar o quadro com informação semestral sobre os objetivos e indicadores do QUAR.	R	Efetuado mensalmente o acompanhamento dos resultados do QUAR e elaborado o quadro com a informação semestral, enviado ao GEE, na data solicitada, 24 de julho.
[O5] Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela DGAE		
Indicador 5 - % de conteúdos publicados no Website da DGAE no prazo médio de 24 horas úteis e sem erros		
Inserir e atualizar atempadamente na página eletrónica da DGAE os conteúdos disponibilizados pelos serviços.	R	Foram inseridos e atualizados no Website da DGAE todos os pedidos enviados pelos serviços, no prazo médio fixado.
Indicador 6 - N.º de inquéritos de satisfação dos utentes dos serviços elaborados, disponibilizados e analisados		
Elaborar o(s) questionário(s) de satisfação.	R	Foi elaborado o questionário de satisfação destinado aos utentes dos serviços.
Conceber a metodologia de divulgação do(s) questionário(s) e proceder à sua implementação.	R	Foi estabelecida uma metodologia para a divulgação do questionário de audição dos utentes dos serviços.
Analisar os resultados do(s) inquérito(s) de satisfação dos utentes dos serviços.	R	Foram analisados os resultados das resposta ao questionário dos utentes dos serviços relativo ao ano de 2022, que constam do Relatório de Atividades respeitante ao ano em causa.
Indicador 7 - Prazo médio para encaminhamento das mensagens recebidas na mailbox da DGAE (dias úteis)		
Verificar e encaminhar diariamente as mensagens recebidas na caixa de correio eletrónica da DGAE.	R	Foram verificadas e encaminhadas diariamente as mensagens recebidas na caixa de correio eletrónica da DGAE.
Acompanhar a implementação do sistema de gestão documental		
Indicador 8 - N.º de fluxos de negócios acompanhados e implementados		
Identificar e desenvolver os fluxos de processos e os respetivos circuitos e intervenientes.	NR	A DPA coordenou e participou ativamente no desenvolvimento e acompanhamento dos fluxos de negócio, mas, por dificuldades várias, até por motivos externos aos serviços, não foi possível colocar mais fluxos em produção.
Indicador 9 - % de situações resolvidas ou reportadas		

Descrição das atividades da Divisão de Planeamento e Apoio	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Reportar os problemas de funcionamento do sistema de gestão documental.	R	Foram reportados à empresa de manutenção todos os problemas ou sugestões de melhoria do sistema de gestão documental.
Assegurar o apoio informático aos utilizadores internos		
Indicador 10 - Prazo médio de resposta aos pedidos de help desk (dias úteis)		
Responder atempadamente aos pedidos de apoio ao nível do help desk informático, incluindo aplicações, comunicações e <i>hardware</i> .	R	A equipa do Apoio TIC deu resposta aos pedidos efetuados pelos utilizadores ou, quando os mesmos não eram suscetíveis de resolução interna, procedeu ao seu reencaminhamento para os serviços competentes da SGE.
Gerir as necessidades e os contratos de aquisição de bens e serviços		
Indicador 11 - % de bens e serviços necessários ao funcionamento da DGAE identificados		
Identificar atempadamente as necessidades de bens e serviços a enviar à SGE com vista à realização dos procedimentos de aquisição.	R	Foram identificadas todas as necessidades de aquisições de bens e serviços, indispensáveis ao funcionamento da DGAE e encaminhadas as manifestações de necessidades à SGE.
Indicador 12 - % de contratos acompanhados		
Acompanhar a execução dos contratos de aquisição de bens e serviços.	R	Todos os contratos de aquisição de bens e serviços foram objeto de acompanhamento físico e financeiro, incluindo o acompanhamento financeiro dos contratos do PRR em que a DGAE é beneficiária final designada.
Indicador 13 - Prazo de validação das faturas por parte da DPA (dias úteis)		
Validar a faturação das aquisições de bens e serviços, remetendo essa informação à SGE.	R	Todas as faturas foram objeto de criteriosa verificação, tendo sido apenas validadas as que comprovadamente correspondiam aos bens entregues ou aos serviços prestados.
Assegurar a cobrança das receitas próprias da DGAE		
Indicador 14 - Prazo para a emissão das Guias de Receita (n.º de horas em dias úteis)		

Descrição das atividades da Divisão de Planeamento e Apoio	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Emitir guias de receita no prazo definido no procedimento aprovado.	R	Procedeu-se, de acordo com as solicitações dos serviços, à emissão, nos prazos previstos, das guias de receita respeitantes às autorizações de licenciamento ou às taxas cobradas pelos serviços prestados aos operadores económicos.
Indicador 15 - N.º médio de mapas enviados mensalmente		
Enviar à SGE os mapas com indicação das receitas cobradas em cada um dos regimes previstos.	R	Enviados mensalmente à SGE os mapas com a listagem das guias de receita emitidas em cada um dos regimes previstos na legislação em vigor que se enquadram nas competências da DGAE.
Gerir as verbas do Fundo de Maneio		
Indicador 16 - N.º de quadros de controlo elaborados mensalmente		
Controlar os fluxos de caixa, os registos do cartão de crédito e os movimentos da conta afeta ao Fundo de Maneio.	R	Foi feito o controlo regular dos fluxos de caixa e dos movimentos contantes do cartão de crédito, emitido pelo IGCP.
Indicador 17 - % dos pagamentos aprovados efetuados mensalmente		
Efetuar os pagamentos das despesas aprovadas por verbas do Fundo de Maneio.	R	No âmbito do fundo de maneio, foram pagas regularmente todas as despesas contra a apresentação de faturas comprovativas da realização das despesas.
Indicador 18 - Prazo de preparação dos documentos de despesa a enviar à SGE (n.º de dias úteis do mês seguinte)		
Remeter à SGE a lista e os documentos comprovativos das despesas realizadas mensalmente.	R	Sempre que foram efetuados pagamentos através do fundo de maneio, procedeu-se ao envio mensal à SGE da listagem das despesas pagas e dos respetivos documentos comprovativos da realização dessas despesas, superiormente autorizados.
[O8] Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores/as		
Indicador 19 - N.º de medidas que contribuem para a melhoria da cultura organizacional, conciliadoras da vida profissional e pessoal, bem como para a promoção da saúde e bem-estar no local de trabalho e a motivação dos/as trabalhadores/as		

Descrição das atividades da Divisão de Planeamento e Apoio	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Realizar o inquérito de satisfação dos trabalhadores.	R	Foi realizado o inquérito de satisfação dos trabalhadores (entre 22-02-2023 e 10-03-2023) e apurados os respetivos resultados que constam do Relatório de Atividades de 2022.
Assegurar o registo e a classificação da correspondência recebida, assim como a respetiva distribuição		
Indicador 20 - % da documentação recebida e registada no sistema de gestão documental no prazo máximo de 24 horas úteis		
Digitalizar, numerar, registar, classificar e encaminhar toda a documentação recebida.	R	Toda a documentação recebida foi registada no sistema de gestão documental e encaminhada para despacho superior.

QUADRO XXXII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E APOIO (DPA)

A Divisão de Planeamento e Apoio (DPA) tem um leque alargado de atribuições que incluem, desde logo, a área do planeamento estratégico, nomeadamente a elaboração do QUAR e a respetiva monitorização e autoavaliação, a coordenação da elaboração do Plano de Atividades e o acompanhamento da sua execução, assim como a elaboração do Relatório de Atividades e do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e o acompanhamento da sua execução.

Para além da área do planeamento, a DPA tem a seu cargo a generalidade dos assuntos de apoio à gestão e ao funcionamento dos serviços, nomeadamente a coordenação e o acompanhamento dos assuntos financeiros e da contratação pública, que são assegurados pela SGE, no âmbito da prestação centralizada de serviços, a gestão dos contratos de aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento da DGAE, a gestão do fundo de maneiio e da emissão de guias de receita referentes à cobrança das taxas e emolumentos decorrentes das licenças e das autorizações concedidas no âmbito das competências da DGAE, a manutenção das instalações, o apoio informático, que envolve a resolução dos problemas levantados pelos utilizadores, quer de hardware quer de software, em articulação também com a SGE, a publicação de conteúdos e a gestão da informação no site da DGAE e no LinkedIn, a gestão documental, que engloba, não só a resolução de problemas, como o apoio aos utilizadores, e o registo e o encaminhamento da correspondência recebida, seja em papel, seja através do endereço de e-mail geral da DGAE.

Assim, na área do planeamento, a DPA coordenou os trabalhos inerentes à preparação do Relatório de Atividades de 2022, incluindo o apuramento de resultados e a respetiva autoavaliação, assim como a realização de inquéritos junto dos utilizadores dos serviços e dos trabalhadores da DGAE, com o conseqüente apuramento dos respetivos resultados e o tratamento estatístico dos mesmos, indispensáveis à realização dessa autoavaliação.

Tendo em vista a monitorização dos vários indicadores de gestão, em especial os previstos no QUAR de 2023, mas também os referentes às atividades enquadradas nas áreas de negócio, permitindo o acompanhamento permanente da sua execução, ao longo do ano, foram preparados um conjunto de quadros, com atualização permanente, para possibilitar a tomada de decisão e de apoio à gestão em tempo útil.

Relativamente à preparação do ciclo de gestão para o ano de 2024, foram apresentadas propostas para a definição dos objetivos e indicadores constantes do QUAR da DGAE e realizados os trabalhos de preparação, coordenação e apresentação da proposta de Plano de Atividades, também para o ano de 2024.

Foi iniciado o levantamento, junto dos serviços da DGAE, dos elementos necessários à preparação do relatório de execução do Plano de Gestão de Riscos de Gestão, Corrupção e Infrações Conexas, tendo implicado a elaboração prévia das grelhas com identificação das atividades e dos respetivos riscos.

Devido à elevada rotação de trabalhadores na DGAE, à contratação de técnicos e estagiários, no âmbito do PRR, manteve-se, em 2023, o acréscimo de trabalho no âmbito do apoio informático, em que foi também necessário assegurar as condições tecnológicas à manutenção de um número significativo de trabalhadores em regime de teletrabalho, assegurando, em simultâneo a manutenção dos respetivos postos de trabalho locais, permitindo uma flexibilidade de resposta e a gestão em simultâneo das duas situações, em teletrabalho ou em trabalho presencial. Houve também a necessidade de um apoio redobrado aos utilizadores para que não se verificassem quebras de comunicações e de acesso à informação existente nas pastas partilhadas e ao sistema de gestão documental, assim como a outros programas, onde os utilizadores tivessem necessidade de aceder. Foi prosseguida a melhoria das condições técnicas disponibilizadas aos trabalhadores, com a aquisição de mais equipamentos portáteis e de ecrãs adicionais, de maiores dimensões e com câmara incorporada, alguns dos quais no âmbito de candidaturas a meios de trabalho para promoção do teletrabalho, financiadas pelo PRR.

Uma outra vertente do apoio informático, que continuou a merecer especial atenção e que envolveu o acompanhamento, a coordenação e muitas horas de trabalho por parte da equipa da DPA, foi a do desenvolvimento dos fluxos de negócio no âmbito do sistema de gestão documental. Durante o ano de 2023, foram concluídos os trabalhos necessários à submissão de candidaturas no âmbito do Rótulo Ecológico da União Europeia, um dos fluxos mais complexos, dadas as múltiplas opções dos formulários de candidatura. Foram, também, preparadas propostas para a simplificação do fluxo automático de receção de solicitações online dos operadores económicos do setor do táxi. Tem sido, aliás, graças a esse fluxo que a DGAE tem conseguido assegurar, em tempo útil, a resposta a todas as solicitações efetuadas pelas estruturas associativas representativas deste setor e monitorizar o número de pedidos efetuados, assim como o tempo de resposta aos agentes económicos. Coube à DPA identificar eventuais constrangimentos decorrentes do financiamento dos fluxos e resolver junto dos utilizadores os problemas por eles colocados.

A DPA assegurou a publicação, no website da DGAE, após a sua validação prévia, de todas as notícias e informações úteis aos operadores económicos e ao público em geral e procedeu às atualizações dos respetivos conteúdos, de acordo com os pedidos formulados pelos serviços, tendo também passado a assegurar as publicações no *LinkedIn* da DGAE.

Foi feito o levantamento das necessidades de aquisição de bens e serviços indispensáveis ao funcionamento da DGAE e o acompanhamento permanente da execução dos respetivos contratos, alguns dos quais, devido à sua especial complexidade, implicaram um sistema de controlo mais exigente, devido ao número de faturas emitidas, onde se inclui, desde logo, o controlo financeiro dos projetos financiados pelo PRR. Com efeito, o acompanhamento da execução dos contratos, com a obrigatoriedade de nomeação de gestores para os diversos contratos, é uma atividade que requer cada vez mais tempo, preparação e dedicação, com vista à identificação e correção dos desvios entre os serviços prestados e os faturados, tendo também presente a especificidade de muitos desses serviços e dos respetivos contratos, implicando interações constantes com a SGE e com as empresas executoras.

Na área do acompanhamento da execução orçamental, a principal dificuldade teve a ver, uma vez mais, com a cativação de verbas no orçamento da DGAE e com a indisponibilidade de fundos, o que resultou no atraso de algumas contratações de bens e serviços e até em atrasos em certos pagamentos, situação que originou constrangimentos com alguns fornecedores.

Foram realizados, ao longo do ano, todos os pagamentos das despesas efetuadas por fundo de maneiio, assim como o seu registo, e enviada mensalmente à SGE toda a documentação comprovativa da realização dessas despesas, não se registando falhas nos apuramentos realizados ou a necessidade de reposição de verbas, graças à verificação prévia da conformidade de toda a documentação antes de qualquer pagamento, nos termos previstos no regulamento do fundo de maneiio.

Procedeu-se ao registo e à emissão de todas as guias de receita solicitadas pelos serviços e ao envio para a SGE dos respetivos mapas, com indicação dos valores cobrados, por tipologia de produtos ou serviços a que correspondiam essas receitas, para serem incorporadas no orçamento da DGAE e, conforme os casos, distribuídas pelos serviços envolvidos nos diversos procedimentos, os quais têm direito a parte dessas receitas, nos termos da legislação em vigor.

Foram também realizados outros serviços da responsabilidade desta Divisão, essenciais para o funcionamento da DGAE, como sucedeu com a distribuição interna e externa da correspondência, o atendimento telefónico diário e a manutenção das instalações e dos equipamentos.

De registar, ainda, que o ano de 2023 ficou marcado pela saída de recursos humanos importantes na equipa da DPA, o que constitui um fator crítico difícil de superar.

Desde logo, no início do ano de 2023, reformou-se a técnica informática que foi, nos últimos anos, o elemento mais importante da equipa no apoio informático, a que temos, também, de acrescentar o regresso ao serviço de origem do técnico informático que se encontrava em regime de mobilidade, reduzindo-se, assim, significativamente a capacidade de resposta ao nível do apoio informático.

Também no início de 2023, reformou-se a trabalhadora que restava no serviço de expediente, pelo que foi necessário um esforço suplementar por parte da restante equipa para assegurar, sem quebras, esse serviço, até ao recrutamento de novas trabalhadoras para a substituir e para substituir a colega que se tinha reformado no ano anterior, o que só aconteceu a partir de novembro.

QUADRO XXXIII
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS NO ÂMBITO DA DIVISÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (DRI)

Descrição das atividades da Divisão de Relações Institucionais	Nível de realização	Avaliação e justificação de desvios
Garantir o cumprimento dos prazos de resposta aos pedidos de parecer jurídicos da DG e de outras DS		
Indicador 1 - % de pareceres emitidos dentro do prazo		
Elaborar pareceres especializados sobre matérias de natureza jurídica para a Direção e demais unidades orgânicas da DGAE	R	Objetivo cumprido tendo sido assegurada a elaboração atempada dos pareceres solicitados.
Garantir a resposta atempada às solicitações da Tutela		
Indicador 2 - % de respostas enviadas dentro do prazo		
Colaborar e participar institucionalmente na elaboração de diplomas	R	Objetivo cumprido tendo sido assegurada uma resposta atempada às várias solicitações dirigidas à DGAE por parte da tutela.
Garantir as respostas às diversas solicitações da DG e DS		
Indicador 3 - % de respostas enviadas dentro do prazo		
Elaborar as respostas às diversas solicitações	R	Objetivo cumprido tendo sido assegurada uma resposta atempada às várias solicitações.
Assegurar a participação nas reuniões de trabalho para as quais a DRI é convocada.		
Indicador 4 - Taxa de participação em reuniões planeadas		
Colaborar e participar nas reuniões para que for convocada	R	Objetivo cumprido tendo sido assegurada a participação da DRI em todas as reuniões organizadas pelos serviços da DGAE.
Coordenar e agilizar a elaboração de pareceres conjuntos pelas direções de serviços da DGAE e com outras entidades		
Indicador 5 - N.º de pareceres conjuntos elaborados		
Garantir a articulação entre as várias DS	R	Objetivo cumprido tendo sido assegurada a elaboração de pareceres conjuntos pela direção de serviços da DGAE e com outras entidades.

QUADRO XXXIV AUTOAVALIAÇÃO PELA DIVISÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (DRI)

No âmbito da atividade desenvolvida pela Divisão de Relações Institucionais (DRI) no ano de 2023, as questões suscitadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência adquiriram uma especial relevância, tendo esta Divisão elaborado vários pareceres e respostas sobre as diversas questões colocadas.

Deu-se ainda resposta a um elevado número de pedidos de parecer sobre projetos de diploma em circuito legislativo, bem como a vários pedidos de contributos sobre Projetos de Resolução e perguntas parlamentares apresentados pelos vários partidos representados na Assembleia da República.

Com vista a garantir uma resposta concertada e atempada aos pedidos do Gabinete do Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, a DRI coordenou internamente, com as várias Direções de Serviços competentes em razão da matéria em causa, a elaboração dos pareceres sobre os projetos de diploma em circuito legislativo.

Foram também desenvolvidas outras ações de apoio às Direções de Serviço, nomeadamente nas áreas do Comércio, Serviços e Restauração, da Política Empresarial e da Sustentabilidade Empresarial.

Em relação às restantes atividades atribuídas a esta Divisão, foram igualmente elaborados, atempadamente, diversos pareceres especializados, pedidos pela Direção e demais unidades orgânicas da DGAE sobre matérias de natureza jurídica e garantiu-se uma célere resposta às várias solicitações dirigidas a esta Direção-Geral, tais como denúncias e pedidos de informação nas mais diversas áreas.

2.4 *Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados*

A DGAE conseguiu realizar a generalidade das atividades que tinham sido planeadas para o ano de 2023. De facto, como se pode constatar no quadro XXXV, que resume o nível de realização das atividades realizadas por Unidade Orgânica, foram realizadas 307 das 348 atividades planeadas. Apenas não se realizaram 35 atividades, o que corresponde a 10,06%, o que permite afirmar que estas não comprometeram a concretização dos objetivos identificados no QUAR da DGAE.

Quadro XXXV - Nível de realização das atividades previstas por Unidade Orgânica

Serviço	Nível de realização das atividades			
	R	NR	T	TOTAL
DSCSR	58	1	3	62
DSSE	54	21	2	77
DSPE	39	3	0	42
DSAE	31	9	0	40
DSCI	71	0	0	71
DDO	26	0	1	27
DPA	23	1	0	24
DRI	5	0	0	5
TOTAL	307	35	6	348

Os motivos para a não realização das atividades previstas para o ano de 2023 relacionam-se, sobretudo, com motivos alheios à DGAE, como, por exemplo, a não realização de atividades que não dependem da iniciativa desta Direção-Geral, a não convocação para participação em determinadas atividades da responsabilidade de outras entidades e a não solicitação de contributos relacionados com atividades em que a DGAE, normalmente participa. Além destes, constrangimentos verificados ao nível dos recursos financeiros e humanos contribuíram, igualmente, para a não realização de algumas atividades.

2.5 Avaliação dos serviços prestados

A avaliação da satisfação dos utilizadores dos serviços da DGAE que solicitam esclarecimentos às diversas unidades orgânicas da DGAE, no âmbito das suas competências, é uma ferramenta fundamental para a promoção da melhoria contínua do desempenho da DGAE. Permite identificar áreas de melhoria de forma a garantir que os serviços prestados aos utilizadores desses serviços têm a qualidade exigida.

Por esta razão, no ano de 2023, foram implementados questionários relativos a áreas de atividade específicas da DGAE, as quais, normalmente, recebem mais solicitações, por correio eletrónico, por parte de potenciais utilizadores dos serviços desta Direção-Geral.

Os questionários foram realizados através do envio de uma hiperligação no correio eletrónico de resposta a todas as solicitações que foram efetuadas pelos utilizadores da DGAE no decorrer do ano de 2023. As respostas foram recolhidas através da plataforma disponibilizada pelo website da DGAE, em cujas tabelas se baseia a análise realizada.

A análise dos níveis de satisfação baseia-se na escala de *Likert*¹³, de acordo com a qual os respondentes do questionário classificaram a sua satisfação nos seguintes níveis: 1 – Muito Insatisfeito; 2 – Insatisfeito; 3 – Pouco Satisfeito; 4 – Satisfeito; 5 – Muito Satisfeito. Além de poderem classificar a sua satisfação de acordo com esta escala, os inquiridos tiveram, também, a hipótese de deixar sugestões de melhoria, caso entendessem.

Os resultados obtidos nos questionários que foram realizados nas áreas listadas no quadro XXXVI, permitem afirmar que os utilizadores dos serviços da DGAE estão satisfeitos com a qualidade da resposta dada às solicitações por si efetuadas. De facto, tendo em conta as médias de satisfação (média aritmética) registadas por área, é possível verificar que os inquiridos estão

¹³ A escala de *Likert* é uma escala de classificação das respostas a questionários que permite medir as atitudes e conhecer o grau de conformidade dos inquiridos em relação às questões colocadas.

muito satisfeitos em relação a quatro dessas áreas e pouco satisfeitos em relação a uma. Finalmente, dois dos questionários realizados não registaram qualquer respostas.

Quadro XXXVI - Resultados do inquérito de satisfação por parte dos destinatários dos serviços

Grau de satisfação dos/as utilizadores/as que solicitam esclarecimentos no âmbito das competências da DGAE 2023		
Área	Nº de respostas	Grau de Satisfação
Autorizações DSCSR	1	5
Barreiras ao Comércio	0	
Colocação Materiais Fertilizantes	3	3,67
Novos Produtos do Tabaco	10	5
Precusores de droga	3	4,67
RJACSR	83	4,78
Rótulo Ecológico	0	

MI - Muito Insatisfeito, I - Insatisfeito, PS - Pouco Satisfeito, S - Satisfeito, MS - Muito Satisfeito

Como referido, além de poderem classificar a sua satisfação, os utilizadores dos serviços da DGAE tiveram, igualmente, oportunidade de efetuar sugestões de melhoria, caso o entendessem necessário. Neste sentido, verificou-se que 28 dos respondentes aos questionários fizeram apreciações qualitativas dos serviços prestados, as quais incluem, não verdadeiras sugestões de melhorias dos serviços, mas antes simples comentários.

2.6 Avaliação dos trabalhadores e dos dirigentes intermédios

A avaliação da satisfação e da motivação dos trabalhadores e dos dirigentes intermédios da DGAE relativa a um conjunto diversificado de temas referentes ao funcionamento desta Direção-Geral é um elemento importante para a melhoria continua do desempenho da DGAE.

Neste sentido, relativamente ao ano de 2023, procedeu-se à implementação de questionários de satisfação, tanto aos trabalhadores, como aos dirigentes intermédios da DGAE. O modelo utilizado para os questionários foi adaptado do modelo da *Common Assessment Framework*¹⁴ 2013 (Anexo IV), publicado pela Direção-Geral do Administração e do Emprego Público.

Ambos os questionários foram implementados através do envio de uma hiperligação, por correio eletrónico, para todos os trabalhadores e dirigentes intermédios que exerceram funções na DGAE no ano de 2023¹⁵. As respostas foram recolhidas através da plataforma *Microsoft Forms*, em cujas tabelas de dados se baseia a análise apresentada de seguida.

A escala do presente questionário que permitirá analisar os níveis de satisfação foi adaptada a partir da escala de *Likert*¹⁶. De acordo com a escala utilizada, os respondentes classificaram o seu grau de satisfação em: 1 – Mau; 2 – Insatisfatório; 3 – Satisfatório; 4 – Bom; 5 – Excelente. A análise dos níveis de motivação baseia-se, igualmente, na escala de *Likert*: 1 – Muito Desmotivado; 2 – Desmotivado; 3 – Pouco Motivado; 4 – Motivado; 5 – Muito Motivado.

Além desta escala, os inquiridos tiveram também a hipótese de classificar a sua resposta com “Não Sabe/Não Responde” (NS/NR), sempre que não tivessem informação para responder ou não o quisessem fazer.

¹⁴ A Estrutura Comum de Avaliação é um modelo de autoavaliação que permite fazer o diagnóstico do desempenho de organizações da Administração Pública, bastante utilizado pelas organizações públicas europeias. Utiliza-se comumente a sigla em inglês, CAF.

¹⁵ Excetuando-se os trabalhadores que, entretanto, deixaram de exercer funções na DGAE até à data de realização do questionário.

¹⁶ A escala de *Likert* é uma escala de classificação das respostas a questionários que permite medir as atitudes e conhecer o grau de conformidade dos inquiridos em relação às questões colocadas.

Finalmente, será realizada, também, a análise comparativa entre os resultados registados em 2023 e 2022, visto que ambos os questionários utilizaram a mesma escala de satisfação e motivação e a mesma estrutura de perguntas e subperguntas.

De seguida, são apresentados os resultados específicos de cada um dos questionários referidos anteriormente.

2.6.1. Trabalhadores

O questionário de satisfação dos trabalhadores da DGAE foi implementado entre os dias 5 e 16 de fevereiro de 2024. Dos 81 trabalhadores inquiridos, que desempenharam funções na DGAE, em 2023, responderam 46, o que representa uma taxa de resposta de 56,8%.

Quadro XXXVII - Resultados do questionário de satisfação interno

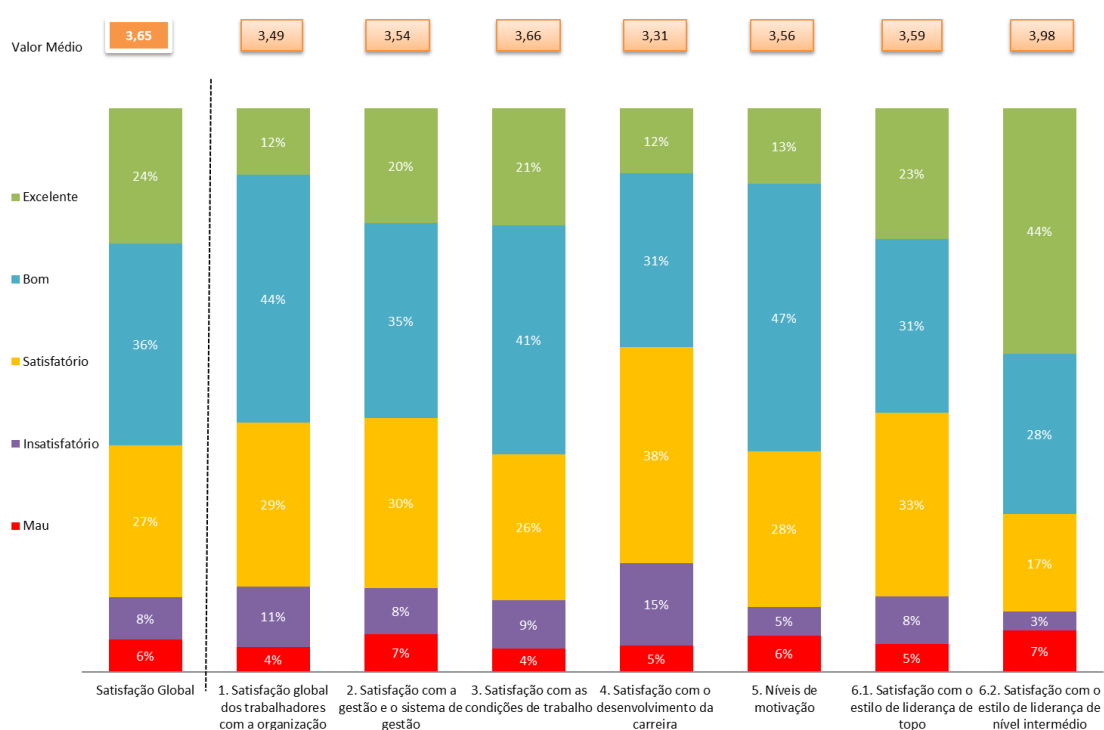
Grupos	M	I	S	B	E	NS/NR
1. Satisfação global dos trabalhadores com a organização	4,11%	9,90%	26,81%	40,58%	10,87%	7,73%
2. Satisfação com a gestão e o sistema de gestão	6,28%	7,73%	28,26%	32,61%	19,08%	6,04%
3. Satisfação com as condições de trabalho	3,86%	7,97%	24,15%	37,92%	19,32%	6,76%
4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira	4,35%	13,77%	36,23%	28,99%	10,87%	5,80%
5. Níveis de motivação	6,09%	4,78%	26,09%	44,78%	12,61%	5,65%
6.1. Satisfação com o estilo de liderança de topo	4,15%	7,11%	27,67%	26,09%	19,57%	15,42%
6.2. Satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio	7,19%	3,18%	16,89%	27,76%	42,47%	2,51%
Total	5,27%	7,04%	25,02%	33,20%	22,14%	7,33%

M - Mau, I - Insatisfatório, S – Satisfatório, B – Bom, E - Excelente, NS/NR - Não Sabe/Não Responde

O quadro XXXVII apresenta os resultados globais do questionário, nomeadamente as taxas de resposta dadas pelos respondentes em cada uma das opções, incluindo aqueles que, por falta de informação ou por não quererem responder, selecionaram a opção NS/NR.

O gráfico 6 apresenta os resultados obtidos em cada uma das perguntas do questionário em termos de satisfação e de motivação, de acordo com a escala utilizada. Os valores analisados, tanto em termos de níveis, como de médias de satisfação e de motivação, excluem os valores relativos a NS/NR.

Gráfico 7 - Satisfação Global por Áreas



M - Mau, I - Insatisfatório, S – Satisfatório, B – Bom, E - Excelente

Analisando os resultados obtidos em termos das médias de satisfação por pergunta (média aritmética ponderada), é possível constatar (gráfico 7), que as médias de satisfação se situam entre os 3,31 (*satisfação com o desenvolvimento da carreira*) e os 3,98 (*satisfação com o estilo de liderança da gestão de nível intermédio*).

Quanto aos níveis de satisfação obtidos em todas as perguntas, é possível verificar que estes são elevados. A percentagem dos respondentes que selecionaram a opção **Bom** varia entre os **28%** (*satisfação com o estilo de liderança da gestão de nível intermédio*) e os **44%** (*satisfação global*).

dos trabalhadores com a organização). Da mesma forma, os valores relativos aos respondentes que optaram por **Satisfatório** são igualmente elevados: as percentagens variam entre os **17%** (*satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio*) e os **38%** (*satisfação com o desenvolvimento da carreira*). Segue-se o nível **Excelente**, o qual varia entre os **12%** (*satisfação global dos trabalhadores com a organização e satisfação com o desenvolvimento da carreira*) e os **44%** (*satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio*). Relativamente aos respondentes que selecionaram a opção **Insatisfatório**, as percentagens situam-se entre os **3%** (*satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio*) e os **15%** (*satisfação com o desenvolvimento da carreira*). Os níveis percentuais relativos a **Mau** são os mais reduzidos do questionário: entre os **4%** (*satisfação global dos trabalhadores com a organização e satisfação com as condições de trabalho*) e os **7%** (*satisfação com a gestão e os sistemas de gestão e satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio*).

Relativamente à motivação dos trabalhadores da DGAE, é possível constatar que a média de motivação registada é de **3,56** e que, no que diz respeito aos níveis de motivação, é possível constatar que **47%** dos respondentes consideram estar **motivados**, **28%** **pouco motivados** e **13%** **muito motivados**. Já **6%** estão **muito desmotivados** e **5%** **desmotivados**.

Procedendo à análise dos resultados máximos alcançados por nível da escala utilizada, destacam-se os mais elevados:

- **Excelente: 44%**, na pergunta relativa ao estilo de liderança da gestão de nível intermédio;
- **Bom: 44%**, na pergunta relacionada com satisfação global dos trabalhadores com a organização;
- **Satisfatório: 38%**, na pergunta sobre satisfação com o desenvolvimento da carreira;
- **Insatisfatório: 15%**, na pergunta relacionada com a satisfação com o desenvolvimento da carreira;
- **Mau: 7%**, na pergunta satisfação com a gestão e os sistemas de gestão e satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio.

Quadro XXXVIII - Comparação dos resultados do questionário de satisfação interno

Grupos	M		I		S		B		E		Média	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Satisfação Global	6%	6%	8%	8%	30%	27%	38%	36%	18%	24%	3,55	3,65
1. Satisfação global dos trabalhadores com a organização	5%	4%	11%	11%	38%	29%	39%	44%	7%	12%	3,30	3,49
2. Satisfação com a gestão e o sistema de gestão	5%	7%	9%	8%	33%	30%	40%	35%	14%	20%	3,50	3,54
3. Satisfação com as condições de trabalho	4%	4%	8%	9%	30%	26%	35%	41%	22%	21%	3,62	3,66
4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira	12%	5%	13%	15%	46%	38%	26%	31%	4%	12%	2,96	3,31
5. Níveis de motivação	9%	6%	6%	5%	33%	28%	42%	47%	11%	13%	3,40	3,56
6.1. Satisfação com o estilo de liderança de topo	7%	5%	9%	8%	28%	33%	39%	31%	16%	23%	3,47	3,59
6.2. Satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio	6%	7%	4%	3%	19%	17%	40%	28%	33%	44%	3,90	3,98

M - Mau, I - Insatisfatório, S – Satisfatório, B – Bom, E - Excelente, NS/NR - Não Sabe/Não Responde

Através da análise comparativa com os resultados obtidos no questionário realizado em 2022, é possível constatar que, em termos dos valores globais médios, se verificou um aumento da média global de satisfação, a qual passou de 3,55, registada em 2022, para 3,65, em 2023. No que diz respeito aos níveis percentuais globais, registou-se uma redução em termos da percentagem de respondentes que selecionaram as opções **Bom**, passou de **38%** para **36%**, e a opção **Satisfatório**, que passou de **30%** para **27%**. Quanto ao valor percentual global relacionado com a opção **Excelente**, registou-se um aumento de **18%** para **24%**. Relativamente aos níveis **Insatisfatório** e **Mau** não se registaram alterações, tendo-se mantido o valor percentual.

Analisando os resultados ao nível das respostas a cada uma das perguntas, é possível concluir que, em termos de valor médio global, se verificou um aumento em todas as médias de satisfação, destacando-se os aumentos verificados na: *satisfação com o desenvolvimento da carreira*, que passou de **2,96** para **3,31**; e na *satisfação global dos trabalhadores com a organização*, que passou de **3,30** para **3,49**.

Relativamente aos níveis de satisfação obtidos nas perguntas, é de salientar as alterações verificadas nas seguintes perguntas:

- *Satisfação global dos trabalhadores com a organização*, onde se verificou uma redução na percentagem de respondentes que selecionou a opção Satisfatório, que passou de **38%** para **29%**.
- *Satisfação com o desenvolvimento da carreira*, em que verificaram descidas no nível de satisfação correspondente ao nível **Bom**, que passou de **46%** para **38%** e aumentos no nível de satisfação **Excelente**, que aumento de **4%** para **12%**;
- e na pergunta *satisfação com o estilo de liderança da gestão de nível intermédio*, onde se registou a maior descida de todo o questionário, verificada no nível relacionado com os respondentes que optaram pela opção **Bom** que passou de **40%** para **28%**, assim como a maior subida, verificada naqueles que optaram pela opção **Excelente**, que subiu dos **33%** para os **44%**.

Quanto aos resultados relativos à motivação dos respondentes deste questionário, em termos de valores médios, verificou-se um aumento em relação à média obtida em 2022, já que a média subiu dos **3,40** para os **3,56**. No que diz respeito aos níveis de motivação, destaca-se a subida nos respondentes que dizem estar **motivados**, a qual passou de **42%** para **47%**. Relativamente aos níveis que registaram uma redução, destaca-se o verificado nos respondentes que estão **pouco motivados**, que baixou de **33%** para **28%**.

A partir da análise realizada, é possível constatar que, genericamente, os trabalhadores estão satisfeitos e motivados, tendo em conta que todos os níveis e médias de satisfação e motivação registaram valores positivos

2.6.2. Dirigentes intermédios

O questionário de satisfação dos dirigentes intermédios da DGAE realizou-se, igualmente, os dias 5 e 16 de fevereiro de 2024. Dos 17 dirigentes intermédios inquiridos responderam 10, o que representa uma taxa de resposta de 58,8%.

Quadro XXXIX - Resultados do questionário de satisfação interno

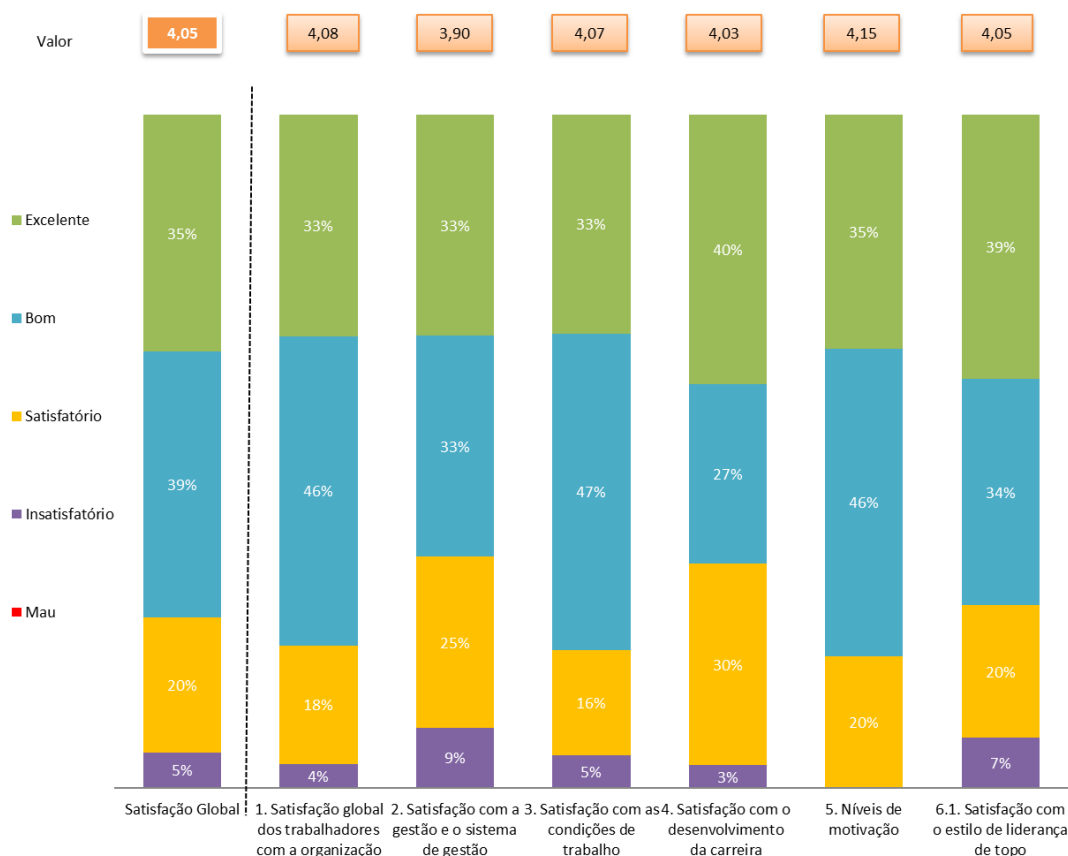
Grupos	M	I	S	B	E	NS/NR
1. Satisfação global dos trabalhadores com a organização	0,00%	3,33%	16,67%	43,33%	31,11%	5,56%
2. Satisfação com a gestão e o sistema de gestão	0,00%	8,57%	24,29%	31,43%	31,43%	4,29%
3. Satisfação com as condições de trabalho	0,00%	4,44%	14,44%	43,33%	30,00%	7,78%
4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira	0,00%	3,33%	30,00%	26,67%	40,00%	0,00%
5. Níveis de motivação	0,00%	0,00%	18,00%	42,00%	32,00%	8,00%
6.1. Satisfação com o estilo de liderança de topo	0,00%	7,27%	19,09%	32,73%	38,18%	2,73%
Total	0,00%	5,00%	19,09%	37,50%	33,41%	5,00%

M - Mau, I - Insatisfatório, S – Satisfatório, B – Bom, E - Excelente, NS/NR - Não Sabe/Não Responde

O quadro XXXIX apresenta os resultados globais do questionário em termos percentuais, nomeadamente as taxas de resposta dadas pelos respondentes em cada das opções. Nesse quadro, estão incluídos aqueles que, por falta de informação ou por não quererem responder, selecionaram a opção NS/NR.

O gráfico 8 apresenta os resultados obtidos em cada uma das questões do questionário em termos de satisfação e de motivação, de acordo com a escala utilizada. Esses valores, tanto em termos de níveis como de médias de satisfação e de motivação, que serão analisados seguidamente, excluem os valores relativos a NS/NR.

Gráfico 8 - Satisfação Global por Áreas



M - Mau, I - Insatisfatório, S – Satisfatório, B – Bom, E - Excelente

As médias de satisfação (média aritmética ponderada) registadas situam-se praticamente todas no nível relativo aos respondentes que selecionaram a opção Bom, destacando-se as médias relativas à satisfação global dos trabalhadores com a organização, **4,08**, e com a satisfação com as condições de trabalho, **4,07**. A exceção é a média obtida na pergunta *Satisfação com a gestão e o sistema de gestão*, que obteve uma média de **3,90**.

Relativamente aos níveis de satisfação registados, estes são elevados em todas as perguntas. A percentagem dos respondentes que classificaram a sua resposta como **Bom**, situa-se entre os **27%** (*Satisfação com o desenvolvimento da carreira*) e os **47%** (*Satisfação com as condições de*

trabalho). Quanto à percentagem dos que classificaram o seu nível de satisfação como **Excelente**, esta varia entre os **33%** (*satisfação global dos trabalhadores com a organização; Satisfação com a gestão e o sistema de gestão; Satisfação com as condições de trabalho*) e os **40%** (*Satisfação com o desenvolvimento da carreira*). No que diz respeito aos selecionaram o nível **Satisfatório**, a percentagem varia entre os **16%** (*Satisfação com as condições de trabalho*) e os **30%** (*Satisfação com o desenvolvimento da carreira*). Os respondentes que optaram pelo nível **Insatisfatório** situam-se entre os **3%** (*Satisfação com o desenvolvimento da carreira*) e os **9%** (*Satisfação com a gestão e o sistema de gestão*). Não se registou nenhum valor relativo ao nível **Mau**.

Relativamente à motivação, a outra dimensão em análise neste questionário, esta registou um valor médio de 4,15 e, em termos dos níveis de satisfação, é possível verificar que dos respondentes, 46% estão motivados, 35%, muito motivados e 20% pouco motivados.

De forma resumida, e apenas para os resultados mais elevados, por nível de satisfação, verifica-se o seguinte:

- Excelente: **40%**, na pergunta *Satisfação com o desenvolvimento da carreira*;
- Bom: **47%**, na pergunta *Satisfação com as condições de trabalho*;
- Satisfatório: **30%**, na pergunta *Satisfação com o desenvolvimento da carreira*;
- Insatisfatório: **9%**, na pergunta *Satisfação com a gestão e o sistema de gestão*;
- Mau: não se registaram valores relativos a este nível de satisfação.

Quadro XL - Comparação dos resultados do questionário de satisfação interno

Grupos	M		I		S		B		E		Média	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Satisfação Global	2%	0%	7%	5%	29%	20%	45%	39%	16%	35%	3,66	4,05
1. Satisfação global dos trabalhadores com a organização	2%	0%	4%	4%	25%	18%	49%	46%	20%	33%	3,80	4,08
2. Satisfação com a gestão e o sistema de gestão	3%	0%	9%	9%	35%	25%	43%	33%	10%	33%	3,49	3,90
3. Satisfação com as condições de trabalho	2%	0%	4%	5%	22%	16%	49%	47%	22%	33%	3,85	4,07
4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira	3%	0%	6%	3%	45%	30%	45%	27%	0%	40%	3,33	4,03
5. Níveis de motivação	0%	0%	4%	0%	24%	20%	50%	46%	22%	35%	3,91	4,15
6.1. Satisfação com o estilo de liderança de topo	3%	0%	11%	7%	33%	20%	39%	34%	14%	39%	3,50	4,05

Da análise comparativa entre os resultados obtidos nos questionários de 2023 e de 2022, é possível constatar que, em termos dos valores globais médios, a média global de satisfação subiu de **3,66**, em 2022, para **4,05**, em 2023. Em termos dos níveis de satisfação globais, registou-se um aumento dos respondentes que selecionaram a opção **Excelente**, que subiu de **16%** para os **35%**. Quanto aos níveis **Bom** e **Satisfatório**, registaram uma descida de **45%** e de **29%**, respetivamente, em 2022, para **39%** e **20%**, respetivamente, em 2023. O nível **Insatisfatório** registou uma ligeira descida dos **7%**, em 2022, para os **5%**, em 2023, o mesmo tendo acontecido com o nível **Mau**, que desceu dos **2%**, em 2022, para os **0%**, em 2023.

Os resultados registados ao nível de cada uma das perguntas, permite concluir que, em termos das respetivas médias globais, se registou um aumento em todas as perguntas que constituem o questionário, destacando-se a subida de **3,33** para **4,03**, registada na pergunta *Satisfação com o desenvolvimento da carreira* e a subida de **3,50** para **4,05**, na pergunta *Satisfação com o estilo de liderança da gestão de topo*.

Relativamente aos níveis de satisfação obtidos nas perguntas, é de salientar as alterações verificadas nas seguintes perguntas:

- *Satisfação com o desenvolvimento da carreira:* verificou-se um aumento da percentagem de respondentes que selecionou a opção Excelente, a qual passou de 0% para 40%;
- *Satisfação com o estilo de liderança da gestão de topo:* registou-se um aumento da percentagem de respondentes que selecionou a opção Excelente, que passou de 14%, para 39%;
- *Satisfação com a gestão e o sistema de gestão:* houve uma alteração da percentagem de respondentes que selecionou a opção Excelente, visto esta ter passado de 10% para 33%.

No que diz respeito às alterações verificadas nos resultados referentes à motivação, é possível constatar que a média global registou uma subida dos **3,91**, registados em 2022, para os **4,15**, registados em 2023. Quanto aos resultados obtidos por nível de motivação, é de salientar a alteração verificada nos respondentes que afirmam estar muito motivados, cujo nível percentual subiu de **22%**, em 2022, para **35%**, em 2023.

Em termos das subperguntas que fazem parte da pergunta relacionada com a motivação dos dirigentes intermédios, verifica-se que houve uma subida dos **22%**, em 2022, para os **35%**, em 2023, dos respondentes que afirmam estar **Muito Motivados**, tendo-se verificado ligeiras descidas nos valores relativos a **Motivado** e **Pouco Motivado**, os quais desceram de **50%** para **46%** e de **24%** para **20%**, respetivamente.

Com base na análise realizada anteriormente, é possível concluir que, genericamente, os dirigentes intermédios estão satisfeitos e motivados, tendo em conta que, tanto as médias, como os níveis de satisfação e motivação, registaram valores elevados.

2.7 *Relatório de Formação*

O relatório de formação, que contém os resultados relativos ao Plano de Formação relativo ao ano de 2023, pode ser consultado no Anexo VI.

2.8 *Avaliação do sistema de controlo interno*

O sistema de controlo interno compreende o conjunto de procedimentos de gestão, financeiros e administrativos, estabelecidos por lei ou concebidos e colocados em prática pelos órgãos de gestão, para salvaguarda dos seus ativos e com vista a garantir uma gestão eficiente e eficaz dos seus recursos humanos, físicos e financeiros. A avaliação do controlo interno da DGAE será efetuada tendo por base as respostas às questões identificadas nas linhas gerais de orientação do Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços e que constam do quadro XL.

Para efeitos dessa avaliação, é importante referir que compete à Secretaria-Geral da Economia (SGE)¹⁷, em articulação com a DGAE, assegurar a prestação centralizada de serviços comuns nas seguintes áreas:

- Recursos humanos, formação e aperfeiçoamento profissional;
- Apoio jurídico e contencioso;
- Financeira e orçamental;
- Aquisição de bens e serviços e contratação;
- Logística e patrimonial;
- Documentação e informação;
- Comunicação e relações-públicas, inovação e modernização e política de qualidade;
- Tecnologias de informação e comunicação (TIC).

A organização e condução dos processos pela SGE, nomeadamente de aquisição de bens e serviços e contratação, é efetuada com salvaguarda das competências próprias da dirigente

¹⁷ Nos termos do Decreto-Lei n.º 76/2015, de 12 de maio, diploma que aprovou a Lei Orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Economia.

máxima do serviço, que pratica os respetivos atos decisórios¹⁸, nos termos do estatuto do pessoal dirigente.

Deste modo, algumas das áreas relativas ao sistema de controlo interno devem ser asseguradas pela SGE, pelo que, no quadro seguinte, é selecionada a opção “não aplicável” sempre se verificar essa situação, o que é explicitado na coluna da fundamentação.

QUADRO XLI – Avaliação do sistema de controlo interno

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?			X	As especificações técnicas do sistema de controlo interno devem ser asseguradas pelos serviços da SGE, no âmbito da prestação centralizada de serviços.
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			Sem prejuízo das atribuições que são asseguradas pela SGE, nomeadamente nas áreas da contratação de bens e serviços, assim como na área financeira, internamente é assegurada, por parte dos dirigentes dos serviços a verificação da legalidade, da regularidade e da boa gestão dos procedimentos.
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	Não existe na estrutura orgânica da DGAE uma equipa de controlo e auditoria, sendo essas competências e atribuições asseguradas, no âmbito do Ministério da Economia e do Mar, pela SGE.
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			A DGAE dispõe de um Código de Ética e Conduta e de um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, encontrando-se ambos disponíveis na respetiva página eletrónica. A DGAE aprovou, também, um Manual de Controlo Interno para a gestão dos projetos do Plano de Recuperação e Resiliência de que é entidade gestora.
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			Foi efetuado pela DGAE um diagnóstico/levantamento de necessidades de formação que foi integrado no plano de formação elaborado pela SGE.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Estão institucionalizados contactos regulares entre os dirigentes de topo e os dirigentes das unidades orgânicas, nomeadamente através da realização de reuniões de coordenação, com periodicidade semanal.
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?			X	No ano de 2023, a DGAE não foi objeto de auditorias. As últimas auditorias foram realizadas pela IGF em 2013, tendo o relatório sido publicado em 2014, e pelo

¹⁸ Ou, nas suas ausências e impedimentos, por parte de quem tiver competências subdelegadas, no caso a Subdiretora-Geral.

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
				Tribunal de Contas, em 2017, abrangendo o controlo da execução dos contratos de contrapartidas - relatório do TC n.º 19/2017.
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			A estrutura organizacional encontra-se estabelecida em diplomas legais, nomeadamente, no Decreto Regulamentar n.º 5/2015, de 20/07, que aprova a orgânica da DGAE, e na Portaria n.º 316/2015, de 30/09, que estabelece a estrutura nuclear da DGAE e as competências das unidades nucleares.
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			Nos termos da Lei n.º 66-B/2007, todos os trabalhadores que, de acordo com o Conselho Coordenador de Avaliação (CCA), reuniam os requisitos para serem avaliados foram objeto de avaliação em 2023, relativamente ao biénio 2021-2022. No que se refere à avaliação do SIADAP 2, o CCA decidiu que os dirigentes relevavam a última avaliação obtida enquanto técnicos superiores.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			De acordo com a informação constante do Balanço Social (anexo ao presente Relatório), em 2023, 38% dos trabalhadores frequentaram pelo menos uma ação de formação.
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			A DGAE dispõe de um manual com vários procedimentos internos aprovados e de um manual de controlo interno específico para a gestão dos projetos financiados pelo PRR. Para além disso, são aplicados supletivamente à DGAE os procedimentos da SGE nas áreas abrangidas pela prestação centralizada de serviços.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Os procedimentos de contratação são instruídos pela SGE, competindo à Diretora-Geral a autorização da respetiva despesa e, nas suas ausências e impedimentos à Subdiretora-Geral” os termos da respetiva deleção de competências.
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			As contratações de bens e serviços são anualmente previstas em sede de preparação do orçamento de Estado e são efetuadas, no início de cada ano, as respetivas manifestações de necessidades, com vista à abertura dos procedimentos de contratação por parte da SGE, no âmbito da prestação centralizada de serviços.
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	A especificidade das funções exercidas nos vários serviços e a insuficiência de recursos humanos torna praticamente impraticável a implementação de um sistema de rotação de funções entre trabalhadores.

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas estão claramente definidas em cada Unidade Orgânica. Para além disso, existem, em determinadas áreas, procedimentos com regras claras sobre as responsabilidades e formalidades a cumprir pelos serviços. Por outro lado, no âmbito da prestação centralizada de serviços com a SGE, as responsabilidades pelas diferentes funções e tarefas, conferências e controlos estão também estabelecidas.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Para além dos circuitos e dos fluxos que estão definidos no Sistema de Gestão Documental, nas áreas em que há interação com os agentes económicos, a generalidade dos procedimentos e fluxos estão desmaterializados no balcão do <i>ePortugal</i> .
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Os circuitos estão definidos e implementados, nomeadamente, através do registo e encaminhamento de toda a documentação através do sistema de gestão documental, com regras muito definidas sobre o acesso à documentação e, nalguns casos estão automatizados através de fluxos.
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			Existe um Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, que foi aprovado em 14 de setembro de 2022.
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?		X		Atendendo à data em que foi aprovado o atual Plano, o a monitorização foi efetuada no final de 2023 e o relatório será apresentado em 2024.
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			Existe uma aplicação informática na área da gestão documental, que permite a gestão e a circulação da informação e da documentação produzida internamente e da recebida do exterior. Para registo da assiduidade, existe também uma aplicação informática que é gerida pela SGE. As aplicações das áreas da contabilidade e da tesouraria são asseguradas pela SGE, com exceção das guias de receita emitidas pela DGAE, através de uma aplicação própria.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			A aplicação informática para registo da assiduidade poderá estar integrada com outras aplicações, no âmbito da SGE.
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?			X	A fiabilidade dos sistemas de informação deve ser assegurada pela SGE, no âmbito das suas competências no domínio específico das tecnologias de informação e comunicação.
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			A DGAE dispõe de um conjunto de quadros para monitorização permanente dos objetivos do QUAR e de outros indicadores de acompanhamento de diversas

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
				atividades, que permitem aos dirigentes extrair informação para efeitos de decisão.
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Existem requisitos de segurança que são assegurados pelos serviços de informática da SGE e cada utilizador só acede aos equipamentos e às aplicações através de palavras-passe, existindo também nas pastas partilhadas várias permissões de acessos, consoante o tipo de utilizadores.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i>)?			X	Deve ser assegurada pela SGE, no âmbito da prestação centralizada de serviços.
4.7 A segurança na troca de informações e <i>software</i> está garantida?			X	Deve ser assegurada pela SGE, no âmbito da prestação centralizada de serviços.

III. BALANÇO SOCIAL

Nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, os serviços e organismos da administração pública central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados e fundos públicos que, no termo de cada ano civil, tenham um mínimo de 50 trabalhadores ao seu serviço devem elaborar anualmente o seu balanço social, com referência a 31 de dezembro do ano anterior.

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, o Balanço Social deve integrar o Relatório de Atividades de cada serviço da Administração Pública, articulando-se com o respetivo ciclo de gestão.

Tendo em conta que a DGAE não dispõe de uma unidade orgânica específica relacionada com a gestão dos Recursos Humanos, visto que, no âmbito da prestação centralizada de serviços comuns, a gestão dessa área é assegurada pela Secretaria-Geral da Economia, os quadros que integram o Balanço Social da DGAE foram preenchidos pelos serviços dessa Secretaria-Geral.

Neste âmbito, serão apresentados apenas os dados que se consideram mais significativos, procedendo-se à comparação, sempre que possível, com os dados de anos anteriores, de forma a permitir apresentar, de forma mais precisa, a evolução que se tem verificado na área dos Recursos Humanos da DGAE.

O mapa de pessoal da DGAE, aprovado para o ano de 2023, previa 129 postos de trabalho. Contudo, como se pode constatar no Quadro XLII, a 31 de dezembro de 2023, apenas 100 desses postos estavam ocupados, o que significa que a taxa de ocupação foi de cerca de 77,51%. Comparando com 2022, verificou-se uma diminuição de 2 postos de trabalhos ocupados.

QUADRO XLII – Recursos Humanos por categoria

Categorias	2022	2023
Diretor-Geral	1	1
Subdiretor-Geral	1	1
Diretor de Serviços	5	5
Chefe de Divisão	13	12
Técnico Superior	61	61
Assistente Técnico	12	14
Assistente Operacional	4	2
Especialista de Informática	3	3
Técnico de Informática	2	1
TOTAL	102	100

Relativamente às modalidades de vinculação que caracterizam o mapa de pessoal descrito anteriormente, é possível verificar que se registou um decréscimo relativamente ao ano de 2022. A maior parte é constituída pelos contratos de trabalho funções públicas por tempo indeterminado, que representam 81% do universo, e pelas comissões de serviço, que representam 19%, como se pode constatar no Quadro XLIII.

QUADRO XLIII – Trabalhadores por modalidade de vinculação

Tipo de contrato	2022		2023	
Comissão de Serviço no âmbito da LTFP	20	20%	19	19%
CT em Funções Públicas por tempo indeterminado	82	80%	81	81%
TOTAL	102	100%	100	100%

No que diz respeito ao nível de qualificação, é possível constatar, através da leitura do Quadro XLIV que 83 trabalhadores da DGAE possuem formação superior e, por isso, estão inseridos em cargos, carreiras ou categorias que exigem esse tipo de habilitação, o que significa que o índice de tecnicidade da DGAE em sentido lato é de cerca de 83%, visto que do total de 100 trabalhadores, 83 possuem formação superior e, por isso, estão inseridos em cargos, carreiras ou categorias que exigem esse tipo de habilitação. Quanto ao índice de tecnicidade restrita (ver Quadro XLVII), este foi de 61%. Relativamente ao número total de trabalhadores, é de referir

que 19% possuem mestrado e que 2%, doutoramento. Comparando com 2022, verificou-se um aumento de 1% em ambos esses índices, visto que, nesse ano foram de 82% e de 60% respetivamente. Este facto deve-se ao nível elevado de trabalho técnico desenvolvido pela DGAE, que requer habilitações bastante qualificadas.

QUADRO XLIV – Trabalhadores, por nível de qualificação

Nível de qualificação	2022		2023	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Doutoramento	2	2%	2	2%
Mestrado	19	19%	19	19%
Licenciatura	63	62%	62	62%
12º Ano	5	5%	8	8%
11º Ano	2	2%	2	2%
9º Ano	7	7%	4	4%
6º Ano	3	3%	2	2%
4º Ano	1	1%	1	1%
TOTAL	102	100%	100	100%

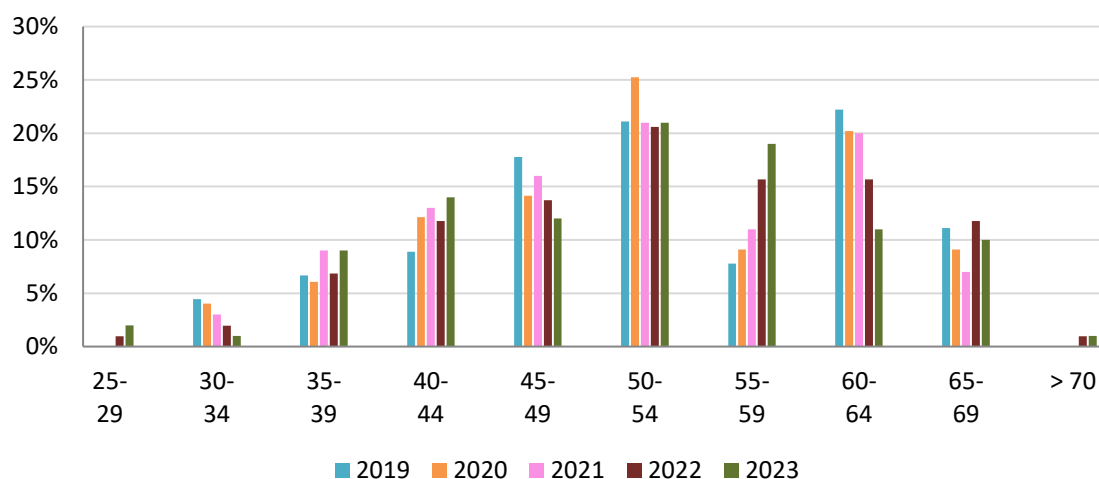
A análise da distribuição dos trabalhadores da DGAE, a 31 de dezembro de 2023 (Quadro XLV e Gráfico 9), por escalão etário, permite-nos constatar que existiam mais trabalhadores nos escalões etários dos 50-54 e dos 55-59 (totalizando 30% dos trabalhadores). Em sentido inverso, os escalões menos representativos foram os dos 25-29, dos 30-34 e mais de 70 anos. que corresponderam a 4% dos trabalhadores.

Comparando com 2022, verifica-se um decréscimo no número de trabalhadores nos seguintes escalões: 60-64 (-5), 65-69 (-2), 45-49 (-2) e 30-34 (-1). Por outro lado, onde se registou um acréscimo de trabalhadores foi nos escalões dos 55-59 (3), 35-39 (2), 40-44 (2) e 25-29 (1). Estas alterações traduziram um ligeiro decréscimo da taxa de envelhecimento entre 2022 e 2023, de 44,1% para 41% (conforme se pode verificar no Quadro XLVII), que continua, apesar disso, a ser significativa.

QUADRO XLV – Trabalhadores, por escalão etário

Faixa etária	2022		2023		Varição
25-29	1	1%	2	2%	100%
30-34	2	2%	1	1%	-50%
35-39	7	7%	9	9%	29%
40-44	12	12%	14	14%	17%
45-49	14	14%	12	12%	-14%
50-54	21	21%	21	21%	0%
55-59	16	16%	19	19%	19%
60-64	16	16%	11	11%	-31%
65-69	12	12%	10	10%	-17%
≥ 70	1	1%	1	1%	0%
TOTAL	102	100%	100	100%	

**Gráfico 9 -
Percentagem de trabalhadores por escalão etário entre
2019 e 2023**



Quanto à distribuição dos trabalhadores da DGAE por género (Quadro XLVI) é possível concluir que, do total de 100 trabalhadores da DGAE, 72 são do género feminino e 28 pertencem ao género masculino, o que representa uma taxa de feminização de 72% (Quadro XLVII). Comparando com o ano de 2022, esta taxa registou uma ligeira diminuição.

QUADRO XLVI – Trabalhadores, por género

Género	2022		2023	
	Masculino	30	29%	28
Feminino	72	71%	72	72%
TOTAL	102	100%	100	100%

Além destes indicadores, existe um conjunto de outros indicadores, também de grande importância para análise efetuada ao nível do Balanço Social e que se resumem no quadro seguinte:

QUADRO XLVII – Principais indicadores do Balanço Social

Indicadores	Anos					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Taxa de Tecnicidade (sentido restrito)	53,61%	52,22%	56,57%	61,00%	62,75%	64,00%
Taxa de Assistente Técnico	20,62%	22,22%	18,18%	14,00%	13,73%	15,00%
Taxa de Assistente Operacional	5,15%	5,56%	5,05%	5,00%	3,92%	1,96%
Taxa de Feminização	73,20%	77,78%	74,75%	72,00%	70,59%	72,00%
Taxa de Feminização Dirigente	65,00%	83,33%	80,00%	85,00%	85,00%	75,00%
Taxa de Enquadramento	20,62%	20,00%	20,20%	20,00%	19,61%	19,00%
Taxa de Envelhecimento	42,27%	41,11%	38,38%	38,00%	44,12%	41,00%
Taxa de Habilitação Superior	74,23%	72,22%	76,77%	81,00%	82,35%	83,00%
Taxa de Trabalhadores Portadores de Deficiência	4,12%	3,33%	3,03%	5,00%	4,90%	2,00%
Taxa de Admissões	27,84%	31,11%	26,26%	24,00%	21,57%	19,00%
Taxas de Saídas	31,96%	38,89%	17,17%	23,00%	19,61%	21,00%
Taxa de Reposição	87,10%	80,00%	152,94%	104,35%	110,00%	90,48%
Taxa de Absentismo	7,27%	8,44%	5,95%	7,77%	9,58%	6,38%

Indicadores	Anos					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Remuneração Base Média Anual	25 429,28 €	28 121,63 €	25 672,69 €	26 755,21 €	26 625,68 €	29 370,75 €
Leque Salarial Ilíquido	6,44	5,88	5,81	5,63	5,36	4,76
Taxa de Encargos Sociais	4,33%	4,18%	4,11%	3,98%	8,99%	8,91%
Taxa de Incidência de Acidentes no Local de Trabalho	0,00%	1,11%	0,00%	1,00%	0,98%	1,00%
Taxa de Participação em Formação	37,11%	50,00%	71,72%	48,00%	24,51%	38,00%
Taxa de Investimento em Formação	0,11%	0,00%	0,42%	0,30%	0,51%	0,37%

IV. AVALIAÇÃO FINAL

4.1. *Apreciação qualitativa dos resultados alcançados*

Os objetivos operacionais inscritos no QUAR 2023 da DGAE traduzem, por um lado, as suas áreas de intervenção prioritárias, abrangendo as áreas de atividade mais relevantes e exigentes em termos de recursos humanos e financeiros e, por outro, as orientações emanadas pelo Governo relativas à avaliação do desempenho dos serviços públicos para o ano de 2023, nomeadamente as que decorrem do artigo 18.º do Orçamento de Estado, aprovado pela Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro.

Apesar dos diversos constrangimentos provocados pelos efeitos da crise energética e às pressões inflacionistas em parte decorrentes da invasão da Ucrânia pela Rússia, que colocaram novos desafios e dificuldades a todos os setores da economia, incluindo aos serviços da Administração Pública, é possível afirmar que estas condicionantes não tiveram um impacto significativo no desempenho da DGAE e na realização da generalidade das atividades planeadas, obrigando, no entanto, a um esforço acrescido por parte dos serviços e ao reajustamento dos métodos de trabalho.

Deste modo, foi possível atingir a meta prevista para os objetivos operacionais 2, 3 e 8, e superar as metas dos restantes 5 objetivos operacionais, o que representa, como referido anteriormente, um resultado global do serviço de 111%.

Assim, com base na autoavaliação realizada anteriormente e de acordo com o estipulado no n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, deverá atribuir-se à DGAE a menção de “Desempenho bom” para o ano de 2023.


4.2. Conclusões prospetivas

A Direção-Geral das Atividades Económicas apoiou e assegurou a intervenção nacional no acompanhamento e implementação das políticas públicas relacionadas com as áreas por que é responsável, afirmando o seu papel enquanto serviço de referência no âmbito do Ministério da Economia e do Mar.

A Direção permaneceu focada na melhoria contínua do desempenho da DGAE, num esforço permanente de apoio e reforço da excelência técnica dos recursos humanos da DGAE e da flexibilização da organização do trabalho para agilizar e imprimir celeridade aos processos considerados fundamentais no âmbito das áreas de intervenção da DGAE, incentivando o desenvolvimento de novas competências.

No plano externo, a DGAE alargou a sua rede de interlocutores e continuou a desempenhar um papel de destaque em termos de promoção da sua visibilidade junto do tecido empresarial e de outras entidades nacionais e internacionais que encontram em nós um interlocutor privilegiado para uma ação ao serviço da economia e das empresas.

Uma vez mais se aproveita a oportunidade para agradecer todo o esforço e dedicação demonstrados pelos trabalhadores da Direção-Geral das Atividades Económicas, a quem se devem os resultados alcançados!



Direção-Geral Das Atividades Económicas
Av. Visconde de Valmor, 72
1069-041 Lisboa